



PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
2019 - EaD

MANTIDA
FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO
MANTENEDORA
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE JOÃO PINHEIRO

FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

Mantida pela Associação Educação de João Pinheiro

REPRESENTANTE LEGAL DA MANTENEDORA

Prof. Dr. Paulo César Souza

ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Diretor Geral

Prof. Dr. Paulo César Souza

Coordenação Acadêmica

Prof.^a Dra. Daniela Borges

Secretária Acadêmica

Laisa Graciele Vieira Alves

Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física - EaD

Prof. Dr. Carlos Eduardo Caixeta de Castro

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Caixeta de Castro

Prof.^a Dr.^a Mariane Fernandes Ribeiro

Prof.^a Dr.^a Daniela Cristina Silva Borges

Prof.^a Me. Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira

Prof.^a Dr.^a Maria Célia Gonçalves

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Unidade Acadêmica - Administrativo: **Faculdade Cidade de João Pinheiro
- FCJP**

Curso: **Educação Física**

Tipo: **Graduação**

Grau: **Licenciatura**

Modalidade: **Educação a Distância**

Situação Legal: **Em processo de autorização**

Duração: **08 semestres (4 anos)**

Período mínimo para integralização: **08 semestres (4 anos)**

Período máximo para integralização: **12 semestres (6 anos)**

Número de vagas (anual): **400 Vagas**

Carga horária total: **3.720 horas**

Coordenador do Curso: **Prof. Dr. Carlos Eduardo Caixeta de Castro**

Local de funcionamento: **Avenida Zico Dornelas, nº 380, Bairro Santa Cruz,
38770-000, João Pinheiro/MG.**

Sumário

1. Apresentação	7
2. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	8
2.1. Breve Histórico da Instituição de Ensino	8
2.2. Missão e Visão	15
2.3. Contexto Educacional e Justificativa de Implantação do Curso	16
3. Políticas Educacionais no Âmbito do Curso:	37
3.1. Política de Educação Ambiental da Instituição	39
3.2. Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior	40
3.3. Política Afrodescendente e Indígena	42
3.4. Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	43
4. Objetivos do Curso	44
5. Perfil Profissional do Egresso	46
6. Estrutura Curricular	49
6.1. Conteúdos Curriculares	52
7. Metodologia	55
8. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	58
8.1. Regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado	59
9. Atividades Curriculares Complementares (ACC)	62
10. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	65
11. Apoio ao Discente	71
11.1. Mecanismos de Nivelamento	72
11.2. Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPD)	73
11.3. Setor de Projetos Sociais, Bolsas e Benefícios ao Aluno	75
11.4. Ouvidoria	76
11.5. A comunicação e a Intercomunicação no Curso	76
11.6. Monitoria	77
11.7. Iniciação Científica e Extensão	78
11.8. Meios de Divulgação de Trabalhos e Produções dos Alunos	79
11.9. Acompanhamento de Egressos	79
12. Processo de Autoavaliação	80
12.1. Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação de Curso	82
13. Atividades de Tutoria	83
14. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no Processo de Ensino Aprendizagem	85
15. Material Didático Institucional	85
16. Mecanismos de Interação entre Docentes, Tutores e Estudantes	88

17. Procedimentos de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	89
18. Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC ...	91
19. Corpo Docente	92
19.1. Administração Acadêmica do Curso.....	92
19.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante	93
19.3. Composição do NDE Núcleo Docente Estruturante	94
19.4. Titulação e Formação Acadêmica do NDE.....	94
19.5. Regime de Trabalho do NDE	94
19.6. Titulação e Formação do Coordenador do Curso.....	95
19.7. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.....	95
19.8. PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO	97
19.9. Composição do Colegiado de Curso:.....	98
19.9.1. Funcionamento do Colegiado de Curso	99
19.10. Titulação do Corpo Docente.....	101
19.11. Regime de Trabalho do Corpo Docente	101
19.12. Tempo de Experiência de Magistério Superior ou Experiência do Corpo Docente	102
19.13. Relação Entre o Número de Docentes e o Número de Vagas.....	102
19.14. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica	102
19.15. Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso	103
19.16. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância	103
19.17. Relação de Docentes e Tutores - Presenciais e a Distância - Por Estudante	103
20. Infraestrutura	104
20.1. Condições de Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	104
20.1.1. Necessidades Auditivas	104
20.1.2. Necessidades Físicas	105
20.1.3. Necessidades Visuais	106
20.2. Gabinetes de Trabalhos para Professores em Tempo Integral - TI/Tempo Parcial – TP	107
20.3. Espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos.....	107
20.4. Sala de Professores.....	108
20.5. Salas de Aula.....	108
20.6. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	108
20.7. Biblioteca	108

20.7.1. Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/FCJP	109
20.7.2. Bibliografia Básica	109
20.7.3. Bibliografia Complementar	109
20.7.4. Periódicos Especializados	109
20.7.5. Bases de Dados Assinadas	110
20.7.6. Base de Dados de Livre Acesso	110
20.7.7. Informatização	110
20.7.8. Sistema LS-Educação.....	110
20.7.9. Treinamentos.....	111
20.7.10. Programa de Atendimento a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais	112
20.7.11. Serviços.....	112
20.7.12. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes.....	113
20.8. Laboratórios Didáticos Especializados	113
20.8.1. Laboratórios Específicos.....	118
ANEXO I	120
CORPO DOCENTE DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA - EaD (PREVISTO PARA OS DOIS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO)	120
CORPO DE TUTORES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA - EaD (PREVISTO PARA OS DOIS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO)	121
ANEXO 2	121
MATRIZ CURRICULAR	121
ANEXO 3	125
EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS	125

1. Apresentação

A Faculdade Cidade de João Pinheiro apresenta neste documento uma proposta de nova oferta, por meio do Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física na modalidade EaD, trabalho desenvolvido por uma Comissão de docentes, composta por membros que compõem o Núcleo Docente Estruturante – NDE e a coordenação do referido curso.

Trata-se, pois, de um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica pretendida para o curso e um posicionamento institucional frente ao contexto educacional e o desenvolvimento da área de conhecimento em pauta, amplamente discutido pela Instituição proponente.

Pretende-se aqui definir a identidade, a diferenciação e a originalidade do curso, bem como, sendo documento de reflexão, trazer-lhe perspectivas, prever possíveis mudanças, se necessárias, assim como, mecanismos de avaliação permanente a fim de manter a excelência na qualidade de ensino que será buscada por toda a instituição e garantir que essa qualidade esteja refletida nesta nova proposta.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física foi elaborado levando-se em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI; a legislação vigente, especialmente as Diretrizes Curriculares do referido Curso, visando, portanto, a oferta de um Curso que primará pela formação qualitativa desse profissional para atuar em diversos campos de abrangência.

O documento inicia-se com a descrição de um perfil da Instituição de Ensino que abrigará o Curso em questão e a inserção regional deste. Segue com a apresentação dos dados gerais do curso e sua organização pedagógica, incluindo as concepções teórico-metodológicas. Avança com a descrição do Corpo Docente que atuará no Curso e do núcleo que desenvolveu a proposta. Apresenta a infraestrutura de apoio geral oferecida pela Instituição e encerra-se com a descrição dos processos de avaliação que serão utilizados para avaliar os alunos e o próprio curso.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

2.1. Breve Histórico da Instituição de Ensino

A Associação Educacional de João Pinheiro situada à Avenida Zico Dornelas, nº 380, Bairro Santa Cruz II em João Pinheiro, foi cadastrada no CNPJ com o nº 03.289.019/0001-98 em 25/05/1999, com a descrição 399-9 Associação Privada. Seu Estatuto foi registrado com o nº R384 em 15/05/2001. A ata de criação da Associação Educacional de João Pinheiro foi registrada em cartório de registro civil das pessoas jurídicas da Comarca de João Pinheiro no protocolo A-1 nº 1.216 folhas 118 e averbado no livro A-1 P-Jurídica folha 2 sob o nº AV-04384 em 20/08/2002.

A Associação Educacional de João Pinheiro, desde seu nascimento, é uma instituição voltada à educação Superior, pois na mesma data de sua fundação, em 1999, criou-se também a Faculdade Cidade de João Pinheiro, Instituição de Ensino Superior, dedicada à graduação, pós-graduação, iniciação científica, extensão, cursos sequenciais tanto na modalidade de ensino presencial quanto à distância. Os seus idealizadores são profissionais ligados à área do ensino, com experiência comprovada e com imbatível propósito de prover a cidade de João Pinheiro e sua região com a oferta de cursos superiores nas mais diversas áreas do ensino, com qualidade, eficiência e profissionalismo, adjetivos que serão inseridos como marca desta instituição durante a sua existência.

A instituição tem endereço fixo em João Pinheiro, cidade localizada na porção Noroeste de Minas Gerais, é o maior município em área do Estado, com 10.717 km². Cidade aconchegante e com excelente estrutura, possui fácil acesso pela BR 040, responsável pela ligação entre Belo Horizonte/Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas. A FCJP Localiza-se próxima a BR 040, o que facilita o seu acesso aos estudantes de outras cidades de todas as regiões.

As atividades desta instituição iniciaram-se em 2002 com a aprovação pelo DEPESES/SESU/MEC, Portaria nº 522, de 27/02/2002, publicada o diário oficial da União seção 1, página 12, em 28/02/2002, conforme segue:

“O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28/03/1996, e nº 3.860, de 09/06/2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 04/09/2001, e tendo em vista o Despacho no 243/2002, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.012827/1999-10, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Credenciar a instituição de ensino superior denominada Faculdade Cidade de João Pinheiro, a ser estabelecida na Avenida Zico Dornelas, nº 380, Bairro Santa Cruz, na cidade de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais, cuja mantenedora é a Associação Educacional de João Pinheiro, com sede na cidade de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A instituição Associação Educacional de João Pinheiro deverá protocolizar neste Ministério o atendimento ao que estabelece o art. 25 do Decreto nº 3.860/2001, no prazo de até trinta dias antes da publicação do Edital do processo seletivo para o primeiro curso autorizado. Deverá, ainda, no prazo de trinta dias, adotar as providências necessárias quanto à protocolização do processo de Regimento da instituição ora credenciada, e observar o que dispõe a Portaria MEC nº 1.679, de 02/12/1999”. (GN)

Na mesma data da publicação do credenciamento da Instituição foi publicada a **PORTARIA Nº 523, de 27/02/2002**, que autorizou o funcionamento do curso de Educação Física licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, turmas de 50 (cinquenta) alunos, nos turnos diurno e noturno. Foi ainda autorizado o funcionamento do curso de Fisioterapia bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, turmas de 50 (cinquenta) alunos, no turno diurno pela **PORTARIA Nº 524, de 27/02/2002**. Desde o primeiro momento estes cursos foram totalmente assimilados pela população local.

A instituição iniciou seus trabalhos em um espaço físico com apenas cinco salas de aula, laboratórios pequenos, sem grandes espaços para realização de eventos acadêmicos, sendo os mesmos realizados na quadra, ou no pátio de entrada. No ano de 2003 a instituição passou por uma ampliação, sendo construídos mais dois pavimentos, para o atendimento da demanda dos cursos, em 2005 o espaço já não era mais adequado a realidade da IES, tal fato foi apontado também pela primeira avaliação institucional, a qual sugeriu para a Direção Geral a necessidade de ampliar a estrutura física da IES, visto que com a chegada de novos cursos o espaço seria insuficiente para atendê-los. Atendendo a essas necessidades, bem como as sugestões da CPA, em 15/03/2005 iniciou-se a fundação das bases do novo prédio, o qual acomodaria todos os cursos em andamento, bem como os novos que seriam solicitados.

Ainda em 2002 foi autorizado pela **PORTARIA Nº 2.567, de 6/09/2002**, publicada no Diário Oficial da União, seção 1, página 19, em 9/09/2002 o funcionamento do curso de Enfermagem bacharelado com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, com turmas de 60 (sessenta) alunos, no turno diurno. Neste mesmo ano foi autorizado cursos de licenciatura: **PORTARIA Nº 3.063, de 6/11/2002**, curso de Letras, com a habilitação Português e Inglês e respectivas Literaturas, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais e turmas de 50 (cinquenta) alunos, nos turnos diurno e noturno, publicado no Diário Oficial da União, seção 1, página 13, em 7/11/2002. **PORTARIA Nº 3.064, de 6/11/2002** curso de Matemática, licenciatura, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais com turmas de 50 (cinquenta) alunos, nos turnos diurno e noturno, publicado no Diário Oficial da União, seção 1, página 13, em 7 de novembro de 2002. **PORTARIA Nº 3.247, de 26/11/2002**, curso Normal Superior, com as habilitações Licenciatura para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com 50 (cinquenta) vagas semestrais no turno noturno, e Licenciatura para Educação Infantil, com 50 (cinquenta) vagas semestrais, no turno noturno, totalizando 200 (duzentas) vagas totais anuais, publicado no Diário Oficial da União, seção 1, página 21, em 28/11/2002. Os cursos de licenciatura e Enfermagem iniciaram no ano de 2003.

No ano de 2003 foram autorizados os cursos de Bacharel em Biomedicina,

PORTARIA Nº 1.432, de 11/06/2003. O curso de Biomedicina possui habilitação em Análises Clínicas, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais no turno diurno, publicado no Oficial da União, seção 1, página 22, 12/06/2003. Também foi autorizado o curso de Administração de empresas através da **PORTARIA Nº 2.562, de 15/09/2003.** O curso de Administração bacharelado com a habilitação em Administração de Empresas, com 100 (cem) vagas totais anuais nos turnos diurno e noturno, publicado no diário oficial da União na seção 1, página 35, em 16/09/2003. Os referidos cursos iniciaram suas atividades em fevereiro de 2004.

Em 2005 a instituição solicitou ao MEC/SESu a autorização para funcionamento dos cursos de Licenciatura em História, Geografia e Química. Estes cursos foram autorizados de acordo com as respectivas portarias. **PORTARIA Nº 3.568, de 17/10/2005** autoriza o funcionamento do curso de História, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais no turno noturno, em turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos, publicado no Diário Oficial da União, seção 1 página 14, em 18/10/2005. **PORTARIA Nº 3.569, de 17/10/2005,** autoriza o funcionamento do curso de Química, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais a serem oferecidas no turno noturno em turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos, publicado no Diário Oficial da União, seção 1 página 14, em 18/10/2005. **PORTARIA Nº 3.570, DE 17/10/2005,** autoriza o funcionamento do curso de Ciências Biológicas, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais a serem oferecidas no turno noturno, em turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos, publicado no Diário Oficial da União, seção 1 página 14, em 18/10/2005. **PORTARIA Nº 3.571, de 17/10/2005,** autoriza o funcionamento do curso de Geografia, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais no turno noturno, em turmas de no máximo 50 (cinquenta) alunos, publicado no Diário Oficial da União, seção 1 página 14, em 18 de outubro de 2005. Estes cursos iniciaram suas primeiras turmas em 2006.

Ainda em 2005 foi solicitado o reconhecimento dos cursos de Bacharelado em Fisioterapia e Licenciatura em Educação Física, Letras e Matemática, os quais foram avaliados, reconhecidos e com portarias publicadas em 2006. **PORTARIA Nº 983, de 24/11/2006,** publicado no Diário Oficial da União, seção

1, página 18, em 27/11/2006.

Em 2006 foram solicitados os reconhecimentos dos cursos de Enfermagem Bacharelado e Licenciatura em Normal Superior. Ambos foram avaliados, para o curso de Enfermagem não houve publicação de portaria, e o curso Normal superior foi alterado para Pedagogia segundo **PORTARIA Nº 942 de 22 de novembro de 2006**. Portaria MEC nº 3.247/2002, publicada em 28/11/ 2002, Pedagogia Licenciatura 200 vagas anuais noturno, publicado no Diário Oficial da União, seção 1, página 9, em 23/11/2006.

Em 2007 iniciou-se a primeira turma de Pedagogia e foi solicitado o reconhecimento dos seguintes cursos: Bacharelado em Administração de Empresas e Biomedicina, Licenciatura em Ciências Biológicas, História, Geografia e Química; e a renovação do reconhecimento dos cursos de Bacharelado em Fisioterapia, Licenciatura em Educação Física, Letras, Matemática e Normal Superior. O curso de Administração foi avaliado pela Comissão do MEC e obteve nota (4,0). A portaria de reconhecimento foi publicada no Diário Oficial da União em 2013, como **PORTARIA Nº 213, de 17/05/2013**, seção 1, página 12, em 21/05/2013.

Em 2010 o curso de Ciências Biológicas também foi avaliado, tendo sua portaria de reconhecimento publicada no Diário Oficial da União, seção 1 página 48 em 6 de março de 2012, **PORTARIA Nº 9, de 2 de março de 2012**. Ainda em 2010 o curso de História passou por avaliação e ficou com nota 3,0. Também o curso de química foi avaliado neste ano e obteve a nota 4,0. No ano de 2013 passamos por avaliação dos cursos de História e Pedagogia e em 2014 foram avaliados os cursos de Ciências Biológicas, Geografia e Química.

Em 2008 a CPA apontou ainda a necessidade de construção de um anfiteatro, ampliação de laboratórios e construção de outros. Propôs também criação de espaço próprio para atendimento psicopedagógico e ouvidoria, bem como espaço para a CPA.

Todas as medidas saneadoras apresentadas pela CPA foram atendidas na

medida da disponibilidade financeira da instituição. Em 2013 foi proposta pela CPA a ampliação da biblioteca, da sala dos professores, para que aqueles docentes de tempo parcial e integral pudessem ter espaço adequado de atendimento ao aluno tanto na orientação de TCC, quanto na iniciação científica. Foi proposta também a criação de mais um anfiteatro. Foram atendidas todas as sugestões.

A gestão da instituição usa as avaliações da CPA como referência para organização, planejamento e implementação de melhorias tanto no aspecto físico quanto na aquisição de materiais e equipamentos necessários a cada curso. A instituição oferta atualmente onze cursos. As avaliações de Cursos pelo Ministério da Educação e Cultura também são utilizadas como referência para o aprimoramento da instituição. Todos os cursos foram avaliados, Administração, Pedagogia e Química obtiveram nota 04 (quatro) na primeira avaliação e o curso de Administração obteve 04 (quatro) também na avaliação ENADE. Os outros cursos obtiveram nota três na avaliação MEC. Na maioria das avaliações sistêmicas foram apontados como fragilidades da instituição a quantidade de publicações pelo seu corpo docente, bem como a necessidade de docentes com mais titulação stricto-sensu e um maior número de docentes com carga horária parcial e ou integral. Foi apontada também a necessidade de implantação de plano de carreira para os docentes e técnico-administrativos e institucionalização do contato com o egresso. Essas fragilidades estão sanadas. A instituição teve seu plano de cargos e salários homologado e publicado no Diário Oficial da União seção 1, página 109 em 20 de agosto de 2010. Também ampliou a biblioteca, acrescentando um espaço para a brinquedoteca. Criou também um espaço adequado para os docentes com tempo integral e parcial, ampliando a sala dos docentes para três espaços específicos.

A Instituição cumprindo com a legislação e RESOLUÇÃO Nº 1, de 17 de junho de 2004, o DECRETO Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, tem uma política focada na diversidade e na sustentabilidade. A abordagem dos temas é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas

na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade. Os cursos da FCJP têm em sua matriz curricular disciplinas de “LIBRAS” e “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, “Educação Ambiental” e Direitos Humanos. Os cursos se beneficiam das ações sugeridas pelos colegiados, os quais propõem palestras, seminários, pesquisas de campo e projetos que corroboram com as políticas tanto ambientais quanto culturais, patrimoniais e de inclusão seja em que área for necessária.

Os estágios supervisionados acontecem em empresas conveniadas, tais como: Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, Laboratórios Particulares, PSF's e outros hospitais da região, como Curvelo e João Pinheiro. Em todos os cursos há participação direta do supervisor de estágio, bem como registro e arquivamento das pastas de estágio.

A autoavaliação Institucional é feita pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, a qual foi implementada de acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, criado em 14 de abril de 2004, através da Lei 10.861/2004, foi construído a partir da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, instalada pelo MEC em 2003, com a finalidade de analisar e oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior. A regulamentação dos procedimentos de avaliação do SINAES ocorreu através da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.

A Comissão de Avaliação Institucional tem como propósito principal criar uma cultura de avaliação, com vistas a mudanças no fazer universitário, com o propósito de contribuir para a melhora da qualidade dos cursos de graduação. Esse foi o mote utilizado e presente em todo o processo. Teve-se também o entendimento de que tudo pode ser indicador de qualidade e de não qualidade no fazer universitário. Em razão disso, a Comissão passou a integrar e a considerar todos os elementos que, de uma forma ou outra, pudessem contribuir para uma maior compreensão da realidade institucional. Sua regulamentação na instituição se deu por Portaria DG 05/2004, e Resolução DG

0023/2014 de 22 de maio de 2014.

A biblioteca da FCJP passou por uma ampliação e atualmente conta com uma estrutura de 439,87 m², com espaço para estudos individuais e em grupo, bem como uma videoteca. Seu acervo bibliográfico geral é formado por livros, CDs, diretórios, vídeos, monografias, periódicos, buscando atender a todo público universitário.

2.2. Missão e Visão

A Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), é uma instituição comprometida com a formação, com a ética e com a qualificação de profissionais na sua área de atuação. Desta forma, tem por **Missão**:

“Atuar de forma solidária e efetiva, para que uma educação de excelência seja alcançada, possibilitando o desenvolvimento humanístico e social. O conhecimento será construído de forma comprometida com a qualidade de vida, com os valores éticos e morais, além de respeitar os costumes, as crenças, os valores e a cultura local”.

De acordo com a sua **Visão**, a Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP pretende:

“Permanecer como centro de excelência do ensino superior, mantendo-se como referência na educação presencial e a distância”.

Tem por **Valores**:

- ✓ Ética;
- ✓ Cidadania; e
- ✓ Responsabilidade sócio ambiental.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro, mantida pela Associação Educacional de João Pinheiro, é uma Instituição Educacional, que tem na sua missão a Educação Superior pautada na humanização como abertura ao diálogo, ao compromisso de integração social e à competência em todo seu agir.

Os princípios que fundam a práxis da Faculdade Cidade de João Pinheiro são:

- ✓ **Valorizar a vida em todas as suas formas;**
- ✓ **Respeitar a dignidade da pessoa humana e a liberdade pessoal;**
- ✓ **A busca da verdade;**
- ✓ **Contribuir com o crescimento da comunidade; e**
- ✓ **Contribuir para a consolidação da cidadania na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.**

Estes princípios perpassam todas as atividades-fim da Faculdade Cidade de João Pinheiro, tornando-a distinta de outras Instituições públicas e particulares. Os princípios que fundam a práxis da Instituição propiciam a inter-relação pessoal com uma formação que privilegie a inclusão dos valores humanos.

2.3. Contexto Educacional e Justificativa de Implantação do Curso

A Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) possui limite territorial circunscrito ao município de **João Pinheiro**, no Estado de **Minas Gerais**.

Minas Gerais está localizada na Região Sudeste do país. Limita-se ao sul e sudoeste com São Paulo, a oeste com o Mato Grosso do Sul, a noroeste com Goiás e Distrito Federal, a norte e nordeste com a Bahia, a leste com o Espírito Santo e a sudeste com o Rio de Janeiro.

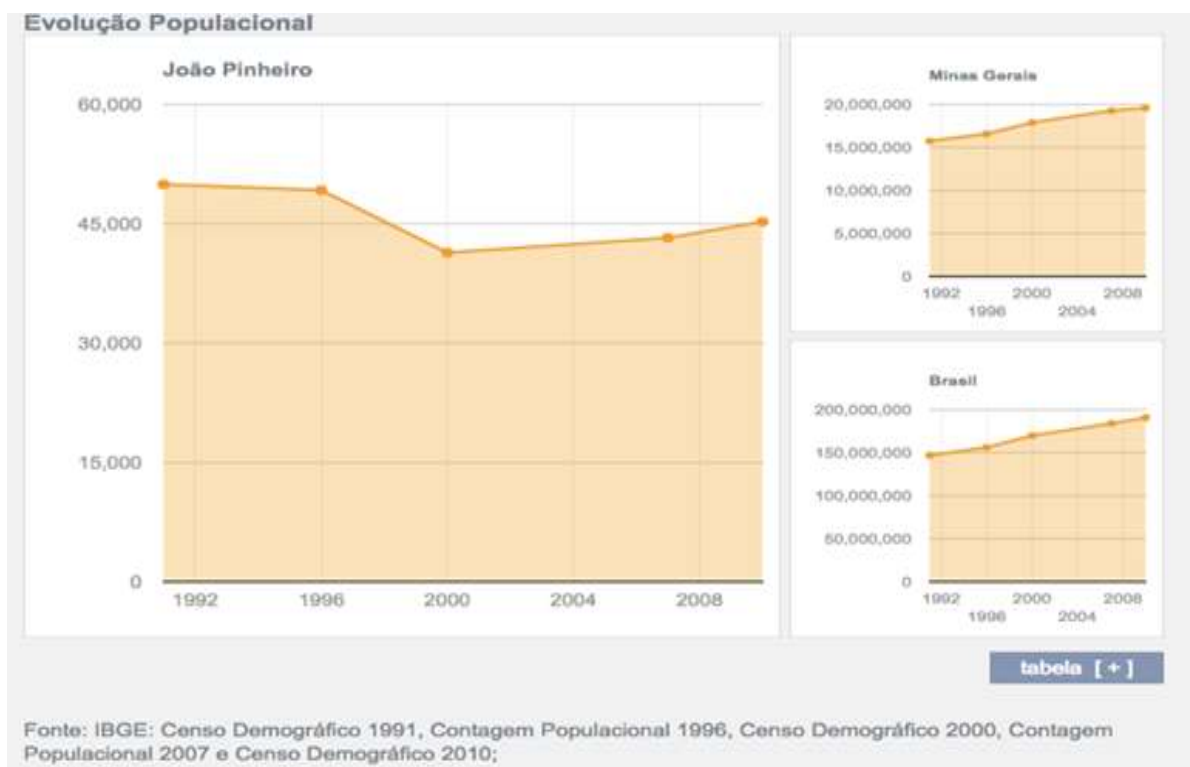


João Pinheiro insere-se na porção noroeste de Minas Gerais. Na divisão das regiões administrativas de Minas, o município está na Região Noroeste, na microrregião de Chapadões do Paracatu, segundo a nova regionalização estabelecida pela SEPLAN-MG em 1994.

Possui uma área total de 10.716,960 km², segundo o documento “Áreas dos Municípios Mineiros”, elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA (1995), sendo assim, o maior município em área territorial do estado.



A população pinheirense distribui-se num território cuja extensão corresponde a 10.727,471 km². Considerando sua área e a população atualizada do município, a densidade demográfica é de 4,22 hab./km².



A população distribui-se, além da sede, nos distritos de Caatinga, Canabrava, Luizlândia do Oeste, Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas. Além dos distritos, verifica-se em João Pinheiro a presença de nove vilas (Almas, Malhada Bonita, Olaria, Parque das Andorinhas, Riachinho do Gado Bravo, Riacho do Campo, São Sebastião, Tauá, e Vereda Malhada), além de dezoito núcleos de pequenos e médios produtores rurais, bem como pelo menos três núcleos de colonização, relacionados à reforma agrária.

Cidade aconchegante e com excelente estrutura, possui fácil acesso pela BR 040, responsável pela ligação Belo Horizonte / Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas. A FCJP localiza-se próxima a BR 040, o que facilita o seu acesso aos estudantes de outras cidades, do norte de Minas, sul da Bahia, entre outras regiões. Sua população estimada em 2017 é de 48 751 habitantes (IBGE).

João Pinheiro tem limites com os seguintes municípios: ao norte com Brasilândia de Minas a leste com Buritizeiro ao sul com Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas e a oeste com Lagoa Grande e Paracatu.

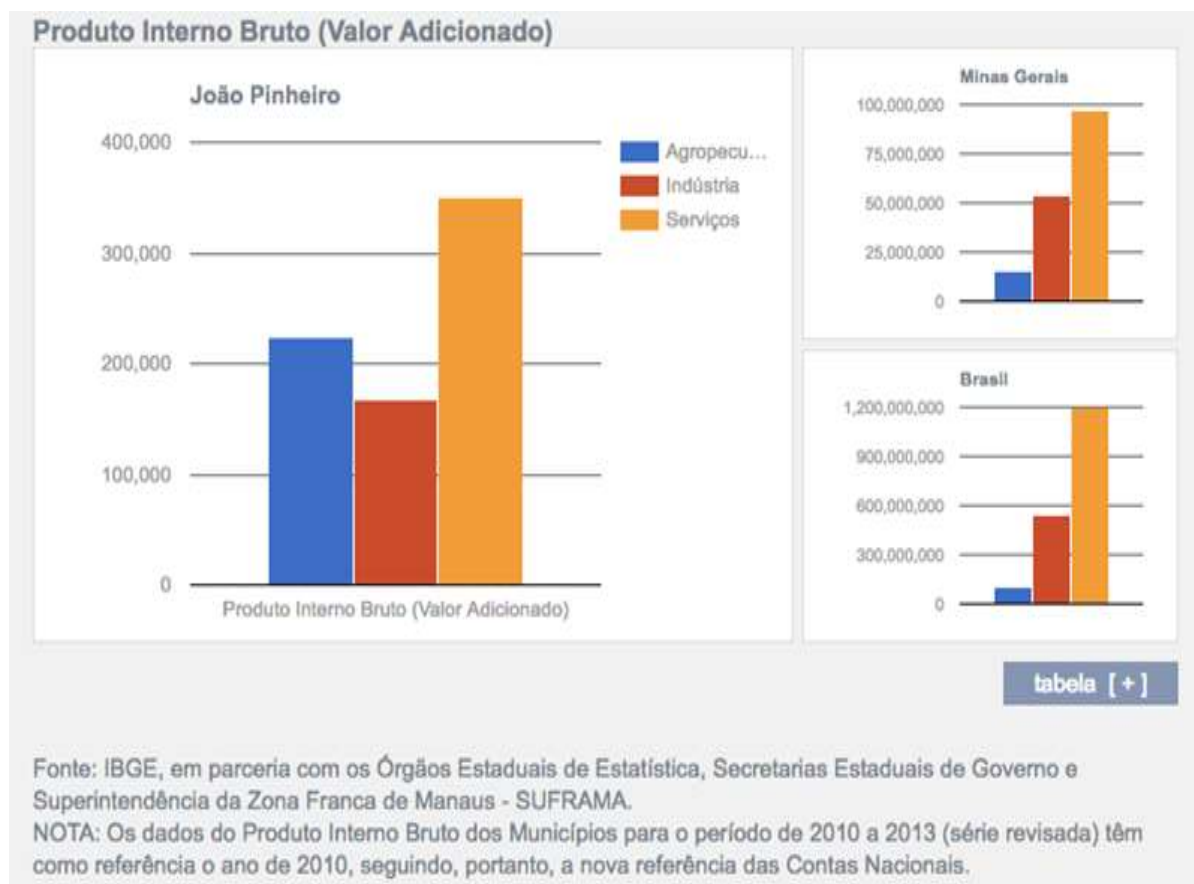
A estratégica localização, no noroeste de Minas, na região do Urucuia, proporciona permanente intercâmbio comercial e cultural com quatro Capitais e importantes cidades da região, tanto no Triângulo como no Norte do Estado.

A economia do município gira principalmente sobre o agronegócio, com destaques para a pecuária (bovinos de leite e corte), agroflorestal e sucroalcooleiro. No setor de confecções também se concentra parte considerável da mão-de-obra da cidade.

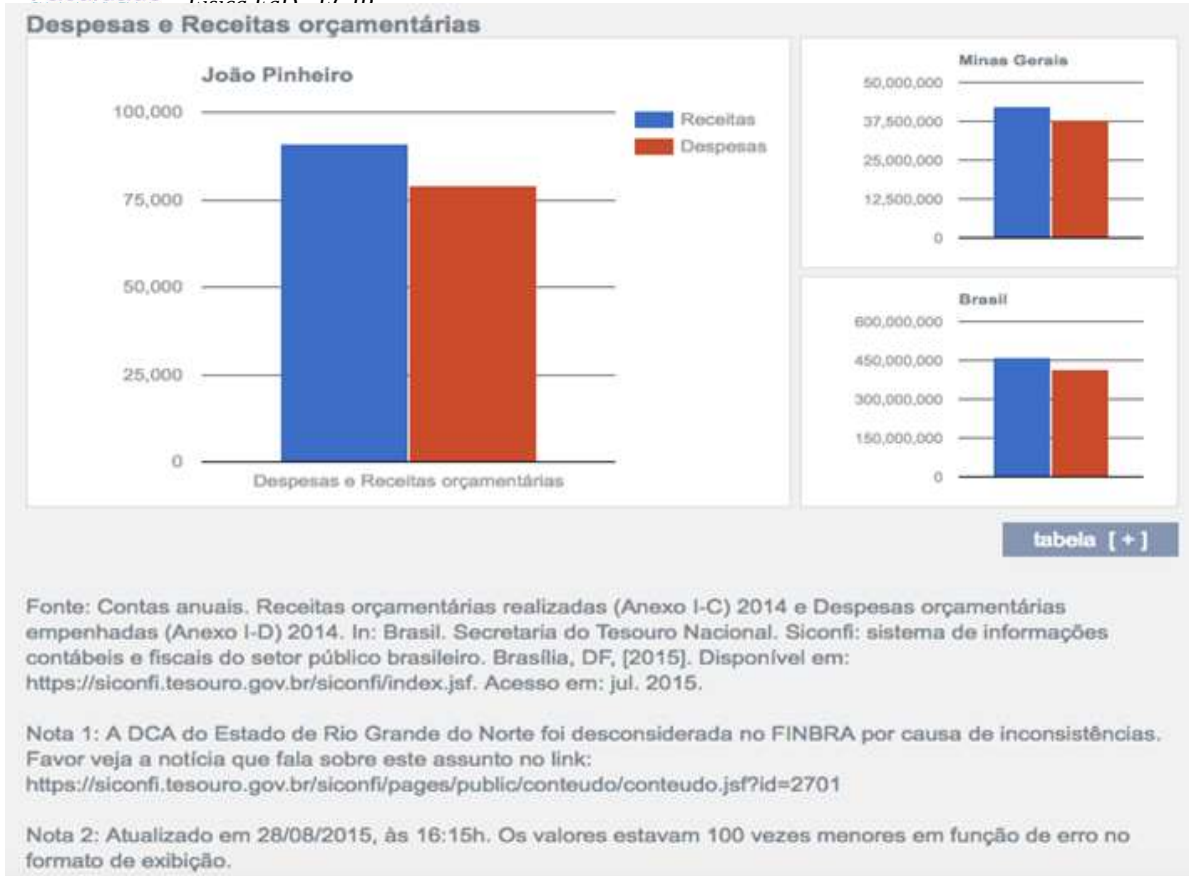
A agricultura em João Pinheiro mostra-se complexa. Embora não seja a atividade principal do município, revela-se diversificada, variando da cultura de eucalipto, cana-de-açúcar, produção de grãos e frutas, indo até a agricultura familiar de subsistência.

A produção local de carvão iniciou-se na década de 1970, com os requerimentos crescentes de carvão pela indústria siderúrgica, que ganhava fôlego cada vez maior em Minas Gerais. Grandes extensões de terras a preços relativamente baixos, condições naturais favoráveis para o rápido crescimento do eucalipto e abundância de mão-de-obra barata, associadas a um amplo e arrojado programa de incentivos fiscais e subsídios para o reflorestamento promovido pelo governo central, propiciaram a expansão da atividade.

Surgiram, então, os chamados maciços verticalizados, ou seja, produção florestal direto para a indústria.



Até meados dos anos 80, o ramo florestal brasileiro viveu amparado nos incentivos fiscais. Naquele período, a floresta de eucalipto era concebida exclusivamente dentro de uma perspectiva monetária, sem levar em consideração seus aspectos sociais e ambientais.



Dentre as principais empresas reflorestadoras que se instalaram em João Pinheiro destacam-se a White Martins, Companhia Mineira de Metais, ARG Mandacaru, Bandeirantes e Plantar, todas com uma extensão plantada com menos de 15.000 ha. Soma-se a elas a Vallourec Florestal (antiga Mannesmann Agro Florestal e posteriormente V & M Florestal), que possui a maioria das terras cultivadas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - João Pinheiro é 0,697, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,788, seguida de Renda, com índice de 0,683, e de Educação, com índice de 0,630.

DADOS SOBRE A REGIÃO NOROESTE

Região Noroeste de Minas tem o PIB R\$6.030.432,625 IBGE/2015 PIB per capita 24.442,55 IBGE/2015. O Noroeste de Minas tem a maior produção de

grãos do Estado entre os municípios, Unaí aparece como o principal produtor de grãos em Minas Gerais, com uma safra de 798,5 mil toneladas.

O Noroeste de Minas Gerais liderou a produção de grãos no Estado em 2011. A região foi responsável por 25,4% da safra estadual, com 2,7 milhões de toneladas. Houve um crescimento de 13,9% em relação à produção colhida em 2010. A safra do Noroeste contribuiu para uma colheita recorde no Estado de 10,6 milhões de toneladas. Os números da produção de grãos estão no último relatório do IBGE sobre a safra de 2011, que está praticamente encerrada. Segundo o levantamento, a região do Alto Paranaíba aparece em segundo lugar no ranking do Estado com 2,4 milhões de toneladas, que correspondem a 22,3% do total em Minas. O Triângulo Mineiro vem em seguida com 2,2 milhões de toneladas colhidas. O número representa 20,8% da safra mineira.

Entre os municípios, Unaí (Noroeste) aparece como o principal produtor de grãos em Minas Gerais, com uma safra de 798,5 mil toneladas, seguido por Uberaba (Triângulo), com 577,6 mil toneladas. Completam a lista dos cinco maiores produtores os municípios de Buritis, Paracatu (ambos no Noroeste) e Perdizes (Alto Paranaíba).

PRODUTOS

O milho é o principal grão cultivado em Minas Gerais. A safra 2011 deve chegar a 6,5 milhões de toneladas, segundo o IBGE. A região do Alto Paranaíba detém a maior produção estadual com 1,5 milhão de toneladas, o equivalente a 23,6% da produção mineira. Em seguida, aparecem as regiões do Sul de Minas (20,4%) e Noroeste (17,1%). Mas o município que mais produziu milho em 2011 está no Triângulo Mineiro: Uberaba liderou o ranking estadual com 329,2 mil toneladas. Em segundo lugar, aparece o município de Unaí, com 249 mil toneladas, e Perdizes, com 198 mil toneladas.

A produção de soja em Minas Gerais, neste ano, será de 2,9 milhões de

toneladas. O Noroeste foi responsável por 37,1% da produção do Estado, seguido do Triângulo Mineiro (35,8%) e do Alto Paranaíba (21,6%). Unaí lidera a produção de soja entre os municípios mineiros, com 330 mil toneladas. Na vice-liderança aparecem Buritis (Noroeste), com 253,7 mil toneladas, seguido por Uberaba, que produziu 240 mil toneladas.

Com a pavimentação asfáltica da Rodovia “Entre Ribeiros” de Paracatu até Brasilândia de Minas, cujas obras já iniciaram em 2014, o Agronegócio do Noroeste de Minas irá se firmar ainda mais no mercado brasileiro.

MINERAÇÃO

Além do Agronegócio, a mineração é muito presente na região Noroeste. O Minério para produção do Zinco (Grupo Votorantim) em Vazante-MG, e a Mineradora Kinross, Multinacional Canadense que explora o ouro na cidade de Paracatu, cuja produção de ouro está entre as cinco maiores empresas produtoras de ouro do Brasil.

DADOS SOBRE O MUNICÍPIO

INDICADOR VALOR – (Índices de Qualidade de Vida)

João Pinheiro é um município, onde sua população tem uma boa qualidade de vida. A cidade de João Pinheiro apresenta infraestrutura conforme listado abaixo:

- 95% das residências com rede de esgoto coletada;
- 100% com água canalizada e tratada;
- 95% de toda a cidade têm as ruas pavimentadas;
- É uma das cidades mais limpas do Estado de Minas Gerais;
- 82% das famílias com casa própria;
- O Sistema de Saúde conta com várias unidades básicas de saúde

(PSF, Clínica de Saúde da Mulher, Clínica de Fisioterapia, CAPS, Farmácia Municipal, um Hospital Municipal com 53 leitos, de saúde e mais de 30 profissionais médicos atendendo diariamente);

- A Taxa de Mortalidade Infantil é de 12% por 1.000 crianças nascidas vivas até os 5 anos de idade;
- O IDH-M que era de 0,419 em 1991 passa para 0,697 em 2010, com uma estimativa de 0,722 em 2013;
- A Taxa de desemprego que em 2000 era de 13,57%, em 2010 este percentual cai para 6,7%.

Fonte: *Secretaria Municipal do Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS, IBGE.*

2.4. Aspectos Históricos e Dados Gerais do Município de João Pinheiro

O processo de colonização da região, provavelmente na metade do século XVIII, ocorreu no período que antecede a descoberta do ouro nas regiões das minas com o movimento das entradas e bandeiras rumo às terras de Paracatu.

Antes da ocupação pelo homem branco, o território era habitado apenas por ameríndios (da tribo de Cataguá) e negros fugitivos das minas de Paracatu e de Goiás.

Por volta de 1818, nas proximidades das margens da Vereda da Extrema, surgiu um pequeno povoado, fundado por bandeirantes e tropeiros que buscavam a Capitania de Goiás, este foi o primeiro pouso do homem branco nestas paragens. No entanto, alguns desses aventureiros se fixaram animados pela criação de gado e pelos garimpos de diamantes, no Rio Santo Antônio. Foi uma febre e esta passou a ser a principal atividade do arraial nascente.

O povoado recebeu o nome de Santana dos Alegres, esta foi a primeira denominação do primitivo arraial pertencente ao bispado de Pernambuco - que deu origem ao município atual.

Segundo a tradição oral, um boi curraleiro muito bravo que vivia nas adjacências do local, frequentemente, ao anoitecer, ia para o arraial e lá permanecia durante toda a madrugada a mugir. O hábito daquele animal, chamado Alegre, intrigava a todos. Conta-se que esta foi a razão do nome do povoado.

Em 1873, o povoado de Santana dos Alegres foi elevado a distrito (em terras de Paracatu). Até 1902, o garimpo foi bastante explorado às margens do rio Santo Antônio e no leito de outros cursos d'água. Em 30 de agosto de 1911, Santana dos Alegres, recebeu seu nome atual, e foi-se desmembrado de Paracatu. Em 1925 foram-lhe concedidos foros de cidade e sede de município.



Geografia

Localizado na porção noroeste de Minas Gerais, João Pinheiro é o maior município em extensão territorial de Minas Gerais, com 10.717 km², tendo quase o dobro da área de todo o Distrito Federal, o quádruplo de Luxemburgo, e é maior do que países como Chipre, Porto Rico, e muitos outros. Possui acesso fácil pela BR-040, responsável pela ligação Belo Horizonte-Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas.

POPULAÇÃO

João Pinheiro: 48.472 habitantes (estimativa/atualização IBGE, 2016) sendo:

Cidade: 34.489

Zona Rural: 13.060

Do ponto de vista geográfico, a sede municipal situa-se a 46°10'27" de longitude oeste e 17°44'26" de latitude.

EDUCAÇÃO

O município de João Pinheiro tem 14 Escolas de ensino pré-escolar: são 4 escolas - Ensino pré-escolar - escola privada – 2012 e 10 escolas de ensino pré-escolar pública municipal. O número de matrículas efetuado no ensino pré-escolar foi de 1.160.

Sendo efetivadas 160 matrículas no ensino pré-escolar em escola privada. Já no Ensino pré-escolar de escola pública municipal foram efetuadas 1.000 matrículas. O número de docentes no ensino pré-escolar foi 78. Sendo que 12 docentes estão inseridos no ensino pré-escolar da escola privada e 66 docentes pertencem ao quadro de ensino pré-escolar de escola pública municipal.

No município tem 28 escolas de ensino fundamental. São 04 escolas da rede privada, 12 escolas públicas estaduais e 12 escolas públicas municipais. O Número de matrículas efetuadas no ensino fundamental foi 7.200. O número de docentes no ensino fundamental é de 480.

As escolas de ensino médio no município são 09, assim distribuídas: escola privada 3 e 6 escolas pública estadual. O quadro de docentes no ensino médio e composto por 181 docentes.

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012. *NOTA: Atribui-se zero aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.*

- PIB: R\$ 1.177.617,00 (IBGE,2015);
- Renda Per-Capta: R\$ 24.442,55 (IBGE, 2015);

Orçamento do Município 2014: R\$ 102.000.000,00 (Fazenda Municipal 2013).

A Economia de João Pinheiro tem crescido muito nos últimos 5 anos, um dos setores responsáveis por este crescimento é o Agronegócio que responde por boa parte da economia do Município com o reflorestamentos (Vallourec, Gerdau, Egir, Plantar e outras) usinas de álcool e açúcar (D Agroflorestal, Destilaria Rio do Cachimbo, G5 e BEVAP, esta última uma das 20 maiores usinas de álcool e açúcar do Brasil), Pecuária (6º maior rebanho bovino do Estado de Minas Gerais com mais de 400 mil cabeças, com uma produção diária de leite na ordem de 130 mil litros). Destaca-se ainda a indústria do vestuário, cerâmica, comércio e serviços.

REDA NA CIDADE

Dos 853 municípios mineiros, João Pinheiro está entre os 80 municípios mais desenvolvidos, com um PIB de R\$ 1.177.617,00 com uma renda per capita de R\$ 24.442,55 (IBGE, estimativa de 2015).

O movimento econômico e financeiro da cidade gira em torno das seguintes atividades pela ordem de empregabilidade e composição do PIB local.

- Agronegócio e pecuária (muita mão de obra empregada nas empresas de reflorestamentos, produção de álcool e açúcar, criação e comercialização de bovinos e produção de leite e seus derivados);
- Comércio e serviços (supermercados, lojas de roupas e tecidos, lojas de móveis, eletrodomésticos e produtos eletrônicos, bares, restaurantes, instituições financeiras, Serviços Públicos, escritórios e outros);
- Indústria (Usinas de Álcool e Açúcar, Confeções, Cerâmicas, Laticínios e outras);
- Aposentados e pensionistas do INSS, de órgãos estaduais e federais;

- A grande maioria da população economicamente ativa e com ocupação, cerca de 65% tem uma renda mensal de 1 a 2 salários mínimos. Outros 20% tem uma renda mensal de 2 a 5 salários mínimos. O restante, ou seja, 15% com renda mensal acima de 5 salários mínimos.

Fonte: IBGE, MTE, Secretaria Estadual da Fazenda de MG, INSS e Prefeitura Municipal de João Pinheiro.

MEIOS DE TRANSPORTE

João Pinheiro tem uma localização estratégica localizada às margens da BR 040 que dá acesso a Brasília e Belo Horizonte, a Montes Claros e Uberlândia pela BR 365, a Patos de Minas pela MG 410 e a Unaí pela MG 188. O meio de transporte utilizado é o Rodoviário, com projetos em estudo e em fase de aprovação para construção futura de uma linha ferroviária de Unaí-MG a Pirapora-MG e Aéreo (João Pinheiro tem um dos melhores aeroportos da região todo pavimentado e com hangar). O Município está distante da Capital Federal a 310 Km, de Belo Horizonte a 420 Km, e de Uberlândia a 370 Km.

MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

João Pinheiro tem limites com os seguintes municípios: ao norte com Brasilândia de Minas a leste com Buritizeiro ao sul com Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas e a oeste com Lagoa Grande e Paracatu.

MAPA DA CIDADE



ECONOMIA E DADOS POPULACIONAIS

A estratégica localização, no noroeste de Minas, na região do Urucua, proporciona permanente intercâmbio comercial e cultural com quatro Capitais e importantes cidades da região, tanto no Triângulo como no Norte do Estado.

A economia do município gira principalmente sobre o agronegócio, com destaques para a pecuária (bovinos de leite e corte), agroflorestal e sucroalcooleiro. No setor de confecções também se concentra parte considerável da mão-de-obra da cidade.

Predominam em João Pinheiro as atividades primárias, em especial a agropecuária. Isso fica patente através do confronto entre os dados dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991, referentes à estrutura setorial de absorção da população economicamente ativa - PEA -do município. Ademais, observa-se uma tendência de progressiva redução de pessoas ocupadas no setor primário, em detrimento do aumento de pessoal nos outros setores, sobretudo no terciário.

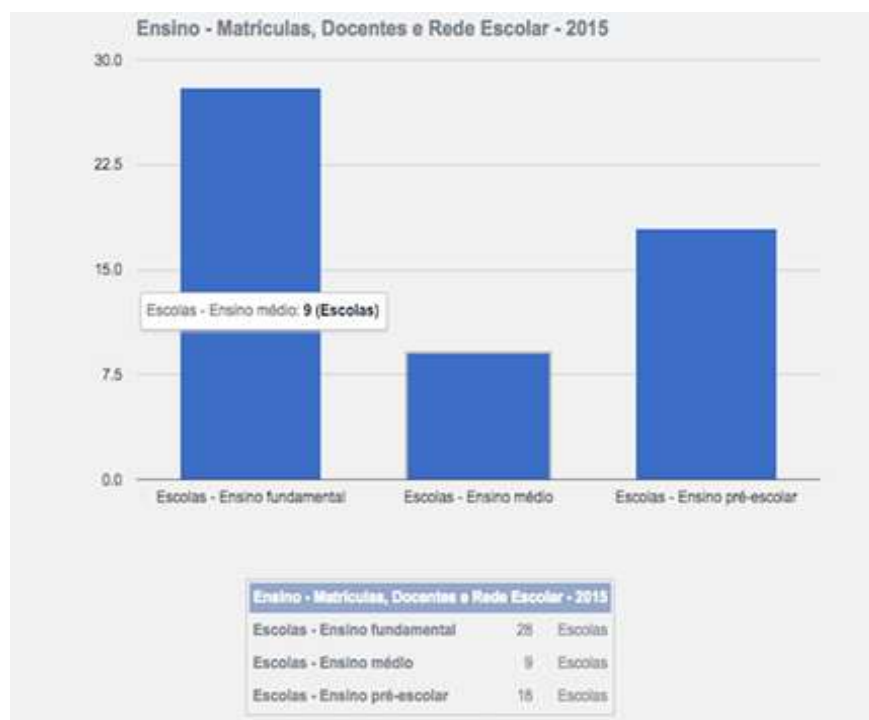
A população pinheirense distribui-se num território cuja extensão correspondeu a 14.451 km², o que perfazia uma densidade demográfica de 4,6 hab./km², até 1995, cerca de seis vezes inferior à registrada para Minas Gerais. Com a emancipação de Brasilândia de Minas, tal extensão se reduziu para 10.779,61 km². Considerando sua área e a população atualizada do município, a densidade demográfica caiu para 3,62 hab./km².

A população distribui-se, além da sede, nos distritos de Caatinga, Canabrava, Luizlândia do Oeste, Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas. Além dos distritos, verifica-se em João Pinheiro a presença de nove vilas (Almas, Malhada Bonita, Olaria, Parque das Andorinhas, Riachinho do Gado Bravo, Riacho do Campo, São Sebastião, Tauá, e Vereda Malhada), além de dezoito núcleos de pequenos e médios produtores rurais, bem como pelo menos três núcleos de colonização, relacionados à reforma agrária.

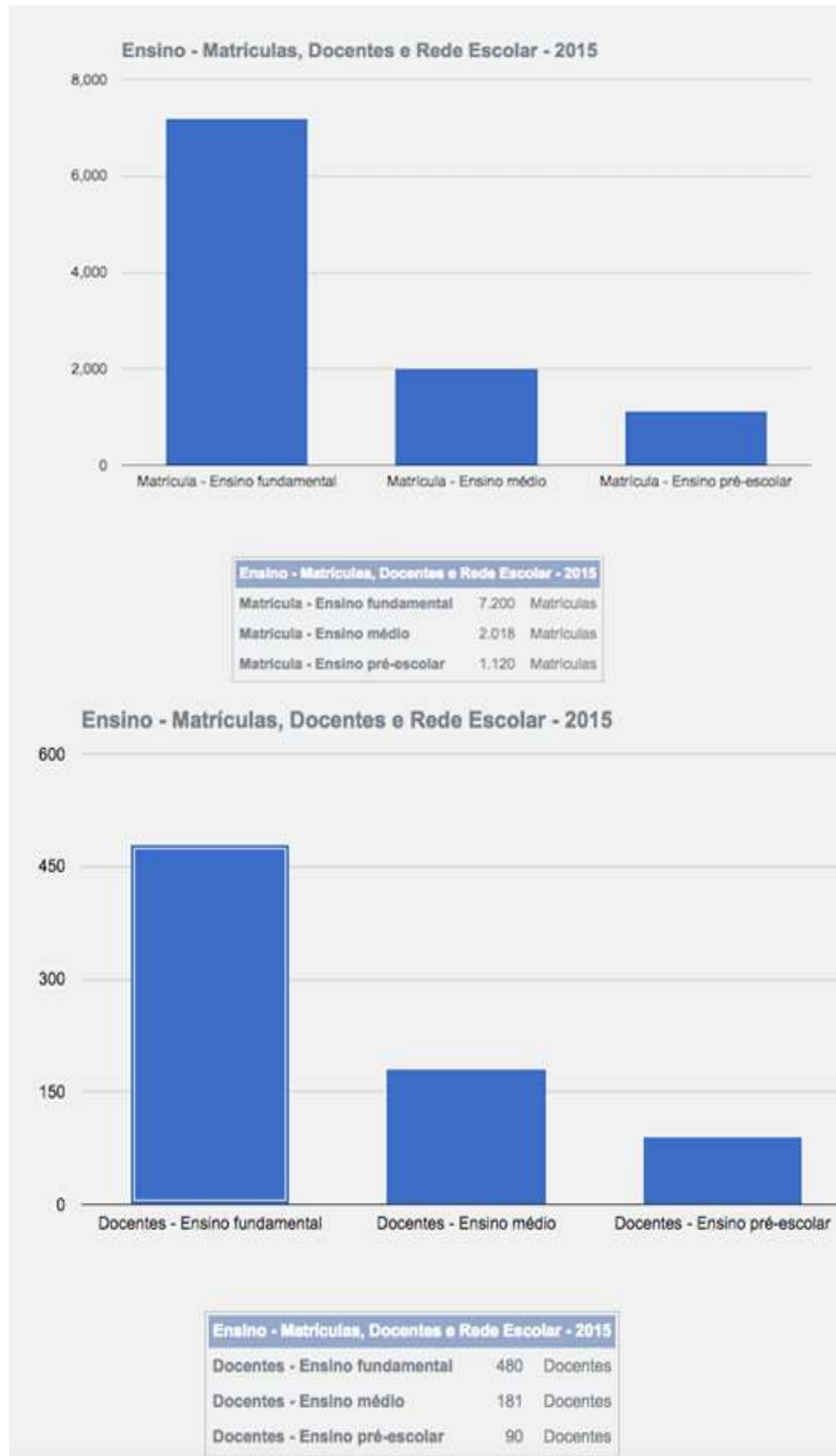
Sua população estimada em 2015 era de 48 179 habitantes (IBGE 2015).

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - João Pinheiro é 0,697, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM



entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,788, seguida de Renda, com índice de 0,683, e de Educação, com índice de 0,630.



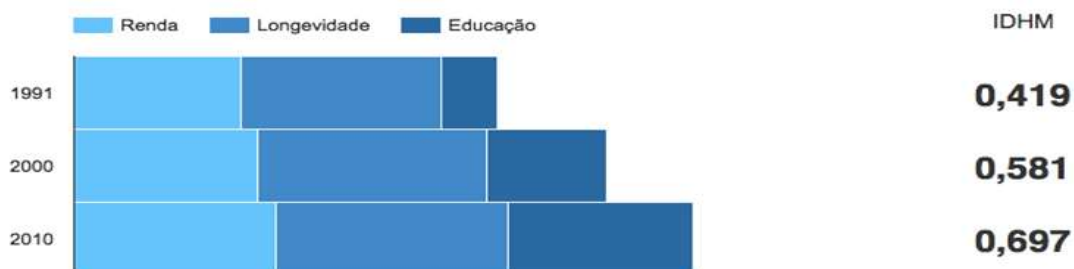
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES JOÃO PINHEIRO/ MG			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,192	0,406	0,630
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	17,23	29,96	46,49
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	23,10	53,96	92,14
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	35,51	65,90	90,13
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	15,63	46,92	63,96
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	6,88	22,08	47,28
IDHM Longevidade	0,680	0,774	0,788
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,78	71,46	72,25
IDHM Renda	0,564	0,624	0,683
Renda per capita (em R\$)	267,41	387,79	562,24

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Evolução entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,581 em 2000 para 0,697 em 2010 - uma taxa de crescimento de 19,97%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,32% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,224), seguida por Renda e por Longevidade.

IDHM



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

João Pinheiro ocupa a 1995ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Aspectos Educacionais

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.3 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 287 de 853. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 191 de 853. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94.9 em 2010. Isso posicionava o município na posição 800 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 5.043 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. São 28 estabelecimentos de ensino fundamental, 18 unidades pré-escolares, 9 escolas de nível médio. Ao total, são 10.338 matrículas e 751 docentes registrados.

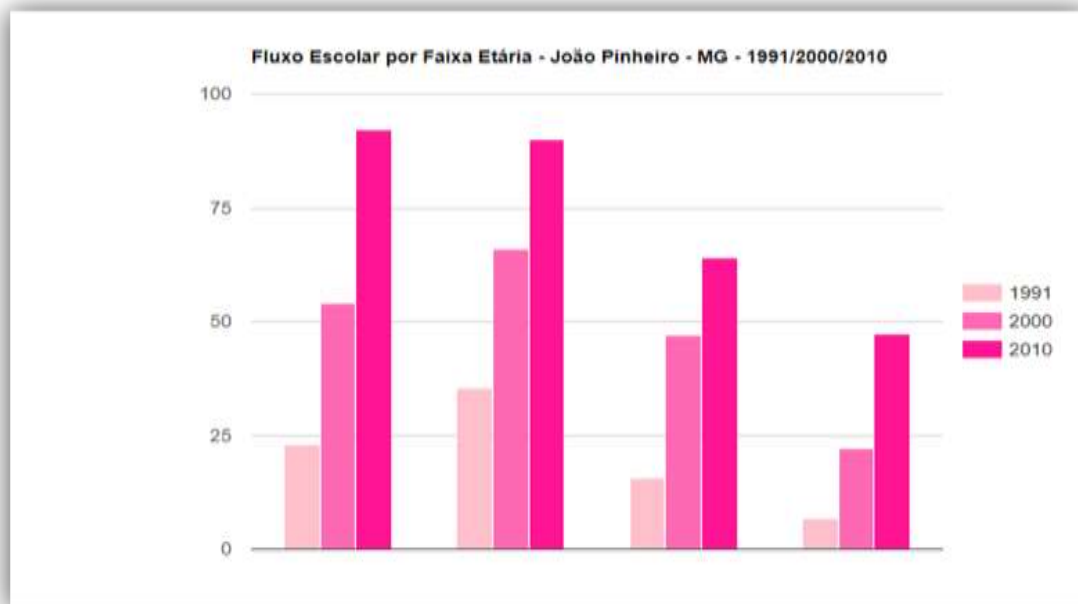
EDUCAÇÃO EM JOÃO PINHEIRO EM NÚMEROS

MATRÍCULAS INICIAIS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA	TOTAL
ENSINO FUNDAMENTAL					

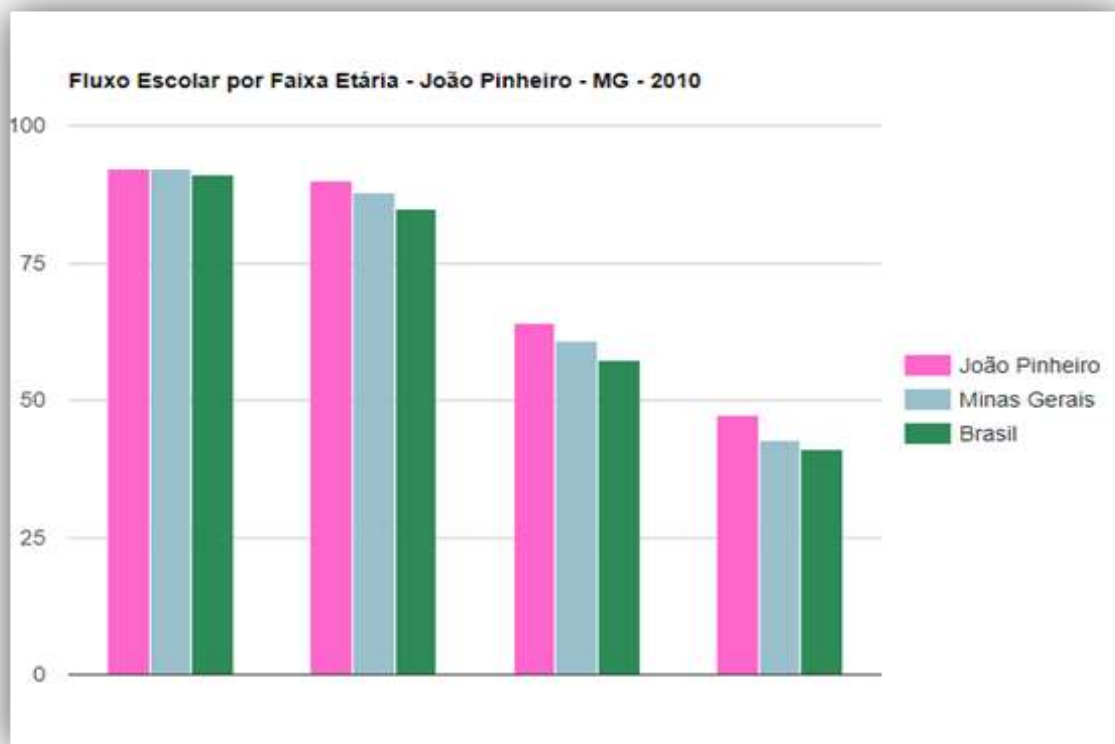
Anos Iniciais	0	0	963	157	1.120
Anos Finais	0	5.028	1.529	643	7.200
ENSINO MÉDIO					
Ensino Médio	0	1.800	0	218	2.018

Indicadores

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 92,14%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 90,13%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 63,96%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 47,28%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 69,04 pontos percentuais, 54,62 pontos percentuais, 48,33 pontos percentuais e 40,40 pontos percentuais.



Fonte: PNUD, IPEA E FJP



Fonte: PNUD, IPEA E FJP

Em 2010, 86,36% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 84,83% e, em 1991, 75,48%.

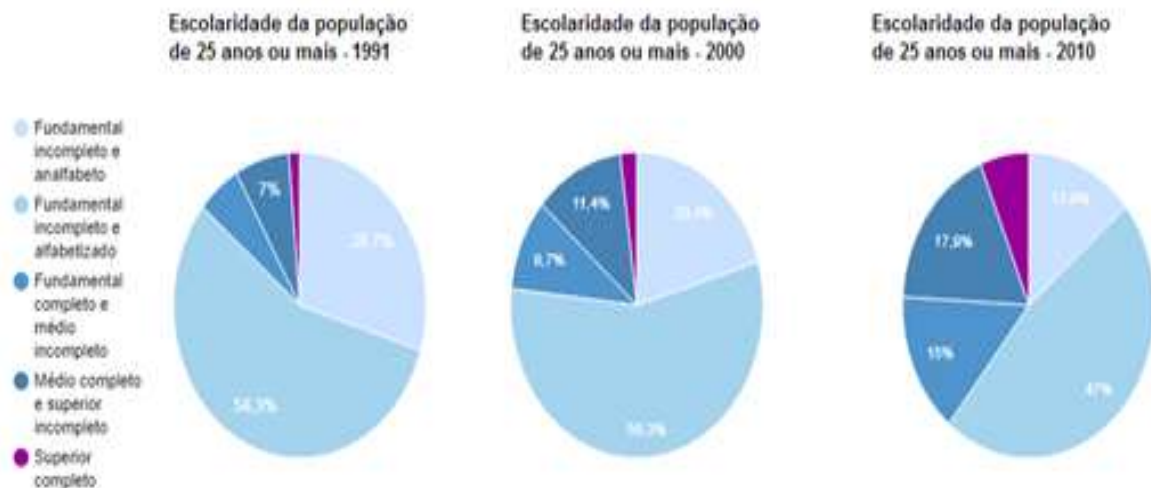
Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 15,77% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 2,82% e, em 1991, 1,18%.

Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,98 anos para 9,00 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 8,46 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.

População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 29,96% para 46,49%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 17,23%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 13,86% eram analfabetos, 39,10% tinham o ensino fundamental completo, 24,14% possuíam o ensino médio completo e 6,28%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.



Fonte: PNUD, IPEA E FJP

A criação do curso de graduação em Educação Física Licenciatura vem ao encontro das necessidades de desenvolvimento da cidade e à concepção da Instituição, cuja meta é implantar uma unidade integrada e multidisciplinar de ensino qualificado, promovendo um ambiente acadêmico que propicie e estimule a pesquisa científica e a produção intelectual, política, social e cultural. Destarte, há a necessidade de implementação e oferta de mais vagas na área da educação física e, por conseguinte, de novos cursos, tais como o que é objeto da presente proposta de Projeto Pedagógico de Curso.

Isto posto, a IES contribuirá com a demanda em âmbito regional e, consequentemente, nacional, no que tange a formação de profissionais da educação física aptos a atuarem nos mais diferentes segmentos sociais

educacionais, que sejam capazes de educar cidadãos conscientes do seu papel dentro de uma realidade social, histórica, econômica, regional e nacional, que merece ser conhecida e respeitada. Buscando assim, responder aos contrastes regionais. Assim, a Faculdade Cidade de João Pinheiro se propõe a colaborar para que essa população tenha também acesso à formação superior, com um sistema aberto, buscando-se manter um bom relacionamento entre a organização e seu ambiente externo, insistindo na busca constante da qualidade em todos os processos acadêmicos e administrativos. A IES se julga responsável por identificar, cultivar e explorar as competências essenciais que tornam o crescimento organizacional possível e sustentável.

3. Políticas Educacionais no Âmbito do Curso:

A IES desde seu credenciamento procurou implementar todas as propostas relacionadas em seu PDI e Regimento Interno. Dessa forma, iniciou-se com os órgãos Administrativos de apoio, que conforme estrutura da Instituição contemplam todas as necessidades institucionais e legais. Os órgãos de Colegiado Superior de Cursos estão funcionando normalmente com seus membros designados por portaria e através da realização de reuniões que ocorrem de forma sistemática conforme regimento e demais normas.

A gestão institucional está em consonância com as atividades da Instituição, com os diretores, administradores e coordenadores, cumprindo todas as exigências e metas estipuladas pelo conselho superior (CONSUD), compondo parte das decisões institucionais e das determinações do MEC.

O Plano de Desenvolvimento Institucional está estruturado de modo que permite uma postura que contemple essa nova realidade político-educacional, caracterizando-se pelo conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica e a dinâmica dessa Instituição, não se restringindo à mera organização de componentes administrativos, mas sim, em um planejamento estratégico organizado dos atos até hoje praticados e nas ações a serem realizadas pela Instituição em um prazo de até 05 (cinco) anos.

A época social norteia os novos paradigmas os quais a IES adotou e adequou-se. A educação por sua vez, é responsável pela formação de conhecimento científico, pelas habilidades e práticas profissionais, bem como, convicções as quais levam a crítica reflexiva e consequentemente à ação refletida que proporciona a evolução da sociedade.

A FCJP não pode definir seu futuro, mas pode delinear seu desenvolvimento, levando em conta as características e as tendências do meio na qual está inserida. Nesse contexto, as características e as tendências do meio, alteram e transformam a realidade da instituição, rapidamente e se fazem necessárias as adaptações, para galgar às transformações de forma criativa e crítica, assumindo, o papel de interveniente ativo nesse processo de permanente mudança, que marca a sociedade contemporânea e a Educação Nacional.

Reconhecendo isso e acreditando que o efetivo planejamento do futuro de uma instituição de ensino superior é inseparável da visão própria de seu corpo gestor e de seu corpo social, a IES tem o intuito de facilitar o processo de planificação do seu PDI promovendo a participação e transferência de sua gestão.

O Plano de Desenvolvimento Institucional tornou-se exequível e capaz de assegurar uma posição adequada à Instituição no cenário educacional mineiro e regional através das propostas, que foram apresentadas, e elaboradas a partir:

- Dos resultados nos processos de avaliação da instituição e de seus cursos, realizados nos últimos 4 (quatro) anos pelo MEC, através do INEP;
- Dos resultados dos processos de avaliações internas e análise da CPA (Comissão Própria de Avaliação) que une a instituição através de representantes dos alunos, docentes, técnicos administrativos e membros da sociedade, onde através de reflexões críticas, analisam o desenvolvimento da instituição;
- Apoio do Colegiado composto por alunos, professores e corpo técnico administrativo da instituição, além do NDE, composto por docentes abrindo espaço para a discussão coletiva, análise de documentos e diretrizes

descrevem caminhos e objetivos a serem alcançados para a maior significação do ensino e da formação dos discentes da instituição;

- Da identificação e da análise de um conjunto de variáveis, derivadas do contexto interno, consideradas capazes de afetar a situação da Instituição nos próximos anos.

3.1. Política de Educação Ambiental da Instituição

A FCJP compreende a importância da mobilização da comunidade acadêmica para reflexões que envolvem questões relacionadas à Educação Ambiental. Assim, as coordenações de cursos da instituição, juntamente com a Direção Geral da IES, elaboraram uma proposta de Educação Ambiental de acordo com os princípios de qualidade, ética, bem como com a legislação específica, incorporada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, proporcionando uma visão crítica da ciência e cultura, permitindo atividades de conservação da biodiversidade, de gerenciamento de resíduos, de manejo sustentável de recursos ambientais, e melhoria de qualidade ambiental, a partir de uma visão mais globalizada da questão ambiental como propiciadora do pleno exercício da cidadania.

A abordagem do tema é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

A Discussão Acadêmica social e econômica problemática em relação ao meio ambiente e seu processo de degradação tem ganhado cada vez mais espaço e tem sido objeto de políticas públicas voltadas, principalmente, ao processo educacional. Neste contexto, várias ações foram realizadas: os primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental, a instituição do Programa Nacional de Educação Ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente e dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, no qual a temática ambiental foi inserida como conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar.

Diante disso, a FCJP iniciou um trabalho em conjunto com representantes da comunidade acadêmica com o objetivo de elaborar uma proposta de educação ambiental voltada para a realidade regional, contando com a participação de professores, alunos e pessoal técnico administrativo. A possibilidade de integrar diferentes cursos superiores e preparar uma proposta a partir da realidade socioambiental regional, integrando Faculdade/Comunidade justificou plenamente a necessidade e relevância de um projeto que relaciona ensino, extensão e iniciação científica. A partir dessa necessidade foi Criado o NEA (Núcleo de Educação Ambiental) cujo objetivo principal é a interação entre a comunidade acadêmica, sociedade e as questões ambientais.

3.2. Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior

A IES, considerando o que dispõe o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO através da RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário e para assegurar o direito à educação a todos(as), adota em sua missão e em todos os regulamentos e ações que norteiam e efetivam suas ações práticas educativas para a defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, nos âmbitos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, a fim de garantir a igualdade e de defesa da dignidade humana, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, independente da área de estudo ou formação.

Para alcançar a Missão Institucional, de forma sistêmica, transversal e multidimensional, calcada fortemente no contexto da EDH, a IES declara como norteadores de suas ações seu PDI e PPC os seguintes fundamentos: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV- laicidade do Estado; V - democracia na

educação, posicionamentos estes apresentados na Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48. VI - transversalidade, vivência E globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Os princípios supracitados são articulados nas dimensões:

- I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando Linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
- V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Caberá ainda a IES, incentivar a pesquisa e a extensão no tema, promovendo diálogo com segmentos em situação de exclusão social e movimentos sociais, atuando assim com ações efetivas na formação de uma sociedade mais cidadã e responsável, junto à região onde atua, divulgando inclusive, pelos mais diversos meios midiáticos, os resultados e experiências vivenciados e obtidos. Vale lembrar a Missão da Mantenedora e suas Mantidas: “Educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a democracia e a cidadania além de promover a educação visando o desenvolvimento sustentável do País” conforme PDI (2015 a 2019).

Iniciação Científica (Pesquisa)

No que se refere à pesquisa a IES incentivará o desenvolvimento de saberes e ações no campo da EDH através de apoio a investigações especializadas focando na promoção da paz, desenvolvimento, justiça, igualdade e liberdade. Além de propostas de iniciação científica em questões ambientais, do

afrodescendente indígena, memória do patrimônio cultural, gestões específicas de ações sociais e demais atividades que possam se tornar de referência para o desenvolvimento de outros projetos.

Atividades de Extensão

São desenvolvidos projetos de extensão que enfatizam o compromisso da IES com a promoção e a defesa dos direitos humanos nos diversos segmentos que a mesma tenha inserção de forma direta ou indireta, internas e externas ao ambiente escolar de forma a contribuir com o crescimento local e regional em termos de políticas em prol dos direitos humanos.

Gestão

Na gestão os direitos humanos são incorporados na cultura e gestão organizacional, no modo de mediação de conflitos, lidando e reparando processos de violações através de ouvidorias, representação institucional e intervenção social junto às esferas públicas de cidadania, com participação da IES em conselhos, comitês, fóruns de direito e políticas públicas além da participação em projetos sociais principalmente relacionados à saúde proposto pelo Governo Federal e que muitas vezes encontra dificuldades na gestão dos mesmos por falta de colaboradores com experiência ou conhecimento de gestão.

Desta forma a IES espera contemplar estes princípios orientadores e a EDH como parte do processo educativo uma vez que sem os direitos humanos não será possível consolidar uma democracia substancial e uma Educação Completa e Inclusiva. Fatores estes necessários ao comprometimento da IES com a cultura e política dos direitos humanos, contribuindo assim para o bem estar de todos, salientando que outras formas de problemas com o avanço das tecnologias (bullying, invasão de privacidade), também terão de ser repensadas para a manutenção destes direitos.

3.3. Política Afrodescendente e Indígena

Para a execução da política sobre **Afrodescendentes e Indígenas**, a IES inseriu em todos os cursos uma disciplina sobre a Temática.

Cabe ressaltar que a IES executa projetos que incentivam a cultura Afrodescendente e Indígena e possibilita ao aluno um maior contato com a cultura tanto indígena quanto africana através de seminários, palestras, peças de teatro dentre outros eventos que visam discutir a temática não somente com a comunidade acadêmica, mas com a sociedade como um todo.

Neste contexto a IES busca constantemente parcerias entre movimentos sociais, gestores educacionais e sociedade civil com o objetivo de divulgar, promover e implementar as recomendações contidas nos pareceres do Conselho Nacional de Educação com relação à educação para as relações étnico-raciais e educação indígena.

O PPC está coerente com as Diretrizes Nacionais do Curso de Educação Física.

3.4. Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

O Autismo é uma denominação que atualmente é melhor explicada pelas nomenclaturas Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que indicam uma ampla variação na sintomatologia, onde se inclui um tripé de características: dificuldade de comunicação, de interação social e interesse e atividades restritos, estereotipados e repetitivos. Dentro do quadro do autismo, existem vários graus de comprometimento dos sintomas, tornando mais ou menos severa a situação da pessoa com esta síndrome. Dentre os graus de severidade, propõe-se um indivíduo de comprometimento maior, outro intermediário e o terceiro com comprometimento mais discreto.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro preocupa-se com a temática e trabalha em sala de aula práticas pedagógicas que visam a redução das barreiras à participação e à aprendizagem desses alunos, mostrando a importância da mediação e destacando o ensino superior como um espaço privilegiado, sendo o professor como elemento essencial para o acesso à aprendizagem.

A FCJP conta com atendimento psicopedagógico para acompanhar o aluno autista, oferecendo ao mesmo o suporte necessário. São desenvolvidas periodicamente palestras e seminários que abordam a temática para toda a comunidade acadêmica. Os professores das diversas áreas deverão trabalhar o tema de forma transversal com os alunos, instigando a curiosidade e levando os mesmos a pesquisar e se informar mais sobre o assunto.

Neste contexto a FCJP está propondo desenvolver uma política de acompanhamento e auxílio da pessoa com autismo e não apenas a transmissão de conteúdos numa disciplina motivo este das reuniões e discussões sobre o tema em questão.

4. Objetivos do Curso

A FCJP preza por uma formação pautada na atuação ética e profissional de seus acadêmicos conforme as DCN's e com os seguintes objetivos:

- Abranger as dimensões político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica, considerando que a intervenção do profissional, pressuponha a mediação com seres humanos historicamente situados;
- Dominar os conhecimentos que fundamentam e orientam a intervenção acadêmico-profissional, para que saiba mobilizar esses conhecimentos, transformando-os em ação;
- Dominar os conhecimentos específicos para sua intervenção acadêmico-profissional, com finalidade de compreender as questões e as situações-problema envolvidas no seu trabalho, identificando-as e resolvendo-as;
- Demonstrar autonomia para tomar decisões, bem como responsabilizar-se pelas opções feitas e pelos efeitos da sua intervenção acadêmico-profissional;
- Avaliar criticamente sua própria atuação e o contexto em que atua, bem como interagir cooperativamente tanto com a comunidade acadêmico-profissional, quanto com a sociedade em geral;

- Articular as situações de intervenção acadêmico-profissional e que estas sejam balizadas por posicionamentos reflexivos que tenham consistência e coerência conceitual.

São objetivos do Curso de Licenciatura em Educação Física, capacitar seus alunos para planejar, operacionalizar e avaliar, visando a aquisição e o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades específicas:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural da sociedade, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção de problemas de agravo da saúde; promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;

- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades educacionais, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, da promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a promover a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins, mediante a análise crítica da literatura especializada, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional;
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação, de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

5. Perfil Profissional do Egresso

A Faculdade Cidade de João Pinheiro, instituição integrada com as novas diretrizes da Educação criou um projeto pedagógico, que garante a formação de

um profissional com um perfil generalista, garantindo a formação de profissionais com Conhecimentos, Habilidades e Atitudes para as seguintes referências:

- periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;
- feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;
- incidentes sobre processos e resultados.

O(A) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras; VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

O graduado em Educação Física deverá ainda estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando à formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

6. Estrutura Curricular

A proposta pedagógica tem a empregabilidade, a sustentabilidade e o empreendedorismo como pilares estratégicos para o desenvolvimento do mundo organizacional, bem como da qualidade de vida de todos os atores envolvidos.

Com estas premissas a FCJP realiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo-se, nesse contexto, os indispensáveis projetos de ações assistenciais que potencializam a responsabilidade social presente no cotidiano da instituição, preparando os estudantes para assumirem papel ativo em uma sociedade marcada pelo multiculturalismo, pela pluralidade e pela rapidez das transformações.

A estrutura curricular do curso de Educação Física foi elaborada para atender às competências e habilidades descritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Resolução 07 de 31 de Março de 2004, que são:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural

da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.
- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

O curso de Educação Física da FCJP, nas figuras dos membros do Núcleo Docente Estruturante e de sua Coordenação compreende que o processo de elaboração de uma matriz curricular é dinâmico e plástico, desta forma, no seu desenvolvimento, dialoga com o mercado de trabalho, com o alunado e com as

instâncias superiores, sejam elas as da própria Faculdade ou das agências reguladoras. Desta feita, a estrutura curricular aqui apresentada traz em seu bojo o que se apreendeu nos processos de avaliação formais as quais o curso se submeteu e as orientações institucionais da FCJP.

O Curso de Educação Física - EaD da FCJP é integralizado em 4 (quatro) anos, ou seja, 8 semestres com tempo máximo para integralização de 12 (doze) semestres.

O Curso tem a carga horária de 3.720 horas, incluindo 200 (duzentas) horas de Atividades Curriculares Complementares, 400 (quatrocentas) horas de atividades práticas e 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado.

A contabilização da carga horária, indispensável à integralização curricular, encontra-se disciplinada no Regimento Geral da FCJP, de acordo com as instruções contidas na Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 e a Resolução nº 3, de 02 de julho de 2007 do Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC.

As ações programadas e que fazem com que seja atendida a matriz curricular do curso são contabilizadas, no âmbito da FCJP, pelas normas de trabalhos acadêmicos. O trabalho acadêmico compreende atividades docentes e discentes para além da sala de aula que, expressamente previstas nos Planos de Ensino, integram a carga horária da disciplina e, quando identificados como atividades complementares, a elas se agregam. O trabalho acadêmico efetivo, respeitando semestralmente os 100 dias letivos, computará duração da atividade acadêmica e o efetivo trabalho do aluno e compreende:

I - preleções e aulas expositivas;

II - atividades práticas supervisionadas tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais ou em grupo, prática de ensino, exercícios e tarefas pertinentes ao sistema indissociável de ensino e pesquisa, com cunho de aprofundamento ou aplicação de estudos, como

estágios, prática profissional, trabalho de campo, participação em programas de pesquisa, ou de extensão e ensino a distância.

A valoração e a quantificação em minutos das atividades acadêmicas são criteriosamente feitas, inadmitindo-se prejuízo ao cumprimento da carga horária total do curso. O desenvolvimento das atividades práticas das disciplinas em diferentes cenários e a participação em projetos de extensão e pesquisa levam à perspectiva de um trabalho coletivo (ambiente escolar), na busca de estratégias para a minimização dos problemas do cotidiano e o exercício pleno da cidadania.

Desde o início do curso, a multidisciplinaridade mescla da formação básica, quantitativa e profissional são disponibilizadas, construindo a maturidade e o perfil do aluno, esperados quando da conclusão do curso.

Esse movimento ganha vida na integração das interfaces das disciplinas que, necessariamente interagem na construção e na resolução dos problemas.

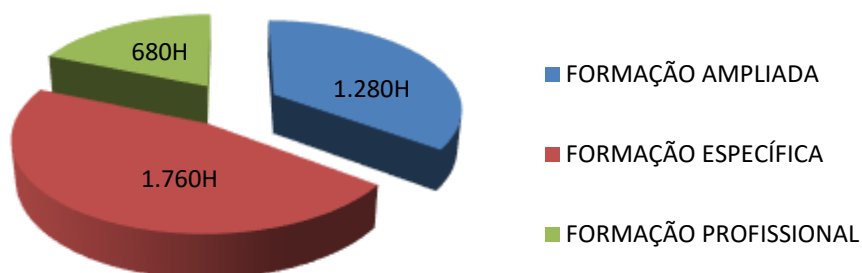
Componentes curriculares como TCC e Estágio Curricular Supervisionado, são devidamente atendidos, fruto do entendimento do NDE e Colegiado que é dever do curso contar com possibilidades de incentivar o amadurecimento profissional do aluno e a capacidade do mesmo em sistematizar suas ideias e conhecimentos num modelo acadêmico compatível ao nível de licenciatura.

A estrutura curricular e o ementário do Curso de Educação Física com a respectiva bibliografia básica e complementar das disciplinas são apresentados nos ANEXOS 2 e 3 respectivamente.

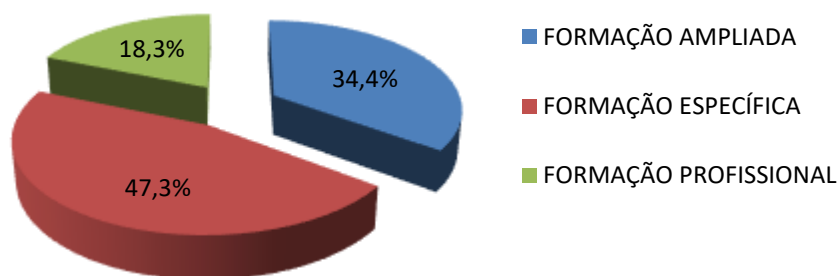
6.1. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos essenciais para o curso de graduação em Educação Física deverão estar relacionados ao perfil do Egresso e à DCN do Curso de Educação Física.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO - CARGA HORÁRIA



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO PERCENTUAL



Conteúdos	Disciplina	Período	Carga Horária
Formação Ampliada Abrange as seguintes dimensões do conhecimento: a) Relação ser humano-sociedade	Didática e as Concepções Pedagógicas I	1º	80
	História da Educação	1º	80
	Leitura e Interpretação de Textos	1º	80
	Psicologia da Educação	1º	80
	Introdução à Educação a Distância	1º	80
	Concepções Interdisciplinares	2º	80
	Filosofia	2º	80
	Ludicidade e Desenvolvimento da Pessoa	2º	80

b) Biológica do corpo humano	LIBRAS	2º	80
	Políticas Educacionais da Educação Básica	3º	80
c) Produção do conhecimento científico e tecnológico	Estudos Culturais e Antropológicos	5º	80
	Optativa	8º	80
	Ética e Cidadania	7º	80
	Diversidade e Educação	7º	80
	Responsabilidade Social e Ambiental	8º	80
	Tópicos Especiais	8º	80
Total de horas	1.280 h		
Porcentagem:	34,4%		
Formação Específica Abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões: a) Culturais do movimento humano b) Técnico-instrumental c) Didático-pedagógico	Educação Inclusiva: Fundamentos e Metodologia	2º	80
	Conteúdo e Metodologia da Educação Infantil	3º	80
	Conteúdo e Metodologia do Ensino da Educação Física	3º	80
	Princípios Gerais da Administração Escolar	3º	80
	Gestão Educacional	4º	80
	Psicomotricidade e Movimento	4º	80
	Avaliação de Aprendizagem	4º	80
	Gestão dos Processos Educacionais	4º	80
	Anatomia Geral	5º	80
	Introdução à Profissão: Educação Física	5º	80
	Cinesiologia e Biomecânica	5º	80
	Voleibol	5º	80
	Atividades Práticas de Ensino I	5º	100
	Atividades Práticas de Ensino II	6º	100
	Atividades Práticas de Ensino III	7º	100

	Atividades Práticas de Ensino IV	8º	100
	Nutrição na Prática Esportiva	7º	80
	Futebol e Futsal	7º	80
	Atletismo	7º	80
	Handebol	7º	80
	Teorias do Currículo	7º	80
Total de horas:	1.760 h		
Porcentagem:	47,3%		
Formação Profissional	Estágio Supervisionado I	6º	120
	Estágio Supervisionado II	7º	140
	Estágio Supervisionado III	8º	140
	Atividades Complementares	-	200
	Trabalho de Conclusão de Curso I	7º	40
	Trabalho de Conclusão de Curso II	8º	40
Total de horas:	680 h		
Porcentagem:	18,3%		
TOTAL	3.720 h		

Fonte: RESOLUÇÃO Nº 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004.

Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física.

7. Metodologia

Os princípios metodológicos da FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO estão norteados por sua missão, a qual deverá conduzir à obtenção do perfil desejado do egresso. No caso, a FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, busca uma proposta metodológica que privilegie a qualificação do aluno, sem, no entanto, deixar de formar um cidadão crítico e capaz de pensar e estabelecer por si soluções inovadoras, não só para a organização em que trabalha, mas também para a comunidade em que vive a sociedade de um modo geral.

A educação a distância é uma modalidade que possibilita a flexibilização dos currículos bem como inovação no processo de ensino-aprendizagem.

A adoção de EaD pelas IES mostra-se pertinente à contemporaneidade, dado que seu enfoque pedagógico prioriza o processo de aprendizagem, ao invés da instrução, e a adoção de formas de relacionamento e interação entre os participantes que enfatizem a aprendizagem contextualizada e o domínio do próprio estudante sobre o processo de aprendizado. (STRUCHINER ET AL, 1998).

Todas as disciplinas trabalhadas nesta modalidade partirão de um planejamento, com cronograma detalhado permitindo ao acadêmico uma melhor condução no desenvolvimento das atividades propostas e na autonomia dos seus estudos.

Ainda considerando o planejamento, o aluno receberá previamente orientações, manual, para que adquira conhecimento sobre o ambiente virtual de aprendizagem – AVA, assim como a estrutura de funcionamento da secretaria, do seu curso e das disciplinas, estabelecendo uma sequência ou rotas de aprendizagem, sempre que possível, para cada conteúdo abordado, além de procurar, ainda, estabelecer a interdisciplinaridade com as demais disciplinas do semestre do curso de Graduação.

No ambiente virtual de aprendizagem o aluno terá à sua disposição vários recursos que comporão a carga horaria da disciplina e atenderão as necessidades para uma formação de qualidade, como: material didático da disciplina; fórum de revisão conceitual, de dúvidas e discussão; reuniões online; materiais complementares.

O material didático é considerado elemento muito importante na EaD, porque se configura como um mediador que traz em seu núcleo a concepção pedagógica que guiará a aprendizagem. Para isso os textos são estruturados não apenas através dos conteúdos temáticos, mas também mediante um conjunto de atividades para que o aluno coloque em ação seus recursos, estratégias e habilidades, e participe ativamente do processo de construção do seu próprio

saber. No ambiente virtual de aprendizagem, o aluno terá acesso ao material na versão PDF com possibilidades de interatividade através de links que facilitarão a aprendizagem e deixarão a leitura mais dinâmica e ampla. A versão PDF possibilita o acesso off-line.

Para completar a formação do aluno no ambiente virtual de aprendizagem o aluno também terá a sua disposição, como citado anteriormente os fóruns, reuniões online, além de materiais complementares.

• **Fóruns:**

- **Fórum de Apresentação** - é um espaço reservado para que os professores orientem os alunos sobre a melhor maneira de estudar, percorrer todas as atividades propostas e participar das avaliações, e com isso obter maior proveito nas disciplinas.
- **Fórum de Revisão Conceitual:** Este é o espaço reservado para que o seu professor disponibilize resumos, questões referentes as disciplinas e outras atividades que ele julgue pertinentes e que lhe ajudarão nos estudos.
- **Fórum de Dúvidas** - é destinado para que os alunos relatem suas dúvidas referentes à disciplina e o professor possa respondê-las de maneira pontual.
- **Fórum de Discussão** - é reservado para o aprendizado colaborativo, onde o aluno poderá através de temas e atividades propostas pelo professor, debater e trocar informações com os colegas, sempre com o auxílio do professor.

Em todos os fóruns os alunos acompanham a troca de mensagens entre eles assim como as respostas dos professores e com isso é possível deixar registrado o que foi discutido além de os alunos receberem uma cópia das mensagens por e-mail.

- **Reunião Online:** O aluno entra no Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos dias e horários marcados e participa online das aulas, com a possibilidade de enviar

suas perguntas para serem respondidas em tempo real pelo professor. É uma ferramenta utilizada para realizar o fechamento sobre os assuntos tratados no conteúdo, onde o professor tira as possíveis dúvidas que possam ter ficado sobre o conteúdo, em tempo real, com dia e horário marcados.

A ferramenta conta com o recurso chat.

- **Vídeos:** Todo professor grava vídeos para que os alunos possam ter acesso e assistir quantas vezes julgarem necessário referente aos pontos mais importantes e dúvidas dos alunos sobre o assunto.

Todo o planejamento das atividades disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, inclusive desde a elaboração, produção do material didático e das atividades teóricas e práticas que compõem a disciplina, se relacionam, para que o conteúdo seja apresentado ao aluno de forma que o mesmo consiga atingir os seus objetivos.

A avaliação do desempenho acadêmico do aluno será realizada em vários momentos, tanto no ambiente virtual de aprendizagem – AVA quanto nos momentos presenciais, pois essa avaliação incorporará novos procedimentos, que valorizem as competências dos acadêmicos, uma vez que o uso de Tecnologias da Informação pelos discentes possibilita o desenvolvimento de outras habilidades, além das já previstas pelas matrizes curriculares nos cursos de origem.

8. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O **Estágio Curricular Supervisionado** constitui parte essencial deste currículo. Ele é o elo da aprendizagem teórico/prática com atuação assistida por docentes das instituições onde os estágios curriculares supervisionados serão realizados. O estágio curricular supervisionado possui legislação própria respeitando as cargas horárias previstas pelos Ministérios e Conselhos pertinentes.

8.1. Regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado

Os membros do CONSUD da FCJP, no uso de suas atribuições regimentais:

Considerando a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, especialmente no disposto no art. 82.

Considerando a Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio curricular supervisionado de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Considerando a Resolução CNE/CNES Nº 07, de 31 de Março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física e dá outras providências.

Considerando a Resolução CNE Nº2, de 1º de Julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Considerando o Estatuto e o Regimento Geral da FCJP (Faculdade Cidade de João Pinheiro).

RESOLVEM:

Regulamentar o Estágio curricular supervisionado obrigatório de Formação em Serviço – Estágio curricular supervisionado – do Curso de Licenciatura em Educação Física - EaD da Faculdade Cidade de João Pinheiro, conforme se

segue:

**DISPÕE SOBRE NORMAS REGULAMENTARES DO ESTÁGIO
CURRICULAR SUPERVISIONADO DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO
PINHEIRO – FCJP**

O Diretor Geral da Faculdade de Cidade de João Pinheiro, em João Pinheiro, MG, no uso das atribuições e considerando a necessidade de regulamentar as normas regimentais relativas ao estágio curricular supervisionado, adequando-as aos princípios do Núcleo Integrado de Pesquisa, Extensão e Estágio – NIPE; de promover a pesquisa e a investigação científica, tecnológica e cultural, nos campos privilegiados e propícios do estágio e da extensão associados ao ensino; e como forma de elevar a qualidade da educação ministrada nesta Faculdade, resolve:

NORMAS REGULAMENTARES

**CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

Art. 1º - Os estágios curriculares constam de atividades de prática profissional realizadas em situações reais de vida e de trabalho ou projetos específicos elaborados para aprendizagem social, profissional e cultural.

Parágrafo único: É obrigatória a integralização da carga horária total do estágio como atividade educativa regulamentar, prevista no currículo dos cursos, distribuídas por atividades planejadas pelo Professor-supervisor de Estágio e pelo Núcleo Integrado de Pesquisa Extensão e Estágio (NIPE), bem como a comprovação de aproveitamento pelo aluno.

**CAPÍTULO II
DOS PLANOS E RELATÓRIOS DE ESTÁGIO**

Art. 2º - Os Planos de Estágio de cada curso devem estar em consonância com a missão e objetivos da Instituição, visando ao perfil do profissional a ser formado pelo curso.

Art. 3º - O Projeto de Estágio, a ser elaborado pelo Coordenador do Curso em conjunto com o elemento responsável pelo estágio do NIPE, deve conter pelo menos:

- I - introdução;
- II - justificativa;
- III - objetivos;
- IV - procedimentos e estratégias;
- V - público alvo (séries, alunos, professores, instituição, etc);
- VI - campos de estágio;
- VII - formas de acompanhamento das atividades;
- VIII - formas de avaliação.

Art. 4º - O relatório de estágio dos alunos deve conter:

- I - capa de rosto com identificação da Instituição, identificação do Curso, nome do aluno, série, professor-supervisor, local e data;
- II - especificação das atividades e carga horária;
- III - projeto contendo: introdução (fundamentação teórica), justificativa, objetivos, procedimentos, material utilizado, público alvo, bibliografia, processo de avaliação da ação e dos participantes e conclusão.

Parágrafo único - Após analisados e implementados pelo Professor-supervisor de Estágio e Coordenador de Curso, o relatório de estágio deve ser encaminhado ao NIPE para conhecimento e avaliação.

Art. 5º - Os responsáveis pelo estágio devem diversificar, continuamente, os campos de realização do estágio.

Art. 6º - O acompanhamento do estágio deve ser feito pelo Professor-supervisor de Estágio, Coordenador de Curso e elementos responsáveis do NIPE.

CAPÍTULO III

DA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

Art. 7º - Compete ao Professor-supervisor de Estágio e Coordenador de Curso:

- I - orientar a elaboração dos projetos de estágio dos alunos e encaminhá-los ao NIPE para aprovação;
- II - propor planos de estágio concernentes aos projetos de extensão e pesquisa da Instituição;
- III - acompanhar os estagiários nas atividades programadas;
- IV - orientar e assessorar os estagiários na elaboração, execução e avaliação dos projetos;
- V - avaliar o aproveitamento do estagiário tendo em vista a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes necessários ao futuro profissional.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - Observadas as normas regimentais da Instituição, os estagiários obedecem a regulamentos específicos do estágio de cada curso e respectivas habilitações, desde que aprovados pelo NIPE.

Art. 9º - Além dos projetos específicos de estágio, o acadêmico pode engajar-se em projetos especiais de Pesquisa e Extensão propostos pelo NIPE, tendo direito às horas de estágio correspondentes, desde que estas contemplem atividades relativas a sua área de formação profissional e estejam ligadas a projetos de ação comunitária.

Art. 10º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

9. Atividades Curriculares Complementares (ACC)

As atividades complementares, as quais apresentam neste PPC sua carga horária computada em horas aula de 60 minutos, são aquelas realizadas pelo

aluno durante seu período de vínculo ao curso e relacionadas à sua formação profissional. São atividades paralelas de crescimento pessoal que possibilitam o desenvolvimento das práticas e estudos transversais e independentes preconizados pelas orientações de ensino no país objetivando orientar vocações para setores específicos ligados ao panorama econômico produtivo regional ou nacional. As vocações regionais serão contempladas nos estudos de áreas temáticas que irão complementar a formação acadêmica e estimular o desenvolvimento de expertises e ênfases previstas nas orientações para os cursos no país.

O controle da carga horária cumprida pelo aluno é feito mediante ficha individual, preenchida e assinada pelo responsável pelas atividades complementares e referendada pelo coordenador do curso. O limite válido para cada modalidade objetiva estimular o aluno a participar de diferentes atividades e ampliar as possibilidades de sua atuação junto ao curso.

É desejável o equilíbrio entre todas as modalidades de atividades, mas o aluno é livre para definir e consolidar seu perfil em relação ao curso.

Ao adotar a filosofia de que a educação é concebida como um instrumento que oferece ao indivíduo a oportunidade de construir sua própria formação intelectual será oportunizado ao discente a flexibilidade curricular através de atividades complementares, as quais poderão ser realizadas em qualquer fase do curso, num total de 200 horas, para integralização curricular; desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Serão consideradas atividades complementares:

- **Disciplinas Eletivas:** serão consideradas disciplinas eletivas aquelas oferecidas pela Faculdade em cada linha de formação, não contabilizadas nas horas da linha de formação, desde que atendam as necessidades da formação do profissional, as quais deverão ser solicitadas ao Colegiado até data prevista pelo mesmo, no semestre anterior, para apreciação e aprovação da viabilidade de aproveitamento curricular. Após aprovação no colegiado, o aluno deverá

matricular-se na disciplina requerida, seguindo as normas da IES e, ao concluir a disciplina, o mesmo encaminhará ao Colegiado o pedido de aproveitamento, para que o mesmo aprove e encaminhe às respectivas coordenações de cursos da Graduação o estudo de aproveitamento da referida disciplina para constar no histórico escolar. A carga horária será contabilizada integralmente.

- **Estágio Extra Curricular:** será considerado estágio extracurricular aquele não previsto no currículo. Para ser considerada atividade complementar o aluno deverá apresentar no início do semestre um plano de atividades ao Colegiado de Curso, o qual aprova ou não. Ao final do estágio o acadêmico deverá entregar ao colegiado um relatório das atividades desenvolvidas para avaliação. Será contabilizado como atividade complementar 50% da carga horária total realizada.

- **Participação em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão:** da carga horária total em projetos, o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante a aprovação do professor coordenador do projeto, que deverá encaminhar ao Colegiado de Curso a carga horária total do aluno.

- **Participação em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Workshops e Cursos:** 50% da carga horária total dessas atividades poderão ser contabilizadas como atividade complementar, desde que relacionadas com o Curso, mediante o encaminhamento de cópia do certificado de participação e relatório da atividade ao Colegiado de Curso, o qual aprovará a atividade.

- **Semana Acadêmica:** a participação será contabilizada integralmente, mediante o encaminhamento de cópia do certificado ao Colegiado.

- **Monitoria:** da carga horária total de atividades de monitoria o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante o encaminhamento do Relatório de Atividades pelo professor orientador ao Colegiado de Curso.

- **Apresentação de Trabalhos em Congressos, Fóruns e Seminários:**

cada apresentação de trabalho corresponderá a 20 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do trabalho e cópia do comprovante de apresentação, que será avaliada pelo Colegiado de Curso.

- **Publicações:** cada trabalho publicado em periódicos nacionais corresponderá a 15 horas e o publicado em periódicos internacionais corresponderá a 30 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do artigo ao Colegiado de Curso, o qual será aprovado pelo mesmo.

Também como atividade complementar a IES possui convênio com escola(s) de idioma para que os integrantes da comunidade Acadêmica possam tornar-se fluentes em uma ou mais línguas estrangeiras, o certificado de conclusão do nível intermediário em língua estrangeira, de escola(s) que mantenha convênio com nossa Instituição, corresponderá a 30 horas de atividade complementar.

10. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Artigo

Os artigos apresentados na conclusão de cada curso têm sido usados como um eficiente instrumento de aprendizagem. Os artigos têm por objetivo primordial capacitar o aluno a utilizar métodos de pesquisa, para melhor compreender e expor determinados aspectos do aprendizado como um todo.

Os artigos exibidos ao final do curso em combinação com disciplinas bem encadeadas e com uma bibliografia dirigida e atualizada tornam:

- Consolidados o processo de aprendizagem e os conhecimentos até então ministrados;
- Possível à comparação das diversas e diferentes linhas do pensamento, permitindo ao acadêmico estabelecer elos entre as diversas correntes que analisam determinados temas ou assuntos;

- Possível aprimorar o método de pesquisa bibliográfica, tornando o acadêmico ágil no manejo das ferramentas que, dia a dia, se disponibilizam e se aprimoram;
- Possível trabalhar dados e informações, filtrando aqueles pontos que realmente são interessantes para o tema em pauta.

O artigo deverá ser feito de forma individual, cabendo ao acadêmico encontrar dentro do conteúdo ministrado em seu curso e dentro da prática diária, alicerçada em seus conhecimentos, trazer à luz o seu pensamento consolidado sobre o tema ou assunto pesquisado.

O artigo deve obedecer aos princípios estilísticos e ao formato de apresentação de todo trabalho científico, com a finalidade precípua de habituar o acadêmico às regras da pesquisa, da apresentação e da gramática específica. (Norma ABNT)

A sintonia entre o tema do artigo e o estágio curricular supervisionado será privilegiada, pois isso dará ao aluno a possibilidade de um domínio maior da área de seu interesse.

NORMA PARA A ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ARTIGO

CAPÍTULO I - Dos Objetivos e Finalidades

Art. 1º - A FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, mantida pela ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE JOÃO PINHEIRO, dentro do âmbito da Legislação em vigor, só concederá o Diploma àquele aluno que, tendo recebido aprovação em todas as disciplinas de seu currículo, respeitados os limites de faltas previstos no Regimento Geral, apresente um Trabalho de Fim de Curso (TCC), que consiste em uma artigo, que aprovado pelo Orientador Acadêmico receberá uma avaliação, que transformada em nota deve ser maior ou igual ao especificado por essa Norma.

Art. 2º - Essa Norma tem por objetivo orientar os acadêmicos desta Instituição no desenvolvimento de seu Trabalho de Fim de Curso (TCC) ou Artigo, na apresentação e na forma de avaliar o trabalho realizado.

Art. 3º - A FCJP entende como Artigo um trabalho realizado pelo acadêmico, que discorrerá sobre tema acordado entre o interessado e seu Orientador Acadêmico. O Artigo tem por objetivos principais:

- I. Consolidar o processo de formação acadêmica e os ensinamentos ministrados em seu Curso;
- II. Propiciar ao aluno estabelecer comparação entre as diversas linhas de pensamento e estabelecer elos entre as mais variadas correntes de pensamento;
- III. Aprimorar o processo de pesquisa bibliográfica, tornando o interessado mais ágil na sintetização de um assunto, tratado de forma díspar por diversos autores, e;
- IV. Trabalhar dados colhidos através dos diversos meios de informação, dando aos mesmos, consistência e racionalidade.

§ 1º. Para desenvolvimento de seu Artigo, a Instituição coloca à disposição do seu corpo discente os meios disponíveis, procurando sempre manter seu acervo atualizado e oferecendo os meios eletrônicos disponíveis no seu parque de ensino.

§ 2º. O acadêmico, dentro dos meios disponibilizados pela Faculdade, deverá efetuar suas pesquisas, buscar informações e o gerenciamento do material colhido, de forma a dar ao seu trabalho o sentido amplo de pesquisa, fazendo uso de todos os ensinamentos ministrados, de forma que o Artigo desenvolvido possa espelhar os conhecimentos auferidos pelo acadêmico.

CAPÍTULO 2 - Do Artigo e sua Realização

Art. 4º - Os acadêmicos desenvolverão artigos individuais, acompanhados por Orientador Acadêmico que dará ao interessado as linhas do trabalho a ser desenvolvido, prestigiando a pesquisa bibliográfica e a coleta de informações e dados pelos meios disponibilizados ou de acesso particular do acadêmico.

Art. 5º - Os temas a serem tratados nos Artigos serão de escolha individual dos acadêmicos e versarão sobre assuntos tratados durante o curso, temas de importância e de relevância para a carreira. O Orientador Acadêmico e o interessado analisarão a forma de desenvolver o tema em pauta.

Art. 6º - A pesquisa bibliográfica será realizada pelo interessado que apresentará, em épocas pré-definidas por ambas as partes acordadas, relatório circunstanciado do material pesquisado. Será de inteira responsabilidade do interessado a manutenção das fontes do material e de sua criteriosa análise.

Parágrafo Único. Será de total responsabilidade do interessado a emissão de opiniões, devendo sempre respeitar a ordem constituída e a Legislação vigente do País. Isto não implica que os assuntos abordados atravessem fronteiras, sempre, porém, primando pela justeza e pela concórdia.

Art. 7º - O artigo desenvolvido pelo interessado deverá seguir padrão único, sendo digitada em fonte Times New Roman ou Arial, “caixa” 12 e impressa em impressora jato de tinta ou à laser ou outro meio de resolução compatível, folha tamanho A4, papel gramatura 90g/m2, guardando no topo da página um espaço de 3 cm, 2.5cm da margem esquerda, 3 cm da margem direita e 2.5cm do final da folha padronizada. Será dividida em seções, cada qual com seu título em negrito e caixa 14. Os itens e subitens serão nominados em algarismos arábicos, alinhados com a margem esquerda do texto.

§ 1º. O interessado apresentará ao Orientador Acadêmico a “primeira prova” de seu trabalho. Corrigida na forma de desenvolver e na apresentação, o Orientador Acadêmico analisará se o trabalho desenvolvido atende a Norma estabelecida e

não apresenta incompatibilidade com a Legislação em vigor. Tendo o aceite desse, o interessado poderá desenvolver a editoração final.

§ 2º. O trabalho de digitação, os custos de impressão e de editoração correrão por conta do interessado, podendo, a critério deste, usar para digitação os meios disponibilizados pela Faculdade. O trabalho de impressão, reprodução, encadernação, serão feitos “extra muros” e às custas e responsabilidade do interessado.

§ 3º. Em concordância com o Calendário Escolar, o Orientador Acadêmico marcará o dia e hora da defesa pública do artigo.

§ 4º. O artigo, encadernado em capa dura, portará capas frontal e posterior com modele fornecido pela Faculdade, segundo padrão definido pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO 3 - Do Orientador Acadêmico

Art. 8º - Qualifica-se como Orientador Acadêmico todo professor da Faculdade Cidade de João Pinheiro.

Art. 9º - É seis o número máximo de orientandos que um Orientador Acadêmico poderá assessorar, simultaneamente.

Art. 10º - Cabe ao Coordenador de cada curso, assessorado pela Secretaria Geral, designar Orientador Acadêmico e Orientandos.

§ 1º. A designação será feita mediante requerimento do interessado, protocolado na Secretaria, no período de matrícula que antecede um semestre à época que o interessado cursará a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º. De posse do requerimento protocolado, segundo o parágrafo primeiro deste artigo, o Coordenador de Curso designará os Orientadores Acadêmicos e seus respectivos orientandos.

§ 3º. Num prazo de trinta dias da designação, os Orientadores Acadêmicos reunir-se-ão individualmente com seus orientandos, analisarão os procedimentos a serem cumpridos, os deveres de ambas as partes e assinarão um “Termo de Compromisso entre partes” para o desenvolvimento do Artigo. Esse termo, analisado, discutido e assinado, será entregue ao Coordenador de Curso, que o afixará ao processo aberto para o interessado, na época de seu pedido de designação de orientador. Esse mesmo trará, além das assinaturas de ambas as partes, um resumo do trabalho a ser desenvolvido pelo acadêmico, as necessidades materiais para a realização, tais como bibliografia, meios computacionais e outras particularidades, constantes do acervo ou patrimônio da Associação Educacional de João Pinheiro, obedecendo ao Parágrafo Primeiro do Artigo 3º dessa Norma.

Art. 11º - O Orientador Acadêmico e o orientando discutirão e analisarão a linha de pesquisa a ser seguida.

Art. 12º - Por acordo estabelecido entre as partes, o Orientador Acadêmico, juntamente com o orientando, poderá oficiar ao Coordenador de Curso a troca de Orientador Acadêmico.

§ 1º. Ouvidas as partes em separado, o Coordenador designará novo Orientador Acadêmico para o orientando.

§ 2º. Um orientando só poderá solicitar uma única vez a mudança de Orientador Acadêmico, nos termos de que trata o “caput” deste artigo. Um segundo pedido de mudança só será possível quando analisado pelo Diretor Geral, que decidirá em instância superior.

CAPÍTULO 4 - Da Avaliação do Artigo

Art. 13º - O Orientador Acadêmico atribuirá ao interessado nota de zero a cem.

§ 1º. Considerar-se-á aprovado na disciplina de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 12, o interessado que obtiver média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Banca e a nota do Orientador Acadêmico, maior ou igual a sete.

§ 2º. Cabe recurso da decisão do Orientador Acadêmico ao Diretor Geral, atuando este como instância superior, que deliberará sobre o assunto.

CAPÍTULO 5 - Das Disposições Gerais

Art. 14º - Norteará os trabalhos do Orientador Acadêmicos do interessado:

- I. essa norma;
- II. a norma 6023/89 da ABNT.

Art. 15º - Os casos omissos nessa Norma serão resolvidos pelo Coordenador de Curso, cabendo recurso ao Diretor Geral, que atuará como instância superior.

Art. 16º - Essa norma entre em vigor na data de sua publicação.

11. Apoio ao Discente

O Atendimento Psicopedagógico busca sanar as dificuldades e motivar os seus discentes a participarem de todas as atividades e projetos ofertados pela IES. Diante disso, coloca à disposição dos alunos a monitoria, iniciação científica, participação de programas de extensão, eventos diversos, de natureza educacional, cultural, social e científica, como estratégia do processo ensino-aprendizagem, fazem parte ainda ações da ouvidoria, CPA, coordenação acadêmica, secretaria acadêmica, nivelamentos, psicólogo, pedagogo, coordenadores acadêmicos, setor financeiro, jurídico com encaminhamentos a bolsas com recursos próprios e governamentais como FIES. Dessa forma, as monitorias, os programas de extensão e a iniciação científica têm como objetivo o estreitamento da relação professor-aluno e a complementação do atendimento extraclasse.

O atendimento extraclasse ao acadêmico (a) é realizado pela Coordenação do Curso, pelos Professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, pedagoga, psicólogos, coordenador acadêmico, secretaria acadêmica com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo núcleo destinado ao apoio psicopedagógico aos discentes e docentes.

Cada setor exerce uma função na parte de psicopedagogia, a secretaria fornece a documentação necessária para o dia a dia dos discentes, os coordenadores auxiliam no acompanhamento de disciplinas, atividades extraclasse, atividades complementares a serem desenvolvidas, já os setores financeiro e jurídico auxiliam os discentes que apresentam dificuldades financeiras e encaminham os mesmos a buscarem bolsas em programas governamentais e também verifica a possibilidade de bolsas com recursos próprios. Alguns discentes também são atendidos e beneficiados com estágios remunerados em suas áreas de atuação dentro da própria instituição.

Sendo assim, cabe ao Coordenador acompanhar o desenvolvimento discente e apoiar as suas atividades acadêmicas, em consonância com o professor da disciplina ou conteúdo que requer a atividade de nivelamento, recebendo o auxílio dos docentes, especialmente, na orientação para o processo de aprendizagem, na elaboração de trabalhos de graduação, nas atividades complementares e nos estágios curriculares e extracurriculares.

11.1. Mecanismos de Nivelamento

As Atividades de Nivelamento são para aqueles alunos que encontram dificuldades nas disciplinas propostas pelo curso quando ingressam na Faculdade, independente do nível de conhecimento básico, tem como objetivo reviver os conhecimentos adquiridos anteriormente, de forma que acelere a adaptação do ambiente acadêmico. Esta atividade está disponível também para os discentes de outros períodos do curso, a fim de recuperar os aprendizados adquiridos em anos acadêmicos anteriores, refletir e aperfeiçoar os conhecimentos básicos, que por sua vez formam o alicerce para seu desenvolvimento não deixando também a conotação de Inclusão Social. **Em**

última instância, os cursos de nivelamento proporcionarão uma maior facilidade para os docentes, na medida em que tornam mais homogêneos os conhecimentos dos alunos.

Contudo, será sempre ofertado no início de cada semestre, podendo ser intensificado sistematicamente no decorrer do mesmo, em horários alternativos e fora do horário normal das aulas regulares para atendimento em grandes e pequenos grupos, proporcionando condições de todos os alunos interessados participarem.

As atividades de nivelamento caminham em consonância com as atividades complementares, no sentido de garantir a concretização do perfil profissional proposto pelo Curso, não sendo obrigatórias, mas a reiterada ausência ou pouco caso dos discentes com problemas de acompanhamento didático, para com relação a essas atividades, implicarão em medidas de advertência.

O coordenador de curso, ouvindo o Colegiado do Curso e NDE, a partir do diagnóstico inicial fomentará e apoiará ações de nivelamento, visando o atendimento dos alunos para o desenvolvimento dessas atividades.

11.2. Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPD)

O NAPD tem o compromisso de auxiliar a todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da FCJP a viabilizarem um processo educativo ampliado, onde o aprendiz e processo de aprendizagem sejam considerados de forma global. Nesse sentido, comprometido com o objetivo comum a todos os setores da faculdade – oferecer ensino de qualidade – o NAPD atua como facilitador para reflexões por parte da comunidade acadêmica acerca das relações psicopedagógicas e de como estas interferem no processo em questão.

Para atingir esse compromisso, o NAPD realiza diferentes ações que se destinam a suprir as demandas psicopedagógicas do discente. No atendimento psicopedagógico ao aluno o atendimento é realizado principalmente de forma

individual, quando este poderá verbalizar suas angústias e dificuldades referentes à vida acadêmica. Pressupõe-se que a partir do momento em que as questões subjetivas forem explicitadas e discutidas, se tornem não apenas menos angustiantes e menos geradoras de sofrimento, mas também sirvam para a experiência pessoal e autoconhecimento, culminando em atitudes e habilidades profissionais positivas, contribuindo para a sua formação mais integral e humana.

Excepcionalmente o atendimento poderá ocorrer de forma grupal, a partir de demandas identificadas onde esta modalidade de atendimento se mostre mais eficaz. Isto pode ocorrer no caso de diagnóstico situacional de problemáticas que envolvam grupos de alunos ou no caso da identificação de problemas comuns a um número maior de alunos onde a estratégia de atendimento grupal se mostre eficaz.

O aluno pode procurar o NAPD espontaneamente ou por meio de solicitação/encaminhamento de um docente, coordenador ou diretor que perceba que a proposta de trabalho do NAPD possa ser útil à formação do aluno.

É importante ressaltar que o trabalho de intervenção do NAPD não tem por objetivo oferecer ao aluno um suporte psicoterapêutico, mas, antes, o de auxiliar o aluno no reconhecimento de suas dificuldades e ansiedades relativas à formação e futura prática profissional. Caso seja diagnosticado que o aluno demande atendimento psicoterapêutico especializado, ele será encaminhado para as clínicas conveniadas especializadas neste atendimento.

Por meio de ações efetivas, em conjunto com diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e da prática docente, o NAPD procura proporcionar ao aluno uma formação profissional mais sólida, capacitando-o não apenas ao desempenho profissional técnico, mas também a considerar os componentes humanos, ou seja, sociais e emocionais de sua formação, auxiliando-o, a partir do autoconhecimento e reflexão sobre seus afetos, a ter uma postura ética e responsável, bem como, confiante de suas potencialidades. Assim, pretende-se que a partir da atuação desse espaço facilitador do processo de formação seja

possível minimizar as crises presentes no processo educativo; formar de um profissional com competências emocionais, técnicas e éticas; melhorar a prestação de serviços da universidade e, conseqüentemente, promover o reconhecimento do valor da formação promovida pela FCJP.

11.3. Setor de Projetos Sociais, Bolsas e Benefícios ao Aluno

O Setor dos Projetos Sociais foi criado no Campus com o intuito de prestar apoio aos alunos no que tange a tentativa de obtenção de bolsas públicas e particulares, além de oferecer atendimento pedagógico e educacional aos alunos quando os mesmos tiverem alguma dificuldade relacionada ao ensino, aprendizagem e as mudanças referentes à chegada e permanência na universidade como: adaptação a cidade, ao curso escolhido, ao ensino superior, dentre outras. O Setor atua junto às Coordenações de Curso e conta com duas profissionais especializados nas áreas: pedagógica, psicológica, financeira e jurídica.

Ao Setor dos Projetos Sociais compete:

- Assegurar os instrumentos e condições necessárias para o cumprimento dos currículos plenos dos cursos, do regime didático-pedagógico e do projeto de atuação pedagógica, em consonância com a legislação educacional vigente e com as diretrizes institucionais;
- Realizar estudos e pesquisas com vistas ao aprimoramento na execução do suporte técnico-pedagógico, para resolução de dificuldades no ensino e na aprendizagem, com atendimento aos docentes e discentes, articulando informações educacionais com as Coordenações de Curso;
- Elaborar instrumentos para diagnosticar dificuldades de aprendizagem, confeccionar e analisar dados de rendimento escolar, aplicar questionários e realizar entrevistas para sondagem das causas da evasão escolar (desistência, transferência e trancamento/cancelamento de matrícula) e repassar todas estas informações aos coordenadores e docentes dos cursos;

11.4. Ouvidoria

A Ouvidoria da FCJP, criada em 2005, tem o objetivo de compreender e respeitar as necessidades, direitos e valores do corpo discente e de toda a comunidade interna e externa da Instituição. O atendimento é feito pessoalmente, através das caixinhas da Ouvidoria espalhadas por todos os campi, ou eletronicamente através do site institucional. O atendimento direto e pessoal é marca de excepcionalidade encontrada na Ouvidoria da FCJP.

11.5. A comunicação e a Intercomunicação no Curso

No âmbito institucional, o aluno conta com um serviço de atendimento individualizado, realizado em um primeiro instante através de seus professores e do NAPD, e posteriormente pela coordenação de curso, integrado aos setores financeiro e de administração acadêmica.

O Portal Educacional da FCJP conjuntamente com a CPA são as principais ferramentas de comunicação atuando na convergência dos serviços aos alunos, professores, funcionários e à comunidade externa. A página na web se presta, com indubitável eficiência e eficácia, à comunicação entre todos que se envolvem no processo educacional, quer na esfera do ensino, da pesquisa ou da extensão.

A área restrita do Portal a alunos, professores e funcionários cobre boa parte das interações necessárias ao funcionamento cotidiano da instituição. Lá alunos e professores têm acesso às mais diversas funcionalidades que apoiam suas interações e a deles com os canais formais da Faculdade.

Todos os docentes e funcionários do curso dispõem de contas pessoais de e-mail para que possam estabelecer uma comunicação simples, direta e sem burocracias no seu dia-a-dia.

O curso adota ferramentas da internet que possibilitam a comunicação e a intercomunicação. Não há como alcançar os objetivos do curso sem o uso da internet. O curso usufrui das funcionalidades do Portal, tais como: lançamento

de notas, frequência, conteúdo ministrado e permite o diálogo permanente entre professores e alunos.

Da mesma forma, todos os alunos, no ato da matrícula acadêmica, são solicitados a cadastrarem-se no Portal, obtendo um *login* e senha. Seus endereços eletrônicos são parte integrante desse cadastro permitindo a comunicação bidirecional (aluno-professor) e multidirecional (incluindo a coordenação de curso, os colegas de turma e também as áreas de apoio ao discente) incluindo a Ouvidoria eletrônica (Fale Conosco).

A comunidade acadêmica recebe, periodicamente, o Informativo FCJP. Trata-se de um espaço no portal eletrônico que contém as principais notícias da universidade na forma de notas curtas e rápidas.

O curso também mantém quadros murais para avisos e divulgação de notícias diversas de interesse específico de alunos e professores.

11.6. Monitoria

Além das atividades curriculares complementares, os alunos do Curso de Educação Física da FCJP são incentivados a participar ativamente da construção do conhecimento desde o início do curso.

A Monitoria tem como finalidade a iniciação à docência e, como objetivo geral, contribuir para a melhoria do ensino de graduação, promovendo a cooperação acadêmica entre alunos e docentes. As atividades de monitoria no Curso de Educação Física são consideradas estimuladoras e fundamentais para despertar a vocação docente no estudante. Os monitores são selecionados a partir da publicação semestral dos editais de monitoria, que seguem a Regulamentação do Setor de Laboratórios e Monitorias.

O processo seletivo é por meio de concurso, promovido por cada disciplina, que consta de prova escrita e entrevista. As atividades de monitoria são oferecidas para disciplinas específicas que exigem a presença do monitor juntamente com

o professor responsável em ambiente de sala de aula e/ou laboratório (quando exigido pela disciplina).

Os alunos que efetivamente atuam como monitores recebem o certificado de exercício de monitoria na respectiva disciplina, onde consta, entre outros, a carga horária cumprida. Além disso, os monitores são agraciados com descontos diretamente incididos sobre o valor da mensalidade.

11.7. Iniciação Científica e Extensão

As relações semânticas entre **o ensino, a iniciação científica e a extensão**, num tripé de sustentação, é o que provê a identidade dos cursos superiores desta Instituição. Essas relações devem ser construídas de forma indissociável, de maneira que a atividade fim (ensino, extensão ou pesquisa) seja realizada com competência, eficiência, adequação, responsabilidade e constante processo de atualização e aperfeiçoamento.

Avança-se na questão da interdisciplinaridade, visto que os conhecimentos a serem trabalhados ao longo do curso procuram refletir o atendimento das necessidades dos alunos e ao perfil desejado dos egressos. Uma diretriz a nortear o ensino de todo corpo docente.

Para a efetividade da presente proposta, é imprescindível o engajamento de todos os setores, agentes educativos, comunidade, isto é, de todos os envolvidos com o processo de ensino.

Os professores da Instituição, em suas atividades de **ensino**, deverão ser capazes de não apenas transmitir o conhecimento ou sistematizar os mesmos, mas aliar essas atividades à **pesquisa** que vise à construção do saber científico e ao desenvolvimento de projetos de **extensão**, ligados às suas respectivas áreas de atuação, por mais que a IES não possua características de Universidade, procura-se incentivar a pesquisa em todos os segmentos e no próprio desenvolvimento de suas ações.

Os programas de extensão serão consequência das atividades de ensino e pesquisa.

A IES colocará à disposição da comunidade, serviços diversos, tais como: cursos de aperfeiçoamento e de extensão; biblioteca; eventos culturais e artísticos; atividades de estágios; assessorias e consultorias.

À instituição caberá ainda criar, empreender e difundir outras atividades que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de João Pinheiro. A realização de eventos culturais, artísticos, esportivos, de educação para o saber instrumental, educação ambiental, educação para a saúde, entre outros, deverá ser uma preocupação constante da instituição no atendimento da comunidade.

11.8. Meios de Divulgação de Trabalhos e Produções dos Alunos

A Revista **ALTUS CIÊNCIA (ISSN-2318-4817)** é uma publicação da FCJP que tem por objetivo a publicação de trabalhos realizados no âmbito da Multidisciplinaridade. A revista pode ser acessada por meio do link <http://fcjp.edu.br/a-faculdade/publicacoes>.

Os discentes e docentes são estimulados a publicar os trabalhos qualificados produzidos durante o curso.

11.9. Acompanhamento de Egressos

A Política de Acompanhamento do Egresso da Faculdade Cidade de João Pinheiro está fundamentada na possibilidade de discussão das ações que são realizadas pela instituição voltadas para o desenvolvimento dos acadêmicos tendo em vista o aperfeiçoamento dos cursos e dos serviços prestados a fim de melhorar as competências e as habilidades dos discentes bem como a participação dos egressos nas distintas atividades que são oferecidas pela instituição.

Por meio da política de acompanhamento a IES conhece o egresso, sendo possível traçar um mapeamento e, de forma sequencial, a partir das informações

obtidas, construir indicadores que permitem uma discussão e análise da qualidade dos cursos oferecidos e a repercussão dos mesmos no mercado de trabalho e na sociedade.

Devem-se levar em consideração que tais informações são importantes indicadores para o aperfeiçoamento dos próprios cursos e para o desenvolvimento qualitativo de oferta educacional da IES.

O programa de acompanhamento de egressos permite a coleta de dados sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, possibilitando assim que a IES acompanhe de forma contínua as mudanças e as necessidades atuais do mercado possibilitando assim a revisão e organização das propostas de formação dos cursos objetivando formar profissionais cada vez mais qualificados para o mercado.

A política de egressos também serve de apoio ao aluno durante a sua transição para o mercado de trabalho, uma vez que é de suma importância a continuidade da relação iniciada desde os primeiros semestres do curso de graduação. Tem-se o entendimento que a política de acompanhamento ao egresso não começa logo após a colação de grau.

Ela deve se iniciar enquanto o aluno está se preparando para sair do âmbito acadêmico para atuar no mundo do trabalho. Neste momento ocorre a necessidade de orientações específicas para que o mesmo possa se sentir mais seguro e preparado para enfrentar o a competitividade do mercado atual.

Sendo assim as políticas de acompanhamento do egresso juntamente com o Programa de Acompanhamento de Egressos são ferramentas fundamentais e fonte de informações para a autoavaliação continuada da Faculdade Cidade de João Pinheiro.

12. Processo de Autoavaliação

O processo de avaliação e de autoavaliação do curso de Educação Física está intrinsecamente articulado às mudanças e melhorias implantadas ao longo da sua trajetória.

A FCJP conta, em sua estrutura organizacional, com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela condução dos processos de avaliação interna da instituição, tanto no âmbito docente, quanto discente, de gestão e de infraestrutura.

As avaliações realizadas pela CPA são objeto de discussão e análise pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), contribuindo, desta forma, para a consolidação e aprimoramento dos processos acadêmicos.

Ainda na lógica da avaliação e autoavaliação, a Coordenação do Curso realiza avaliação anual junto ao corpo discente, através de instrumento próprio, quando os alunos são convidados, de forma voluntária, a responder questões referentes às disciplinas, ao corpo docente e à infraestrutura do curso. A partir dessa avaliação são gerados resultados que são discutidos nas reuniões de NDE e de Colegiado para a elaboração de estratégias que devem ser adotadas para o saneamento das fragilidades apontadas.

Também os docentes, através da CPA, são convidados a responder questionários específicos sobre o desempenho discente. Utilizam-se ferramentas eletrônicas e os docentes apresentam a sua impressão das turmas para as quais já ministraram aulas, completando assim, a avaliação 360°. Tanto os resultados das avaliações como as estratégias preparadas são apresentados e discutidos com os professores e estudantes.

Além do processo de autoavaliação, a identificação das principais demandas pontuais dos estudantes é feita pela aproximação da coordenação com a representação discente. São realizadas reuniões com os estudantes representantes de turma, quando é possível avaliar a percepção dos graduandos em relação ao curso. Nesses encontros é possível não só aproximar os alunos da coordenação, o que visa manter clara e transparente a comunicação no curso,

mas também tomar as providências ou prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

12.1. Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação de Curso

Os processos de avaliação externa e de autoavaliação de cursos da FCJP sempre se mostraram como excelentes norteadores para a melhoria contínua dos processos e políticas institucionais propostas em nosso PDI.

As avaliações externas regulamentadoras de credenciamento, recredenciamento, autorização e renovações das mesmas, orientam a IES em todos os processos de melhorias, tanto na organização didático-pedagógica quanto na infraestrutura e corpo docente, para que possamos trilhar caminhos cada vez mais próximos à excelência no processo de ensino e aprendizagem.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação, através de seus questionamentos direcionados a todos os setores da IES, se coloca como uma ferramenta aproximadora entre a Direção Geral e todo o corpo técnico e alunado, apontando para as principais necessidades e anseios dos acadêmicos, técnicos administrativos e docentes.

E Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE, avaliação a qual a FCJP sempre teve participação ativa, traz à tona as potencialidades e as fragilidades de nosso alunado no que diz respeito à absorção de conteúdos de conhecimentos gerais e específicos, podendo assim também servir de ferramenta para diagnose e intervenção na busca de um egresso com as características solicitadas pelas DCN's – Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Educação Física.

A FCJP percebe a importância dos processos avaliativos externos e internos, e tenta sempre, após levantamento realizado pelos mesmos, utilizá-los como fontes de informação fidedigna na busca de tomadas de decisões mais acertadas em todo e qualquer processo de modificação e/ou melhoria aplicado na IES.

13. Atividades de Tutoria

As atividades de tutoria na FCJP serão desenvolvidas pelo professor formador que é responsável por ministrar o conteúdo desenvolvido pelo professor conteudista, pois com o uso das novas tecnologias da informação e comunicação foi possível transformar o ambiente virtual de aprendizagem em uma sala de aula virtual com todos os recursos necessários para que se exerça a docência. Suas principais atribuições são:

- # Desenvolver a adequação dos conteúdos dos materiais didáticos digitais e auxiliar a equipe de mídias para elaboração mais adequada dos objetos de aprendizagem;

- # Desenvolver as atividades de docência das disciplinas curriculares do curso, nos fóruns e na sala de aula virtual;

- # Preparar as atividades para o Fórum de Discussão a partir do material didático e prover a participação dos alunos;

- # Organizar a agenda e a preparação da aula e ministrá-la na sala virtual, assim como motivar a participação dos alunos.

- # Utilizar diariamente os recursos tecnológicos disponibilizados para interagir com os alunos;

- # Promover a cultura da educação a distância e o uso dos espaços virtuais para aprendizagem;

- # Apoiar os alunos no estudo dos conteúdos esclarecendo suas dúvidas, indicando metodologias alternativas de aprendizagem, recomendando leituras, pesquisas e outras atividades, através do fórum de orientação de estudos;

- # Incentivar estudo e debates em grupo;

- # Estimular e acompanhar a integração do grupo promovendo a interação entre os alunos;

- # Dedicar a devida atenção aos estudantes com necessidades educacionais especiais, buscando orientação e apoio específicos ao CAD, quando for o caso.

- # Desenvolver as atividades de docência nas capacitações dos coordenadores, professores e tutores;
- # Coordenar os tutores presenciais e orientá-los na execução das atividades;
- # Acompanhar os relatórios gerados pelo sistema a respeito da participação dos alunos nas atividades do ambiente virtual de aprendizagem, inclusive acessos aos conteúdos;
- # Avaliar periodicamente o material didático, os estudantes e o processo de ensino e aprendizagem;
- # Participar junto à coordenação de atividades de supervisão e acompanhamento da oferta dos cursos;
- # Participar dos encontros presenciais programados;
- # Avaliar, de forma contínua, a atuação dos alunos e sua própria atuação.

No apoio às atividades do professor formador, efetuada através do ambiente virtual de aprendizagem têm o tutor presencial que é o responsável por atuar presencialmente nos polos prestando atendimento aos alunos. Suas atribuições são:

- # Apoiar os estudantes nas atividades presenciais;
- # Receber e distribuir material para os alunos, quando necessário;
- # Orientar os estudantes quanto ao manuseio das mídias e tecnologias utilizadas no curso;
- # Identificar as dificuldades dos estudantes, ajudando-os a saná-las e estimulando-os a desenvolver análise crítica dos problemas;
- # Dedicar a devida atenção aos estudantes com necessidades especiais, buscando orientação e apoio específicos no CAD, quando for o caso;
- # Incentivar e motivar o trabalho colaborativo, cooperativo, orientando para a formação de grupos de estudos;

- # Identificar os estudantes com problemas de desmotivação, rendimentos insuficientes e atrasos no desenvolvimento das atividades propostas pelo professor formador, dedicando-lhes atenção especial;
- # Acompanhar as atividades solicitadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA pelo professor formador;
- # Elaborar os relatórios de frequência dos alunos;
- # Elaborar os relatórios de desempenho dos alunos nas atividades;
- # Aplicar avaliações presenciais;
- # Manter-se em contato com os alunos e professores formadores;
- # Avaliar, de forma contínua, a atuação dos alunos e sua própria atuação.

14. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no Processo de Ensino Aprendizagem

Para acompanhar o uso cada vez mais intenso da tecnologia da informação e comunicação (TIC), como recurso do processo de ensino e aprendizagem, a FCJP busca continuamente a melhoria de acessibilidade às novas modalidades de multimídia. A infraestrutura oferecida aos alunos e professores contempla laboratórios de informática com programas específicos, aplicáveis ao ensino nas diferentes áreas. Acompanhando a evolução dos recursos educacionais, os corpos tanto docente quanto discente terão à sua disposição laboratórios de informática, para atender às demandas dos cursos com livre acesso à Internet e ao Portal Educacional.

A atualização dos equipamentos dos laboratórios será realizada de forma contínua, obedecidas às normas e políticas de uso, manutenção e atualização dos equipamentos. No que diz respeito, especificamente ao Curso de Educação Física, destaca-se os Laboratórios de Informática para uso das disciplinas de Métodos de Estudos, Pesquisas e Tecnologia em Educação, TCC I e TCC II.

15. Material Didático Institucional

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento. Em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, o material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

Na elaboração do material didático para uso a distância busca-se integrar as diferentes mídias e explorar a convergência das tecnologias, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e da possibilidade de interação entre os diversos atores. Todo o material didático é elaborado em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, com abordagem do conteúdo específico da área, indicando bibliografias básicas e complementares, atendendo às especificidades da modalidade de EAD, em particular quanto à dialogicidade da linguagem, como promotor da autonomia de estudo. O material didático é produzido por professores titulados e com experiências e formações nas áreas contempladas pela matriz curricular do curso. Os professores conteudistas são os profissionais que desenvolvem os conteúdos, a partir das ementas, bibliografias básicas e complementares, selecionando e reunindo os materiais, organizando e propondo o estudo de textos e a realização de atividades para a disciplina sob sua responsabilidade. A construção dos materiais didáticos é acompanhada por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais capazes de desenvolver materiais, apoiando o professor conteudista e especialistas em EAD.

O NEAD da Faculdade Cidade de João Pinheiro tem como função no que se refere à produção de materiais didáticos:

- Acompanhamento de subsistemas relacionados à concepção, produção e avaliação da implementação dos cursos e/ou disciplinas na modalidade a distância;
- Auxílio na formação e orientação das ações pertinentes aos professores conteudistas;
- Revisão e compilação de materiais didáticos para EAD;
- Auxílio no design das disciplinas;
- Elaboração nas animações, ilustrações (gráficos, tabelas, imagens, etc.), incluindo o desenho e criação de recursos gráficos para facilitar a navegabilidade e usabilidade dos materiais nas diferentes mídias.

Especial atenção é devotada à construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados e interação entre os diferentes sujeitos envolvidos. Para atender a estas orientações, o material didático deve:

- Com especial atenção, cobrir de forma sistemática e organizada o conteúdo preconizado pelas diretrizes curriculares, segundo documentação do Ministério da Educação, para cada área do conhecimento, com atualização permanente;
- Serem estruturados em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do aluno desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento;
- Prever um módulo introdutório que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicos, referentes à tecnologia utilizada e também forneça para o aluno uma visão geral da metodologia em educação a distância a ser utilizada no curso, tendo em vista ajudar seu planejamento inicial de estudos e em favor da construção de sua autonomia;
- Detalhar que competências cognitivas, habilidades e atitudes o aluno deverá alcançar ao fim de cada disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de autoavaliação;
- Dispor de esquemas alternativos para atendimento de alunos com deficiência;
- Indicar bibliografia e sites complementares, de maneira a incentivar o aprofundamento e complementação da aprendizagem.

Todos os materiais didáticos utilizados nos cursos a distância passam por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com objetivo de identificar necessidades de ajustes visando aperfeiçoamento. Além disso, a Faculdade Cidade de João Pinheiro prevê processos de avaliação e revisão periódica e continuada dos materiais didáticos, para garantir a melhoria dos mesmos no aspecto científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, sua adequação aos alunos e às tecnologias de informação e comunicação utilizadas, bem como da capacidade de comunicação, entre outros.

O ambiente virtual de aprendizagem, AVA, que serve de suporte ao material didático, com interface amigável, facultando uma aprendizagem significativa. No ambiente virtual de aprendizagem o aluno tem acesso às disciplinas do curso, podendo comentar seu conteúdo, fazer exercícios, tirar dúvidas sobre este conteúdo ou sobre questões operacionais e administrativas com professores e tutores. Pode também ler avisos e recados, participar de fóruns e chats, entrar em contato com os seus colegas, etc.

Dessa forma, o material didático institucional, disponibilizado aos alunos, permite executar a formação definida no Projeto Pedagógico de Curso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência, acessibilidade, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.

16. Mecanismos de Interação entre Docentes, Tutores e Estudantes

Os mecanismos de interação entre os docentes, tutores e estudantes podem ser realizados de maneira síncrona e assíncrona.

Para as interações síncronas é utilizado o recurso Chat Debate onde o professor formador pode responder em tempo real todas as dúvidas referentes aos conteúdos estudados pelos alunos, por meio de chat.

De maneira assíncrona, os alunos podem interagir com os seus professores e tutores, por meio de fóruns, onde os alunos conseguem acompanhar todo o histórico de participação e contribuição dos colegas.

A troca de conhecimento e informações entre o professor formador e tutoria presencial é feita através da ferramenta de e-mail, telefone e os fóruns no Ambiente de Capacitação (Centro de Capacitação FCJP) específico para troca de informação entre os tutores presenciais, professores formadores e coordenação de EAD.

17. Procedimentos de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será composto por Atividades online (participação nos Fóruns, Questionários Avaliativos e Avaliação Eletrônica) e avaliação presencial, onde para aprovação será preciso obter nota final equivalente a 60 pontos.

A nota Semestral, por disciplina, poderá gerar o seguinte “status” para o aluno:

- ✓ **APROVADO POR MÉDIA:** Se o estudante obtiver Média Semestral igual ou superior a 60 (sessenta) pontos na disciplina;
- ✓ **REPROVADO:** Se obtiver Média Semestral inferior a 60 (sessenta) pontos na disciplina.

ATIVIDADES ON-LINE (AVALIAÇÃO)

São desenvolvidas na Sala de Aula Virtual e consistem em:

- ✓ Avaliação Online
- ✓ Fórum de Discussão
- ✓ Questionário Avaliativo

As atividades online compõem 40% da nota total da disciplina.

ATIVIDADES PRESENCIAIS (AVALIAÇÃO)

Para as avaliações haverá encontros presenciais obrigatórios nos polos. As datas e os locais das avaliações são definidos e comunicados com antecedência através do calendário acadêmico.

A avaliação presencial compõe 60% da nota total da disciplina.

AValiação DO DESEMPENHO ESCOLAR

A avaliação da aprendizagem e do desempenho escolar verificada por disciplina e/ou módulo, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento das atividades e dos conteúdos ministrados em cada uma delas.

Será considerado reprovado na disciplina ou módulo o aluno que não tenha obtido frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades com frequência obrigatória tais como aulas práticas e atividades presenciais previstas no calendário.

Atendida a exigência do artigo anterior, é considerado aprovado, em cada disciplina ou módulo ministrado, o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, considerando uma escala numérica de notas de 0 (zero) a 100 (cem).

O sistema de avaliação será composto por atividades online e avaliação presencial, onde para aprovação do Módulo e ou disciplina será preciso obter média final (NF) ≥ 60 (**NF = AP + AE**).

Onde:

NF = Nota Final

AP = Avaliação Presencial

AE = Avaliações Eletrônicas

I – Após a participação das atividades eletrônicas é gerada uma nota eletrônica que será somada com a Avaliação presencial. O Critério de avaliação da nota eletrônica será:

$$NT = NF + NQ + AE$$

Onde:

NT= Nota Eletrônica

AE = Avaliação Eletrônica

NF = Participação aos fóruns avaliativos

NQ = Questionários Avaliativos

A avaliação presencial deverá ser realizada em data prevista institucionalmente através do calendário acadêmico.

I – O aluno terá quarenta e oito horas para cancelar a solicitação.

II – Alunos que não cancelarem a solicitação da prova e não comparecerem na data escolhida serão direcionados automaticamente para a prova substitutiva.

Os alunos que tenham nota final menor que 60 (sessenta) poderão ser submetidos a processo de recuperação, mediante requerimento específico à Secretaria Acadêmica, com nova avaliação substitutiva.

Para a aprovação do trabalho de conclusão de curso, para os cursos que contemplam na matriz, será exigida nota igual ou superior a 60 (sessenta), considerando uma escala numérica de notas de 0 (zero) a 100 (cem).

18. Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC

A participação dos discentes no acompanhamento e avaliação da organização didático pedagógica ocorre pelo seu envolvimento direto na autoavaliação institucional através da Comissão Própria de Avaliação, bem como na sua representatividade nos órgãos colegiados de Curso, uma vez que o corpo discente possui direito de voz e voto. Tais órgãos são fórum onde as

reformulações e alterações do PPC são analisadas e estão regulamentados/institucionalizados.

A coordenação de curso ainda realizará reuniões com os representantes para acompanhamento e avaliação do PPC.

19. Corpo Docente

19.1. Administração Acadêmica do Curso

A administração acadêmica do Curso de Educação Física da FCJP é realizada por uma estrutura que engloba a coordenação de curso, na pessoa de sua coordenadora, do Núcleo Docente Estruturante – NDE e pelo colegiado do curso, os quais, através do desenvolvimento de seus respectivos papéis dentro do organograma institucional.

São competências do Coordenador do Curso de Educação Física:

- Articular-se adequadamente, com as Coordenadorias que oferecem disciplinas no curso;
- Coordenar a organização de eventos, semanas de estudo, ciclos de debates e outros, desde que aprovados pelo Colegiado do Curso;
- Convocar e presidir as reuniões e coordenar as atividades do Colegiado do Curso;
- Representar o Colegiado do Curso;
- Fornecer à Diretoria Acadêmica subsídios para organização do calendário acadêmico e elaboração do horário de aulas do curso;
- Executar e fazer executar as decisões do Colegiado do Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- Adotar, em caso de urgência, providências indispensáveis *ad referendum* no âmbito do Colegiado do Curso;
- Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelos órgãos superiores.

19.2. Atuação do Núcleo Docente Estruturante

O Curso de Educação Física da FCJP conta com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) composto por docentes de elevada formação e titulação, como órgão consultivo responsável pela concepção de seu projeto pedagógico, e que tem por finalidade promover sua atualização e revitalização. O NDE do curso de Educação Física foi estruturado em consonância com a resolução número 1 de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e de acordo com o regulamento aprovado pela Direção da FCJP, tendo como principais atribuições:

- I - atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso, redefinindo suas concepções e fundamentos;
- II- acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto pedagógico, garantindo seu alinhamento com os documentos institucionais, principalmente o PDI, prestando relatórios ao Colegiado de Curso;
- III - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de cursos, sempre que necessário;
- IV - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- V - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- VI - promover formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VII - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- VIII – conduzir pelo menos uma vez ao ano, no âmbito do Curso e de acordo com a CPA, processo de auto avaliação e de avaliação do Curso;
- IX – analisar, avaliar e garantir o cumprimento e atualização dos Planos de Ensino dos componentes curriculares, bem como dos planos de trabalho das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos professores;
- X – acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares do Curso.
- XI- acompanhar o desenvolvimento e contribuir para o aperfeiçoamento do Programa de Nivelamento adotado pelo Curso.

O núcleo docente estruturante é constituído pelo coordenador do curso como presidente, além de quatro professores pertencentes ao corpo docente permanente do curso, todos com titulação *Stricto Sensu* e regime de trabalho em tempo integral (RTI)

O núcleo docente estruturante se reúne bimestralmente, como regra e em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo presidente. A atuação do NDE, desde a sua implantação, vem impactando positivamente no acompanhamento dos processos acadêmicos, na consolidação das ações e na reavaliação do projeto pedagógico do curso, através de reuniões periódicas, cujas deliberações estão registradas nas atas de reunião.

19.3. Composição do NDE Núcleo Docente Estruturante

A composição do NDE está em conformidade com a legislação, respeitando os 60% de docentes com titulação *stricto sensu* para o curso onde 5 (cinco) docentes com aderência passaram a fazer parte do NDE que contribuem e continuam a desenvolver a implantação do projeto de curso.

19.4. Titulação e Formação Acadêmica do NDE

A composição do NDE está em conformidade com o Parecer CONAES/04 / e Resolução nº 01 de 17 de Junho de 2010, respeitando a porcentagem de docentes com titulação *stricto sensu* para o curso onde 5 (cinco) docentes com aderência passaram a fazer parte do NDE que contribuem e continuam a desenvolver a implantação do projeto de curso.

19.5. Regime de Trabalho do NDE

Os docentes que fazem parte do NDE são de contratados em tempo parcial ou integral sendo que o coordenador de curso é o responsável pela implantação do mesmo e possui contrato de tempo integral. Esses docentes fazem parte da espinha dorsal dessa proposta e a IES firma compromisso de permanência dos mesmos até o reconhecimento do curso e continuidade. Temos consciência da

importância desses profissionais para o pleno desenvolvimento das ações e do engajamento dos mesmos com a política pedagógica institucional e as mudanças que as novas tecnologias e a globalização proporcionam.

19.6. Titulação e Formação do Coordenador do Curso

O Coordenador do Curso, Prof. Dr. Carlos Eduardo Caixeta de Castro possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (2009), graduação em Educação Física - Licenciatura ou Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (2004), mestrado em Genética e Melhoramento de Plantas pela Universidade Federal de Lavras (2013) e doutorado em Agronomia (Genética e Melhoramento de Plantas) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2017). Atualmente é professor da Faculdade Cidade de Patos de Minas e professor titular da Faculdade Cidade de Coromandel ministrando aulas de Treinamento Desportivo, Ginástica de Academia e Musculação e Personal Trainer. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Agronomia, atuando principalmente nos seguintes temas: feijoeiro, manha angular, zea mays, milho e mancha-branca.

19.7. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O Regime de Trabalho do Coordenador do curso será de 40h, período integral.

ATRIBUIÇÕES E PLANO DE AÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

Com base nas considerações da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior e das informações constantes no Manual das Condições de Ensino, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), percebe-se a preocupação com a análise do desempenho dos coordenadores de cursos, principalmente na Dimensão do 1, do Instrumento de Avaliação, relativamente à Organização Didático-pedagógica.

No esforço de alinhar o desempenho do Coordenador de Curso aos referenciais determinados pelo Inep/MEC, quanto a sua participação nos colegiados

acadêmicos, no comando dos colegiados de curso, na titulação e na experiência do coordenador, no seu regime de trabalho, na experiência não acadêmica e administrativa, enfim, na condução, com qualidade, do projeto do curso, a IES entende que competência o coordenador deverá estabelecer os diferenciais de qualidade do curso, em articulação com os dirigentes, professores, alunos e funcionários, tendo como referência a missão, os objetivos, a vocação e os princípios do projeto pedagógico do curso, singular em suas características.

Para tal desenvolvimento são Requisitos para exercer a função de Coordenador de Curso:

- a) Possuir preferencialmente a titulação de Mestre ou Doutor, na área do curso, pois o Coordenador deve ser um líder reconhecido na área de conhecimento do Curso.
- b) Ser contratado, preferencialmente, em regime mensalista de quarenta horas semanais de atividades. Isto permitirá uma dedicação maior ao desenvolvimento do Curso, principalmente se o Curso funcionar em mais de um turno de forma a “permitir o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da coordenação, e proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua” (INEP).
- c) Ministras aulas para os alunos do Curso que dirige em pelo menos duas turmas, para maior vinculação. Uma disciplina deverá ser obrigatoriamente no primeiro período do curso, a fim de estreitar contato acadêmico permanente com os alunos do seu curso.
- d) Possuir perfil inovador, proativo e gerencial, de forma a manter o PPC e o perfil do egresso alinhado com as demandas de mercado e o PPC bem como o quadro de professores totalmente alinhados às diretrizes elaboradas e

aprovadas pelo colegiado, uma vez que o Coordenador de Curso é um agente facilitador de mudanças no curso, no comportamento dos docentes e dos colaboradores.

As atividades do coordenador envolvem funções políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais. É ele o responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de promover análises e planos de ação de melhoria contínua perante as avaliações de curso, em todas suas esferas, sejam elas internas ou externas.

Os PLANOS DE MELHORIA referentes às AVALIAÇÕES oriundas da CPA, como do Exame Nacional de Cursos, são atividades inerentes ao coordenador de curso, que deverá elaborá-las junto ao NDE e respectivo Colegiado de Curso, de forma a representar o espírito de coesão e esforço mútuo para a obtenção das melhorias e correções como ato contínuo e sistemático à cultura gerencial do curso.

19.8. PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO

A ação do Coordenador predomina-se em um trabalho na qual a participação e integração do aluno, professor e pedagogo, aliada a uma dinâmica ativa e coerente constitui-se num resultado cujas linhas norteadoras corroborarão para um desenvolvimento eficaz em todo fazer pedagógico da instituição. Como parceiro no processo de ensino e de aprendizagem e nas relações sociais, o trabalho do Coordenador é um dos elementos fundamentais na educação. Então, como articulador no desenvolvimento do ensino, torna-se imprescindível a elaboração de um planejamento claro e objetivo que vise atender as necessidades educacionais da nossa IES e região. Desta forma segue abaixo um cronograma de ações inerentes a maior eficiência na execução de suas respectivas funções:

Ações permanentes e diárias:

Acompanhamento pelo Sistema LS-Educação o dia-dia de seus professores (frequência e notas dos discentes, assiduidade docente, lançamento de conteúdos, dentre outras afins)

Acompanhar e incentivar a construção de projetos de extensão e pesquisa.
Se relacionar com os mais diversos setores, buscando uma maior interação além de obter informações para suas decisões e construções didáticas diárias.
Se atualizar seja por produção de pesquisa, participação de eventos, leituras de revistas intrínsecas a sua função ou área de formação.

Ações permanentes mensais:

Acompanhar a elaboração de todo material de seus docentes, sejam construtivos ou avaliativos.

Envio de e-mail para seus docentes com finalidade de esclarecimento, reforço de informações essenciais ou mesmo para divulgação de informações internas ou externas a IES.

Ações permanentes semestrais:

Encontros/reuniões com os diversos setores Institucionais (financeiro, secretaria, Rh, projeto social, coordenações, entidades públicas e sociais, direções e outros).

Incentivar e cobrar projetos de extensão, pesquisa, sociais, culturais, esportivos, ambientais, dentre outros.

Acompanhar e cobrar a atualização de todas as atas inerentes aos colegiados (CPA, NDE, e etc.) do seu respectivo curso.

19.9. Composição do Colegiado de Curso:

- I. Pela Coordenadora do Curso;
- II. Por dois professores de disciplinas ou unidades curriculares específicas do curso
- III. Por dois representantes de turma do corpo discente

IV. Por dois representantes dos técnicos administrativos vinculados à IES

19.9.1. Funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso reúne-se, no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, com homologação do Diretor Geral, por convocação do Coordenador do Curso ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados.

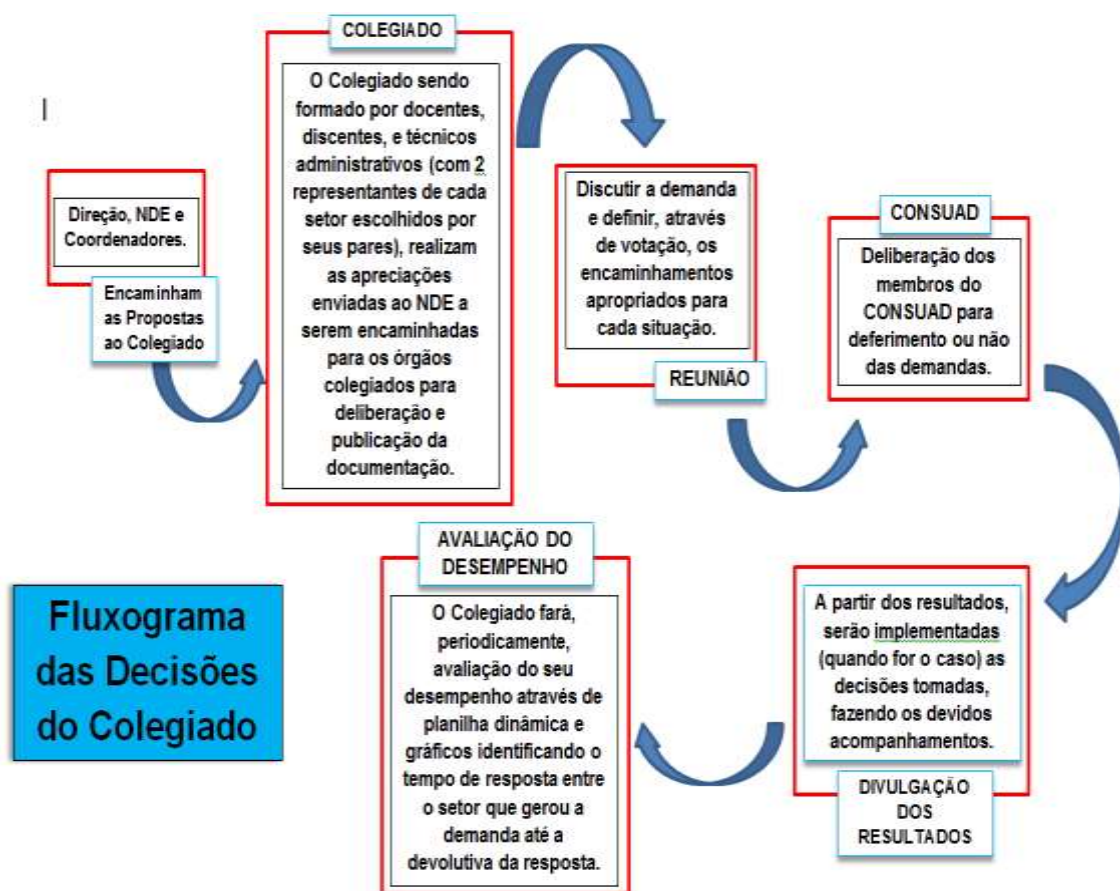
Atribuições

- I. Fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- II. Elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;
- III. Promover a avaliação do curso;
- IV. Decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- V. Elaborar os planos de ensino referentes às unidades curriculares que constituem cada curso, em consonância com o projeto pedagógico e articulando com demais docentes;
- VI. Pronunciar-se sobre o aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas e adaptações de acadêmicos transferidos, diplomados ou que tenham desenvolvido competências profissionais no mundo do trabalho;
- VII. Pronunciar-se sobre o aproveitamento discente extraordinário, no que se refere à abreviação de seu curso;
- VIII. Apreciar o plano e o Calendário Acadêmico das atividades do Curso a serem submetidos ao CONSUAD;

- IX. Propor o material didático para o corpo docente ou sugerir sua aquisição;
- X. Zelar pela conservação e utilização dos equipamentos e recursos sob sua responsabilidade;
- XI. Propor as atividades extracurriculares;
- XII. Propor alterações no projeto do Curso quando necessário;
- XIII. Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O colegiado do Curso de Educação Física Licenciatura em EaD da Faculdade Cidade de João Pinheiro deverá promover sua autoavaliação, realizando o levantamento das ações realizadas e seu encaminhamento, a fim de avaliar o desempenho do colegiado e propor futuras modificações que possam potencializar o trabalho do órgão. Esta autoavaliação ocorrerá anualmente através de questionário objetivo contendo questionamentos sobre a qualidade, imparcialidade, representatividade e velocidade na tomada de decisões encaminhadas ao colegiado, que terá seus resultados tabulados em gráficos e discutidos entre os membros do colegiado durante suas reuniões ordinárias ou extraordinárias.

OBS: O Núcleo Docente Estruturante assessora o Colegiado de Curso nas suas ações conforme as competências do mesmo.



19.10. Titulação do Corpo Docente

A IES primando por um padrão de excelência em conformidade com seu projeto pedagógico institucional buscou um corpo docente com titulação obtida predominantemente em programa de pós-graduação *stricto sensu*. Possuindo em seu quadro de docentes, professores doutores, mestres e especialistas.

TITULAÇÃO	Nº	PERCENTUAL
TOTAL	10	100%
DOUTORES	06	60%
MESTRES	03	60%
ESPECIALISTAS	01	10%
STRICTO SENSU	09	90%

19.11. Regime de Trabalho do Corpo Docente

A previsão quanto ao regime de contratação do corpo docente é de no mínimo 80% em regime de tempo integral ou parcial, sendo que a intenção com estes profissionais é de desenvolvimento de projetos de extensão, nivelamentos, atividades extraclasse, monitorias e principalmente de iniciação científica. Nesta previsão buscando a interdisciplinaridade os profissionais escolhidos poderão ser do núcleo comum e do específico, mas sempre na mesma proporção mínima prevista de regime de trabalho.

REGIME DE TRABALHO	Nº	PERCENTUAL
TOTAL	10	100%
INTEGRAIS	02	20%
PARCIAIS	06	60%
HORISTAS	02	20%
PARCIAIS/INTEGRAIS	08	80%

19.12. Tempo de Experiência de Magistério Superior ou Experiência do Corpo Docente

A experiência profissional dos docentes do curso atinge um percentual mínimo de 70% de profissionais com um mínimo de 3 (três) anos de docência superior e vários com experiência relevante na área de atuação.

Os de Núcleo Comum desenvolverão ações na instituição desde o seu credenciamento atendendo o quesito.

19.13. Relação Entre o Número de Docentes e o Número de Vagas

Objetivando sempre garantir a qualidade na formação e no atendimento ao alunado, a métrica utilizada será de 1 (um) professor formador para cada 31 alunos, e vale salientar que o professor formador tem sua carga horária atribuída a disciplina equivalente a sua área de formação.

19.14. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

Mais de 50% dos docentes previstos para o curso possuem entre 4 a 6 produções nos últimos 3 anos.

19.15. Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso

O curso de Licenciatura em Educação Física na modalidade EaD conta com um corpo de tutores, previstos para os dois primeiros anos do curso, capacitados para as atribuições inerentes ao cargo de tutoria a distância. O corpo de tutores possui formação específica em sua área de atuação, como demonstrado no relatório de estudos de tutoria. A formação e capacitação demonstrada dos tutores habilita-os a fornecer o suporte necessário às atividades docentes das diferentes unidades curriculares ofertadas durante o curso e fomentar, presencialmente, as atividades práticas a serem desenvolvidas pelos acadêmicos, o que potencializará o processo de ensino e aprendizagem.

TUTOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
DIOGO ALVES AMARO	ESPECIALISTA	HORISTA
GUILHERME RAMOS	ESPECIALISTA	HORISTA
LUIZ ANTÔNIO DA SILVEIRA	ESPECIALISTA	HORISTA
ROBERTO GONÇALVES	ESPECIALISTA	HORISTA

19.16. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

Para garantir a aderência dos tutores com a Educação a Distância da FCJP – Faculdade Cidade João Pinheiro será disponibilizado a todos os tutores contratados, com ou sem experiência ou formação comprovada, o curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 60h de formação plena. Para formação continuada a FCJP disponibilizará capacitação constante, síncronas e assíncronas, através do Centro de Capacitação, o ambiente virtual de aprendizagem destinado para este fim.

19.17. Relação de Docentes e Tutores - Presenciais e a Distância - Por Estudante

Objetivando sempre garantir a qualidade na formação e no atendimento ao alunado, a métrica utilizada será de um tutor formador para cada 150 alunos, e

vale salientar que o tutor formador tem sua carga horária atribuída a disciplina equivalente a sua área de formação.

20. Infraestrutura

20.1. Condições de Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes a participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência.

Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste, as IES deve disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes.

20.1.1. Necessidades Auditivas

Perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido e que pode se manifestar como:

- Surdez leve / moderada: perda auditiva até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo;
- Surdez severa / profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro disponibiliza no projeto pedagógico de cada curso a inclusão da disciplina de libras.

A FCJP conta com uma excelente rede Wi-Fi que possibilita ao aluno com deficiência auditiva a utilização Pager e celulares, com possibilidade de recebimento e envio de mensagens escritas, que auxiliará no processo ensino-aprendizagem.

A inclusão visa não só atender ao deficiente, mas a todos os alunos, no sentido de introduzir na instituição uma cultura de respeito e de mudança de atitude perante o diferente. Isso só é possível através de um programa de ensino com uma filosofia comum envolvendo os coordenadores de curso, professores e alunos ambos comprometidos com o atendimento à diferença, para que o processo de incluir se efetive a FCJP buscará constantemente o treinamento dos profissionais, através de palestras, minicursos e incentivo na participação de projetos e eventos que abordem o tema.

20.1.2. Necessidades Físicas

Pode ser definida como “diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas”. A Deficiência física é: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos dos corpos humanos, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004, p. 02).

A Faculdade Cidade de João Pinheiro proporciona condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

- A mesma contará com rampas de acesso a todas as salas de aulas, aos setores administrativos, biblioteca, laboratórios, auditórios, cantina e área de convivência.
- Contará com sanitários devidamente adaptados em toda a instituição.
- Todos os períodos que possuem alunos que apresentam algum tipo de deficiência física são remanejados para salas de fácil acesso.
- O laboratório de informática possuirá máquinas adaptadas para o aluno.

20.1.3. Necessidades Visuais

É a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. A deficiência visual pode manifestar-se como:

Cegueira: perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após a correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação;

Visão reduzida: acuidade visual dentre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

- A instituição disponibiliza o piso direcional indicando o caminho a ser percorrido em espaços muito amplos e também o piso tátil de alerta que é usado para sinalizar situações que envolvem risco de segurança.

- A instituição disponibiliza softwares instalados em máquinas específicas com fones de ouvido para atender ao aluno.
- A Faculdade também disponibiliza caso necessário material didático impresso em tamanho diferenciado.
- Caso necessário a instituição também tem a disposição do aluno um profissional capacitado para acompanhar o mesmo em sala de aula.

20.2. Gabinetes de Trabalhos para Professores em Tempo Integral - TI/Tempo Parcial – TP

A Faculdade disponibiliza postos de trabalho em gabinetes individualizados para a realização das atividades dos professores, que funciona com salas individualizadas equipadas com armários, computador interligado à Internet para a utilização dos mesmos, com disponibilidade de rede Wireless para os docentes trabalharem nos seus notebooks, quadro branco, impressora, ar condicionado e demais materiais necessários, servindo de suporte para eventuais reuniões do curso, em ótimas condições de iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, privacidade, conservação e comodidade. Há o serviço de secretaria para o atendimento destes professores.

20.3. Espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

O curso de Educação Física dispõe de uma sala ampla para os serviços acadêmicos do curso. Há um ambiente propício para a atuação da coordenação do curso. Este espaço encontra-se em condições adequadas de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e privacidade, possibilitando o desenvolvimento do trabalho, de ordem técnico-administrativa e acadêmica de forma individual ou em grupos. O espaço é bem ventilado e refrigerado e há acesso à internet.

20.4. Sala de Professores

O Curso de Educação Física da Faculdade Cidade de João Pinheiro dispõe de uma sala ampla para os docentes, que oferece facilidades que possibilitam a preparação de aulas, consultas ao portal e ao sistema acadêmico. Este espaço encontra-se em condições adequadas de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, possibilitando o desenvolvimento do trabalho, de ordem acadêmica. O espaço é bem ventilado e refrigerado e há acesso à internet, além disto, a sala dispõe de apoio técnico administrativo para os docentes que a utilizam.

20.5. Salas de Aula

A IES é equipada com rampas para dar melhor suporte tanto às pessoas que apresentam necessidades especiais quanto à locomoção em geral. O Campus possui salas de aulas que comportam o número de vagas solicitadas e também apresenta boa iluminação artificial e natural, pintura em bom estado de conservação e são bem arejadas e possuem climatização por ar condicionado.

Estão mobiliadas com carteiras individuais, mesa e cadeira para o docente, instalações elétricas para o uso de equipamentos como: Tela de projeção, vídeo, DVD, TV, Datashow instalado entre outros, sempre que necessários.

20.6. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

A FCJP oferecerá aos discentes livre acesso aos equipamentos de informática, dispondo de um número suficiente de equipamentos, que atende às necessidades dos usuários para as devidas atividades. Os usuários contarão com a ajuda de monitores nos laboratórios de informática. A IES ainda conta com uma rede de Wi-Fi que abrange toda a área educacional.

20.7. Biblioteca

20.7.1. Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/FCJP

Disponibiliza aos seus usuários acesso ao acervo físico, dispõem de recepção, salas de leitura, salas de estudo em grupo, salas de vídeo, salas de pesquisa informatizada, cabines de estudo individualizado e acervo, além de possibilitar aos acadêmicos que utilizarem este espaço o acesso à biblioteca virtual dentro do ambiente da biblioteca..

20.7.2. Bibliografia Básica

A indicação para a aquisição de acervos (bibliografia básica e complementar, periódicos e multimeios) atende a proposta pedagógica dos Cursos e é feita pela Coordenação do Curso e seu Colegiado.

Para os estudantes estão disponíveis além dos livros básicos que atendem plenamente o conteúdo programático das disciplinas, todo o acervo da Biblioteca.

As Bibliografias Básicas são compostas por três títulos por unidade curricular, sendo todos disponibilizados na forma virtual através da MINHA BIBLIOTECA de acesso livre e irrestrito aos acadêmicos e professores. Com o intuito de potencializar o estudo e a pesquisa, a FCJP também disponibiliza 2 (dois) títulos físicos da Bibliografia Básica, de áreas afins de cada unidade curricular em sua biblioteca.

20.7.3. Bibliografia Complementar

As Bibliografias Complementares são compostas por cinco títulos por unidade curricular, sendo todos ofertados na forma virtual.

20.7.4. Periódicos Especializados

A Biblioteca disponibiliza periódicos sob a forma virtual de livre acesso e assinaturas impressas com retroação de no mínimo os três últimos anos e full text.

20.7.5. Bases de Dados Assinadas

A IES conta com a assinatura de base de dados de periódicos bem como de biblioteca virtual - MINHA BIBLIOTECA, visando suprir o acervo impresso, bem como facilitar o acesso à informação aos docentes e discentes.

20.7.6. Base de Dados de Livre Acesso

SCIELO

Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

BVS

A Biblioteca Central atua como Participante da Rede BVS, que permite acesso a fontes de informação na área de Saúde Pública.

BDTD/IBICT

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

LIVRE

Periódicos de livre acesso na internet

20.7.7. Informatização

O acervo das Bibliotecas, composto por obras de referência, livros, folhetos, trabalhos de conclusão de cursos, periódicos e multimeios, nas várias áreas do conhecimento, é tratado tecnicamente segundo o Anglo American Cataloguing Rules - AACR2 e a Classificação Decimal de Universal - CDU e é sinalizado de modo a facilitar sua localização pelos usuários.

20.7.8. Sistema LS-Educação

A informatização da Biblioteca utiliza o Sistema LS, que contempla de forma integrada as principais funções de uma Biblioteca, com o objetivo de facilitar a gestão da informação, melhorando a rotina diária de seus usuários.

Principais Módulos:

Catálogo

Permite catalogar de acordo com as regras do Anglo American Cataloguing Rules – AACR2 e da Classificação Decimal de Universal – CDU

Circulação de Materiais

Controla o empréstimo de qualquer tipo de documento com prazos e quantidades diferenciadas por categoria de usuário.

Emite relatórios e estatísticas referentes ao processo de empréstimo.

Empréstimo

- ✓ Empréstimo para consulta local;
- ✓ Empréstimo domiciliar;
- ✓ Reserva local;
- ✓ Renovação online.

Os padrões de utilização das Bibliotecas estão definidos no Regulamento do Sistema Integrado de Bibliotecas da FCJP, atualizado em março de 2015. Disponível em: <http://fcjp.edu.br/pdf/RegulamentoBiblioteca2015.pdf>

20.7.9. Treinamentos

As Bibliotecas da FCJP oferecem a seus usuários orientação quanto ao uso dos recursos informacionais disponíveis, normalização bibliográfica conforme ABNT e utilização do Sistema LS-Educação para renovação de empréstimo e reserva *on line*.

20.7.10. Programa de Atendimento a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

De acordo com a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, do Ministério de Educação, o Sistema de Bibliotecas dá acessibilidade aos seus usuários com necessidades educacionais especiais a diferentes fontes de informação, mediante utilização de recursos diferenciados.

Auditiva

O atendimento às pessoas com necessidades educacionais auditivas é realizado por um intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS no período de 8h às 17h.

Visual

Às pessoas com necessidades educacionais visuais, as Bibliotecas disponibilizam o sistema **DOSVOX**, baseado no uso intensivo de síntese de voz, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores.

Física

As Bibliotecas têm acesso adequado, com a utilização de rampas e os espaços internos foram redimensionados para facilitar o deslocamento de cadeirantes.

20.7.11. Serviços

Aos usuários da Biblioteca são oferecidos os seguintes serviços:

- ✓ Elaboração de fichas catalográficas;
- ✓ Visitas guiadas à Biblioteca;
- ✓ Solicitação de artigos via COMUT ON-LINE (Programa de comutação bibliográfica on-line)/SCAD.
- ✓ Levantamento bibliográfico

20.7.12. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes

Possuímos assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, de forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos para o curso entre as principais áreas e a maioria deles assinados nos últimos três anos e, no último ano também possuímos revistas e periódicos específicos que passaram a fazer parte do acervo.

20.8. Laboratórios Didáticos Especializados

Além dos laboratórios já existentes que possuem regulamentação e medidas de segurança estão previstos a implantação de laboratórios especializados, com regulamento específico, destinados à realização das aulas práticas, com perspectiva de pleno atendimento das demandas do curso, como prevê o instrumento de avaliação.

Laboratório de Informática

A Instituição dispõe de dois laboratórios de informática. Com máquinas novas adequadas às necessidades de pesquisa dos discentes. Estes laboratórios ficam disponíveis para os alunos tanto no horário de aula quanto fora deste horário, sempre acompanhado pelos monitores. Os alunos têm ao seu dispor 02 (dois) laboratório de Informática, instalados em condições adequadas para o processo de ensino-aprendizagem.

A IES conta com uma rede de Wi-Fi em todas as áreas de acesso comum ao campus. Destaca-se a preocupação da IES com a acessibilidade tanto para cadeirante quando para portadores de deficiência visual. A manutenção dos equipamentos é de responsabilidade direta do setor de Tecnologia da Informação que faz a manutenção dos laboratórios de informática quinzenalmente.

A necessidade de reparos ou aquisição é informada pelos monitores do laboratório, podendo ser também informada pelos professores que utilizam o mesmo. O setor de Tecnologia da Informação tem um prazo de quinze dias úteis para realizar as operações necessárias e atender demais solicitações.

REGIMENTO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

CAPITULO I - Da Finalidade

Art. 1º - O Laboratório de Informática da Faculdade Cidade de João Pinheiro é constituído a serviço dos alunos, professores, funcionários e comunidade local.

CAPÍTULO II - Do Pessoal

Art. 2º - A administração dos Laboratórios se dá através do setor de Tecnologia da Informação, auxiliado por assistentes contratados ou Estagiários;

Art. 3º - O Assistente de Laboratório deverá garantir, em conjunto com o setor de Tecnologia da Informação, o funcionamento e execução dos serviços técnicos e operacionais da estrutura, e o funcionamento contínuo da sala para usos relacionados com educação e experiências práticas em geral;

Art. 4º - O Estagiário deverá auxiliar o setor de Tecnologia da Informação e o assistente na manutenção e funcionamento do Laboratório.

CAPITULO III - Do Horário de Funcionamento

Art. 5º - O Laboratório deverá funcionar da seguinte forma:

I- segunda à sexta-feira das 08h00 às 22h30;

II- sábados das 08h00 às 12h00.

CAPÍTULO IV - Estrutura Operacional – Equipamentos, Reservas

Art. 6º - São oferecidos computadores contendo a infraestrutura necessária para utilização durante aulas práticas conforme cursos na FCJP e também para uso em cursos de extensão e pós-graduação.

Art. 7º - A reserva dos Laboratórios, por parte dos professores, deverá ser realizada com no mínimo três dias de antecedência à realização da aula. No caso de instalação de novos softwares, esta antecedência deverá ser de sete dias.

Art. 8º - Cada disciplina terá um período máximo de antecedência para marcação de aulas. Esta antecedência variável visa estabelecer um critério de prioridade ao acesso ao laboratório, devendo, portanto, os professores das disciplinas priorizadas utilizarem tal recurso para garantir o uso do laboratório.

Art. 9º - Só será permitida nova reserva após 8 (oito) dias corridos contados a partir da última reserva feita pelo professor. Tal medida visa estabelecer um rodízio entre os professores que utilizam os laboratórios. A reserva é realizada através de agendamento no setor de Tecnologia da Informação caso haja disponibilidade dos mesmos.

Art. 10º - Será garantida aos professores uma tolerância máxima de 15 (quinze) minutos de atraso para início das aulas práticas previamente agendadas. Depois de decorrido essa tolerância, o laboratório será considerado disponível para o uso e o agendamento será considerado como não utilizado.

CAPÍTULO V - Usos - Finalidades e Público Alvo

Art. 11º - A utilização dos laboratórios por alunos dos cursos da Faculdade Cidade de João Pinheiro fora dos horários de aula limita-se às atividades relacionadas a práticas e exercícios dos cursos aqui oferecidos, não sendo permitida então a utilização para interesses particulares. Não será cobrada nenhuma taxa pelo uso dos computadores a nenhum aluno de qualquer curso. O acesso só será permitido para alunos previamente cadastrados em nossos sistemas e matriculados na instituição.

Art. 12º - O uso por alunos em atividades não vinculadas às aulas regulares (usos ocasionais) deve observar os horários de funcionamento bem como no início das aulas. Os laboratórios deverão ser desocupados com 20 (vinte)

minutos de antecedência do início das aulas para organização e preparação das atividades para os professores.

Art. 13º - O uso dos laboratórios por professores e pesquisadores fora dos horários de aula estará autorizado mediante comunicação ao setor de Tecnologia da Informação contendo o programa efetivo de uso por intermédio de formulário padrão ou e-mail.

Art. 14º - A utilização dos laboratórios, por funcionários da FCJP, para fins estritamente administrativos, estará autorizada mediante disponibilidade de equipamentos e comunicação formal, por memorando impresso, ao setor de Tecnologia da Informação.

Art. 15º - O serviço de acesso à Internet ficará autorizado e disponibilizado, quando relacionado a atividades de caráter eminentemente educativas e que tenham relação com os conteúdos programáticos dos cursos oferecidos na instituição. Acessos a sites pornográficos, participação em Salas de Bate-papo (Chat), o uso de mecanismos fraudulentos contra a estrutura (vírus, sniffers, entre outros) serão criteriosamente banidos e podem desencadear processos punitivos e/ou suspensivos junto às Coordenações de Cursos, Coordenação Acadêmica e Direção Geral da Instituição.

Art. 16º - A utilização dos laboratórios de forma indevida e, aqui não destacada, será tratada pela Coordenação Acadêmica.

Art. 17º - Os acessos à internet são auditados, ficando a critério da IES verificar quais sites o aluno acessou, caso os links acessados caracterizem “utilização indevida”, o aluno poderá ser punido conforme Regimento da IES.

Art. 18º - Todo usuário é responsável pelo seu login e senha, bem como por qualquer acesso, adulteração ou utilização de sua senha, portanto, login e senha são de uso individual e intransferível. Sob suspeita de sua senha ter sido descoberta por terceiros, providenciar comunicação imediata para substituição.

Nenhuma senha é trocada ou alterada por telefone, não existe suporte telefônico externo.

Art. 19º - Cada usuário, ao término de suas atividades, deverá efetuar o log-off (finalizar o sistema), no intuito de evitar que seu login e senha sejam utilizados por pessoas não autorizadas.

CAPÍTULO VI - Das Proibições

Art. 20º - É proibida a entrada nas salas laboratoriais portando qualquer tipo de líquidos, alimentos, cigarros, balinhas e chicletes.

Art. 21º - É proibida a instalação de programas, a manipulação de qualquer tipo de jogos para computadores, a participação em salas de Bate-papo (chats) e o mau uso dos equipamentos implicarão em punições ou suspensões conforme determinação do Regimento Interno da IES.

Art. 22º - É proibido ligar ou desligar os seguintes dispositivos: estabilizador de tensão, nobreak, servidores, impressoras e os aparelhos de ar condicionado, senão por pessoas autorizadas.

Art. 23º - É proibido a todos os usuários copiar os softwares existentes nos laboratórios, bem como seus discos de instalação, exceto aqueles que são de Domínio Público, Shareware ou Demonstrativos.

Art. 24º - Qualquer utilização que não conste nos itens enumerados deste documento será desautorizada.

Art. 25º - Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Regimento Interno da FCJP.

Art. 26º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 27º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação

20.8.1. Laboratórios Específicos

A IES apresenta laboratórios específicos com regulamento próprio, destinados à realização das aulas práticas, com perspectiva de pleno atendimento das demandas do curso, como prevê o instrumento de avaliação.

Além dos laboratórios de informática a instituição conta com outros laboratórios específicos:

- Laboratório de Movimento
- Quadra de Esportes

São laboratórios especificamente experimentais onde os alunos, orientados pelos docentes realizam experimentos diversos com o intuito de aprimorar o que foi ministrado em sala de aula.

Laboratório de Movimento

Composto por uma sala ampla, contendo uma parede espelhada. É o laboratório onde o aluno coloca em prática conceitos básicos de ritmo, movimento, dança, cineantropometria e diversos tipos de ginástica.

Equipamentos de apoio para as atividades práticas estão presentes nesse laboratório, tais como: massas e fitas de ginástica rítmica, cones pequenos, bambolês, colchão de ginástica rítmica, colchonetes, step, adipômetros e fitas métricas.

Quadra de Esportes:

Esse laboratório apresenta uma quadra poliesportiva, com demarcação dos principais esportes coletivos oficiais (voleibol, futsal, basquetebol e handebol), além de 2 traves de futsal e handebol, 2 tabelas de basquetebol e 2 postes de voleibol. Materiais de apoio estão disponíveis nesse laboratório onde os alunos têm a oportunidade de vivenciar a prática de diversas modalidades esportivas.

São eles: bolas de iniciação, bolas de futsal, bolas de handebol, bolas de voleibol, bola de guizo, bolas de Basquete, bolas de futebol de campo, massas, fitas de ginástica rítmica, cones grandes, cones pequenos, bambolês, colchonetes, colchão de ginástica artística, 1 rede de voleibol e 20 coletes esportivos.

Laboratório de Atividades Aquáticas:

Para as aulas que envolvem atividades aquáticas a instituição possui convênio com a academia ACQUA FITNESS, onde os alunos aprendem as práticas de natação – fundamentos, técnicas de treinamento e hidrogenástica.

Além da piscina adequada para as aulas, a academia disponibiliza diversos implementos pedagógicos de apoio, entre eles: bastões para hidrogenástica, pranchas para natação, palmares para treinamento aquático, flutuadores, pares de alteres modelo triangular, pares de alteres modelo ferradura e circular, espaguete plataformas para aula de natação, além de diversos brinquedos pedagógicos para aula de natação infantil.

Em resumo, os laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, estão plenamente adequadas à organização curricular, bem como aos aspectos de segurança, acessibilidade e atualização dos materiais e equipamentos disponibilizados para as atividades planejadas.

ANEXO I

CORPO DOCENTE DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA - EaD (PREVISTO PARA OS DOIS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO)

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
CARLOS EDUARDO CAIXETA DE CASTRO	DOUTOR	INTEGRAL
DANIELA CRISTINA SILVA BORGES	DOUTORA	INTEGRAL
DANIELE RIBEIRO GANDA	DOUTORA	PARCIAL
NEUSA ESMÉRIA DA SILVA FONSECA	MESTRE	PARCIAL
MAIARA MELO ALVES	ESPECIALISTA	PARCIAL
MARIANE FERNANDES RIBEIRO	DOUTORA	PARCIAL
MARIA CÉLIA DA SILVA GONÇALVES	DOUTORA	PARCIAL
MARIA DE LOURDES DE AGUIAR FEREIRA	MESTRE	PARCIAL
ROSANA MENDES MACIEL	MESTRE	HORISTA
SILVIA CRISTINA FERNANDES LIMA	DOUTORA	HORISTA

**CORPO DE TUTORES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA
- EaD (PREVISTO PARA OS DOIS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO)**

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
DIOGO ALVES AMARO	ESPECIALISTA	HORISTA
GUILHERME RAMOS	ESPECIALISTA	HORISTA
LUIZ ANTÔNIO DA SILVEIRA	ESPECIALISTA	HORISTA
ROBERTO GONÇALVES	ESPECIALISTA	HORISTA

ANEXO 2

MATRIZ CURRICULAR

Matriz Curricular do Curso de Educação Física Licenciatura EaD FCJP

Semestre	Disciplina	Carga Horária
Primeiro	Didática e as Concepções Pedagógicas I	80
	História da Educação	80
	Leitura e Interpretação de Textos	80
	Psicologia da Educação	80
	Introdução à Educação a Distância – EaD	80
	Total da carga horária semestral	400
Segundo	Concepções Interdisciplinares	80
	Educação Inclusiva: Fundamentos e Metodologia	80
	Filosofia	80
	Ludicidade e Desenvolvimento da Pessoa	80
	Libras	80
	Total da carga horária semestral	400

Semestre	Disciplina	Carga Horária
Terceiro	Conteúdo e Metodologia da Educação Infantil	80
	Conteúdo e Metodologia do Ensino de Educação Física	80
	Política Educacional da Educação Básica	80
	Princípios Gerais da Administração Escolar	80
	Total da carga horária semestral	320
Quarto	Gestão Educacional	80
	Psicomotricidade e Movimento	80
	Avaliação de Aprendizagem	80
	Gestão dos Processos Educacionais	80
	Total da carga horária semestral	320
Quinto	Anatomia Geral	80
	Introdução à Profissão: Educação Física	80
	Estudos Culturais e Antropológicos	80
	Cinesiologia e Biomecânica	80
	Atividades Práticas de Ensino I	100
	Voleibol	80
	Total da carga horária semestral	500
Sexto	Nutrição na Prática Esportiva	80
	Futebol e Futsal	80
	Atletismo	80
	Atividades Práticas de Ensino II	100
	Estágio Supervisionado I	120
	Total da carga horária semestral	460
Sétimo	Ética e Cidadania	80
	Handebol	80
	Teorias do Currículo	80
	Atividades Práticas de Ensino III	100
	Estágio Supervisionado II	140
	Trabalho de Conclusão de Curso I	40
	Total da carga horária semestral	520

Semestre	Disciplina	Carga Horária
Oitavo	Diversidade e Educação	80
	Responsabilidade Social e Ambiental	80
	Tópicos Especiais	80
	Estágio Supervisionado III	140
	Atividades Práticas de Ensino IV	100
	Trabalho de Conclusão de Curso II	40
	Optativa	80
	Total da carga horária semestral	600
RESUMO DE CARGA HORÁRIA		
Carga Horária das Disciplinas Formativas Estruturadas		2.720
Estágio Supervisionado		400
Carga Horária das Atividades Complementares		200
Práticas como Componente Curricular		400
Carga Horária Total do Curso:		3.720

Disciplinas Optativas	
Disciplinas	C H
Direitos Humanos	80
Educação Ambiental	80
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	80

Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior

A política de direitos humanos será inserida de forma transversal abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, sendo incluída em atividades extracurriculares e podendo também ser trabalhada em conteúdos complementares, através dos seminários e atividades interdisciplinares, como

disciplinas obrigatórias, optativas e ou ainda de maneira mista abrangendo assim as mais diversas áreas do conhecimento.

ANEXO 3

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

Curso de Licenciatura em Educação Física EaD FCJP

ANEXO 3

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

Curso de Licenciatura em Educação Física EaDFCJP

1º SEMESTRE

Disciplina: Didática e Concepções Pedagógicas I

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Métodos de didáticos, história da aprendizagem, ensino e aprendizagem, diferença entre educação, pedagogia e didática, selecionar conteúdos, relacionar didáticas as diversas técnicas e estratégias de ensino. O papel do mediador da escola na prática social, teorias educacionais e práticas educativas.

Bibliografia Básica:

BECKER, F. *Educação e construção do conhecimento*. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Penso, 2012. 200 p. E-book. ISBN 9788563899828.

GIL, A. C. *Didática do Ensino Superior*. 2.ed. São Paulo: Grupo GEN, 2018

CARVALHO, A.M.P. (org) *Formação continuada de professores: uma releitura das áreas do cotidiano*. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- VEIGA, I. P. A. (coord). *Repensando a didática*. 29.ed. São Paulo: Papirus, 2004.
- CASTRO, A.D. (org). *Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Thomson, 2005.

Bibliografia Complementar:

PACHECO, J.; PACHECO, M. F. *A Escola da Ponte sob múltiplos olhares: palavras de educadores, alunos e pais*. Porto Alegre: Penso, 2013. 152 p. E-book. ISBN 9788565848558.

RANGEL, I.C. A.; DARIDO, S. C. *Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2006.

HERNANDEZ, F. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 1998. 152 p. E-book. ISBN 9788573074406.

BARRETO, F. C.; ROCKENBACK, Nádia *Educação Escolar: Evolução Histórica, Teorias, Práticas Docentes e Reflexões*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MACEDO, L. *Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 168 p. E-book. ISBN 9798536303665.

Disciplina: História da Educação

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Produção do conhecimento histórico. Estudo dos pontos de referências históricos da produção e evolução da Educação na sociedade ocidental - Europa e Brasil (dos sistemas de organização educacional medieval aos sistemas escolares do século XXI). Produção do conhecimento histórico da instituição escolar e da docência no Brasil.

Bibliografia básica:

APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p. ISBN 9788536305981.

CASTRO, C. M. *Os tortuosos caminhos da educação brasileira: pontos de vista impopulares*. Porto Alegre: Penso, 2013. 232 p. ISBN 9788565848763.

SHIGUNOV NETO, A. *História da Educação Brasileira: Do Período Colonial ao Predomínio das Políticas Educacionais Neoliberais*, Rio de Janeiro, Grupo GEN, 2015.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). *História das ideias pedagógicas*. 8.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 21.ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

Bibliografia complementar:

HILSDORF, M.L.S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

MORAIS, C.C.; PORTES, E.A.; ARRUDA, M.A. *História da educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

GÓMEZ, Á. *Educação na era digital: a escola educativa*. Porto Alegre: Penso, 2014. 192 p. ISBN 9788584290239.

IMBERNÓN, F. (Org.) *A educação no século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2011. 208 p. ISBN 9788573076646.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo *Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula* 2. ed. Barueri : Manole, 2009.

Disciplina: Leitura e Interpretação de Textos

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Língua e linguagem. Língua oral e escrita. Variação linguística. Texto verbal e não verbal. Textualidade (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, coesão e coerência). Tipologia e gêneros textuais: características estruturais de textos dissertativos (expositivos e argumentativos). Narrativos, descritivos e injuntivos. Estratégias argumentativas. Métodos de leitura e interpretação: sublinhar, resumir e esquematizar. Interpretação de textos: ambiguidade, conotação e denotação. Inferência e leitura de implícitos (pressupostos e subentendidos). Figuras de linguagem. Interpretação de texto.

Bibliografia Básica:

ALUB, T. (Org.). *Português: práticas de leitura e escrita*. Porto Alegre: Penso, 2015. 184 p. E-book. ISBN 9788584290468.

BRASILEIRO, A. M. M. *Leitura e produção textual*. Porto Alegre: Penso, 2016. 176 p. E-book. ISBN 9788584290604.

DURANTE, M. *Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos*. Porto Alegre: Artmed, 1998. 114 p. E-book. ISBN 9788573073676.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 16.ed.

São Paulo: Ática, 2002.

- ALMEIDA, N.M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, R. *Português básico*. Porto Alegre: Penso, 2015. 228 p. E-book. ISBN 9788584290345.

MIGUEL, E. S.; PÉREZ, J. R. G.; PARDO, J. R. *Leitura na Sala de Aula: Como ajudar os professores a formar bons leitores*. Porto Alegre: Grupo A, 2012.

MASIP, V. *Fundamentos lógicos da interpretação de textos e da argumentação*. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

ALVES, A. *Língua Portuguesa: compreensão e interpretação de textos*. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo: MÉTODO, 2014.

SARAIVA, J. A. (Org.). *Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2001. 238 p. E-book. ISBN 9788573077759.

Disciplina: Psicologia da Educação

Carga-horária: **80h**

Ementa:

Ciência, senso comum e caracterização da Psicologia Científica. Definição, campo de estudos e aplicação da Psicologia da Educação. Principais teorias psicológicas e suas implicações pedagógicas. Relação entre Psicologia, Educação e Sociedade.

Bibliografia Básica:

- SALVADOR, C.C.et al. *Psicologia do ensino*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GAMEZ, L. *Psicologia da educação*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- SANTROCK, J. W. *Psicologia educacional*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009. 692 p. ISBN 9788577260379.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- DAVIS, C. *Psicologia na Educação*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROS; C. S. G. *Pontos de psicologia do desenvolvimento*. 12.ed. São Paulo: Ática, 2008.

Bibliografia Complementar:

- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: Grupo A, 2013.
- SALVADOR, C. C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Colaboradores). *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação Escolar*, v.2. Porto Alegre, Grupo A, 2015.
- TORRES, C. V.; NEIVA, E. R. e colaboradores. *Psicologia Social: Principais Temas e Vertentes*. Porto Alegre, Grupo A, 2011.
- BRITTO, E. *Psicologia, educação e novas tecnologias* São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- RODRIGUES, A. M. *Psicologia da aprendizagem e da avaliação*. São Paulo: Cengage, 2016.

Disciplina: Introdução à Educação a Distância – EaD

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Fundamentos da EaD. Histórico da EaD. Funcionamento da EaD. Ambientes virtuais de EaD.

Bibliografia Básica:

BEHAR, P. A. et al. *Competências em educação a distância*. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p. ISBN 9788565848428.

BEHAR, P. A. et al. *Modelos pedagógicos em educação a distância*. Porto Alegre: Artmed, 2008. 316 p. ISBN 9788536316420.

MUNHOZ, A. S. *Projeto instrucional para ambientes virtuais*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- FERRETTI, C. J. et al (orgs.) *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

-MARTINS, J. S. *Projetos de Pesquisa Estratégias de Ensino e Aprendizagem em sala de aula*. 2.ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2007.

Bibliografia Complementar:

MESQUITA, D.; PIVA JR., D.; GARA, E.B.M. *Ambiente virtual de aprendizagem: conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino a distância*. São Paulo: Érica, 2014.

COLL, C. et al. *Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação*. Porto Alegre: Artmed, 2010. 366 p. ISBN 9788536322865.

MACHADO, D. P.; MORAES, M.G.S. *Educação a distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem*. São Paulo: Érica, 2015.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. *O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 216 p. ISBN 9798536304778.

RUHE, V.; ZUMBO, B. D. *Avaliação de educação a distância e E-learning*. Porto Alegre: Penso, 2013. 336 p. ISBN 9788565848022.

2º SEMESTRE

Disciplina: Concepções interdisciplinares

Carga-horária: 80 h

Ementa:

As diferentes concepções para a interdisciplinaridade. Os debates entre inter, multi e transdisciplinar. Evolução do conceito de interdisciplinar. As diferentes metodologias e formas de aplicação das concepções de interdisciplinaridade.

Bibliografia Básica:

HERNANDEZ, F. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 1998. 152 p. E-book. ISBN 9788573074406.

ALIAS, G. *Diversidade, currículo escolar e projetos pedagógicos: a nova dinâmica na escola atual*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ZABALA, A. et al. *Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- MARTINS, J. S. *Projetos de Pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

- FAZENDA, I. *Didática e interdisciplinaridade*. 13.ed. Campinas: Papirus, 1998.

Bibliografia Complementar:

TOMAZ, V. S.; DAVID, M.M.M.S. *Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática em sala de aula*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BENDER, W. N. *Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI*. Porto Alegre: Penso, 2014. 156 p. E-book. ISBN 9788584290017.

SANTOS, E.O.; RAMAL, A. (orgs) *Currículos : teorias e práticas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

NOGUEIRA, N.R. *Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores*. 4. ed. São Paulo: Érica, 2008.

VICKERY, A. et al. *Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental*. Porto Alegre: Penso, 2016. 268 p. ISBN 9788584290680.

Disciplina: Educação Inclusiva: Fundamentos e Metodologia

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

A história da deficiência. Conteúdo e metodologia da Educação Especial. A educação e inserção do indivíduo deficiente no contexto escolar. Políticas públicas voltadas para pessoa deficiente. Instituição escolar inclusiva.

Bibliografia Básica:

PACHECO, J. ;EGGERTSDÓTTIR, R. ; MARINÓSSON, G. L. *Caminhos para a Inclusão*. Porto Alegre: Grupo A, 2007.

BARRETO, M. A. de O. C.; BARRETO, F. de O. C. *Educação Inclusiva: Contexto Social e Histórico, Análise das Deficiências e Uso das Tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem*. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOURENÇO, E. *Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- GENTILI, P. *Pedagogia da exclusão*. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SOLER, R. *Brincando e aprendendo na educação física especial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

Bibliografia Complementar:

ALIAS, G. *Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial: Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva*. São Paulo: Cengage, 2016.

ALIAS, G. *Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial: a relação escola, família e aluno*. São Paulo: Cengage, 2016.

CAVALCANTI, A. E. L. W.; Leite, ALMEIDA, F. P.; LISBOA, R. S. (Coord.). *Direitos da infância, juventude, idoso e pessoas com deficiência*. São Paulo: Grupo GEN: 2014.

SMITH, D. D. *Introdução à Educação Especial*. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

VALLE, J. W. *Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola*. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Disciplina: Filosofia

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

A dialética Hegelian. A filosofia analítica. A filosofia cristã. A filosofia grega. A história da filosofia. De onde vem o conhecimento? Governo e justiça. Materialismo histórico. Moralidade e problemas éticos. Nós somos nós mesmos, nós somos nosso cérebro? O criticismo Kantiano. O empirismo Inglês. O que é Filosofia e para que serve? O racionalismo Cartesiano. Platão e Aristóteles.

Bibliografia Básica:

BONJOUR, L.; BAKER, A. *Filosofia: textos fundamentais comentados*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2010. 776 p. E-book. ISBN 9788536321196.

STEGMÜLLER, W. *A filosofia contemporânea: introdução crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo; CASTRO, Susana de *A Nova Filosofia da Educação*. São Paulo: Manole, 2014.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2005.

- LUCKESI, C. C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar:

DURKHEIM, E. *Filosofia Moral*. São Paulo: Forense, 2015.

PERISSÉ, G. *Introdução à Filosofia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REALE, M. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2002.

RACHELS, J.; RACHELS, S. *A coisa certa a fazer: leituras básicas sobre filosofia moral*. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 370 p. E-book. ISBN 9788580554076.

RACHELS, J.; RACHELS, S. *Os elementos da filosofia moral*. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 208 p. E-book. ISBN 9788580552324.

Disciplina: Ludicidade e Desenvolvimento da Pessoa

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

O lúdico no desenvolvimento do sujeito e suas perspectivas para mediação da aprendizagem. As fases do desenvolvimento da criança e a aprendizagem através do lúdico.

Bibliografia Básica:

CARRETERO, M.; CASTORINA, J. A. *Desenvolvimento cognitivo e educação: o início do conhecimento*. Porto Alegre: Penso, 2013. v. 1. 294 p. E-book. ISBN 9788565848664.

MACEDO, L.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. *Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 110 p. E-book. ISBN 9788536304632.

BRUSTOLIN, G. M.; LOPES C. G. *Técnicas e Práticas de Lazer*. São Paulo: Saraiva, 2014.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lúdico, educação e educação física*. 4.ed. Ijuí: Unijuí, 2013.

- FRITZEN, Silvino José. *Jogos dirigidos para grupos, recreação e aulas de educação física*. 31.ed. 2005.

Bibliografia Complementar:

BROCK, A. et al. *Brincar: aprendizagem para a vida*. Porto Alegre: Penso, 2011. 432 p. E-book. ISBN: 9788563899187.

SALVADOR, C. C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Colaboradores). *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação Escolar*, v.2. Porto Alegre, Grupo A, 2015.

RIBEIRO, O. C. F. *Lazer e Recreação*. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, S. M. P. et al. *Brinquedoteca: sucata vira brinquedo*. Porto Alegre: Artmed, 1995. 98 p. E-book. ISBN 9788573071221.

SARAIVA, J. A. et al. *Palavras, brinquedos e brincadeiras: cultura oral na escola*. Porto Alegre: Artmed, 2011. 368 p. E-book. ISBN 9788536324555.

Disciplina: Libras

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; Noções de variação. Prática de Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica:

BOTELHO, P. *Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas* 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

QUADROS, R. M. de. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

QUADROS, R. M. de. *Língua de herança: língua brasileira de sinais* Porto Alegre: Penso, 2017.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. *Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades*. 3.ed. São Paulo: Plexus, 2003. 3
- FERNANDES, E. (org). *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre: Mediação, 2007.6

Bibliografia Complementar:

- ESTELITA, M. *ELiS - Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais*. Porto Alegre, Grupo A, 2015.
- QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. *Língua de Sinais: Instrumento de Avaliação*. Porto Alegre: Grupo A, 2011.
- QUADROS, R. M. de. *Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Grupo A, 2011.
- MOURA, M. C. *Educação para Surdos: Práticas e Perspectivas II*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011.
- PACHECO, J. *Pequeno Dicionário de Absurdos em Educação*. Porto Alegre: Grupo A, 2009.

3º SEMESTRE

Disciplina: Conteúdo e Metodologia da Educação Infantil

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Fundamentos políticos, econômicos e sociais da educação infantil. Conceitos de infância, família e suas historicidades. Concepções pedagógicas na Educação Infantil no Brasil e no mundo. Funções da Educação Infantil. Concepções pedagógicas na Educação Infantil no Brasil e no mundo. A perspectiva construtivista e as práticas pedagógicas dela decorrentes. Relação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Referencial Curricular da Educação Infantil. Políticas de atendimento à infância. A Educação Infantil hoje.

Bibliografia básica:

- BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. *Aprender e ensinar na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2007. 360 p. E-book. ISBN 9788573075175.

CALL, N.; FEATHERSTONE, S. *Cérebro e educação infantil: como aplicar os conhecimentos da ciência cognitiva no ensino de crianças de até 5 anos*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 190 p. E-book. ISBN 9788565848176.

ZABALZA, M. A. *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre, Grupo A, 2011.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- OSTETTO, L. E. (org). *Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores*. 5.ed. Campinas: Papirus, 2013.

- ARRIBAS, T. L. *A educação física de 3 a 8 anos*. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar:

KISHIMOTO, T. M.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.. *Em busca da pedagogia da infância: Pertencer e Participar*. Porto Alegre: Grupo A, 2013.

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. da G. S.. *Projetos pedagógicos na educação infantil*. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

GOLDSCHMIED, E.; JACKSON, S. *Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 321 p. E-book. ISBN 9788536306940.

GONZALEZ-MENA, J. *Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada*. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. 448 p. E-book. ISBN 9788580554540.

BROCK, A. et al. *Brincar: aprendizagem para a vida*. Porto Alegre: Penso, 2011. 432 p. E-book. ISBN: 9788563899187.

Disciplina: Conteúdo e Metodologia do Ensino de Educação Física

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Desenvolver e capacitar os futuros profissionais da educação para que possam ministrar aulas fora de sala de aula com segurança.

Bibliografia Básica:

DE ROSE JR, D. et al. *Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 256 p. E-book. ISBN 9788536317960.

GRABER, K. C.; WOODS, A. M. *Educação física e atividades para o ensino fundamental*. Porto Alegre: AMGH, 2014. 320 p. E-book. ISBN 9788580553567.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. *O ensino das lutas na escola: possibilidades para a educação física*. Porto Alegre: Penso, 2015. 208 p. ISBN 9788584290420.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: educação física*. 2.ed. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

- MARTINS, J. S. *Projetos de Pesquisa Estratégias de Ensino e Aprendizagem em sala de aula*. 2.ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2007.

Bibliografia Complementar:

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. *Aprender e ensinar na educação infantil*. Porto Alegre : Artmed, 2007.

FONSECA, V. da. *Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem*. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

PERISSÉ, G. *A Arte de ensinar*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

POZO, J. I. gnacio. *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RANGEL, I.C. A.; DARIDO, S. C. *Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2006.

Disciplina: Política Educacional da Educação Básica

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Política Educacional no Brasil e Educação do Cidadão: A educação e a cultura nas leis que regulamentam o sistema de ensino no Brasil. Educação e democracia – as atuais tendências em política educacional no Brasil.

Bibliografia básica:

ARTMED; PITAGORAS. *A gestão da escola*. Porto Alegre: Artmed, 2003. 256 p. (Coleção Escola em Ação, v. 4). E-book. ISBN 9788536303338.

MOLL, J. et al. *Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. 504 p. E-book. ISBN 9788563899613.

MORAIS, J. *Alfabetizar para a democracia*. Porto Alegre: Penso, 2014. 184 p. E-book. ISBN 9788565848954.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- SABATOVSKI, E. (org).. *LDB Lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei 9.394/1996*. Curitiba: Juruá, 2015.

- CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil história que não se conta*. 11.ed. São Paulo: Papyrus, 2005.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, J. S. *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso, 2013. 160 p. E-book. ISBN 9788565848008.

SANTOS, P.S.M.B.dos. *Guia prático da política educacional no Brasil: Ações, planos, programas e 2. ed*. São Paulo : Cengage Learning, 2014..

SANT'ANNA, Geraldo José. *Planejamento, Gestão e Legislação Escolar*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MOLL, J. (Org.). *Os tempos da vida nos tempos da escola: construindo possibilidades*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 264 p. E-book. ISBN 9788565848596.

MOLL, J. et al. *Educação profissional e tecnológica no brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p. E-book. ISBN 9788536321226.

Disciplina: Princípios Gerais da Administração Escolar

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

A administração econômico-financeira. A educação como negócio. A escola como sistema social. Ambientes externos e responsabilização das escolas. Clima Organizacional das escolas. Comunicação nas escolas. Cultura Organizacional das escolas. Eficiência escolar. Estrutura nas escolas. Indivíduos nas escolas. Liderança nas escolas. O cerne técnico: aprendiz e ensino. Poder e Política das escolas. Tomada de decisão compartilhada: empoderamento dos professores. Tomada de decisão nas escolas.

Bibliografia básica:

BRIGHOUSE, T.; WOODS, D. *Como fazer uma boa escola?*. Porto Alegre: Artmed, 2010. 232 p. E-book. ISBN 9788536323541.

COLOMBO, S. S. et al. *Gestão educacional: uma nova visão*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 262 p. E-book. ISBN 9788536303925.

HOY, W. K.; MISKEL, C. G.; TARTER, C. J. E-book. *Administração educacional: teoria, pesquisa e prática*. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. 536 p. ISBN 9788580554946.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- PARO, V.H. *Administração escolar*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. 3.ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia complementar:

BERGAMINI, C. W. *Liderança: administração do sentido*. 2.ed. São Paulo: Grupo GEN, 2011.

MONTEIRO, E.; MOTTA, A.; RAMAL, A. C. (org.), *Série Educação - Gestão Escolar - Perspectivas, Desafios e Função Social*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013.

SANT'ANNA, G. J. *Planejamento, Gestão e Legislação Escolar*. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, C. R. dos. *A gestão educacional e escolar para a modernidade*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

TOLEDO, M. *Gestão da educação (pública e privada)* São Paulo: Cengage Learning, 2016.

4º SEMESTRE

Disciplina: Gestão Educacional

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Os diferentes paradigmas de gestão educacional. Princípio constitucional da gestão democrática. Gestão e organização do trabalho escolar em novos contextos. O diretor gestor. Gestão educacional e o P.P.P. O papel do pedagogo nos modelos de gestão. Gestão em sala de aula.

Bibliografia Básica:

ARTMED; PITAGORAS. *A gestão da escola*. Porto Alegre: Artmed, 2003. 256 p. (Coleção Escola em Ação, v. 4). E-book. ISBN 9788536303338.

COLOMBO, S. S. et al. *Gestão educacional: uma nova visão*. Porto Alegre: Artmed, 2004. 262 p. E-book. ISBN 9788536303925.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008. 320 p. E-book. ISBN 9788577801916.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- ALONSO, Myrtes. *Papel do Diretor na Administração Escolar*. 6.ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.
- HENGEMUHLE, A. *Gestão do ensino e práticas pedagógicas*. São Paulo: Vozes, 2004.

Bibliografia Complementar:

- BRIGHOUSE, T.; WOODS, D. *Como fazer uma boa escola?*. Porto Alegre: Artmed, 2010. 232 p. E-book. ISBN 9788536323541.
- WEINSTEIN, C. S.; NOVODVORSKY, I. *Gestão da Sala de Aula*. Porto Alegre: Grupo A, 2015.
- HOY, W. K.; MISKEL, C. G.; TARTER, C. J. E-book. *Administração educacional: teoria, pesquisa e prática*. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. 536 p. ISBN 9788580554946.
- NOGUEIRA, N.R. *Projeto Político-Pedagógico (PPP): guia prático para construção participativa* São Paulo :Érica, 2009.
- SANT´ANNA, G. J. *Planejamento, Gestão e Legislação Escolar*. São Paulo: Saraiva, 2014.

Disciplina: Psicomotricidade e Movimento

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Caracterização psicomotora: as funções e distúrbios, A psicomotricidade em seu movimento dinâmico. O cérebro na Aprendizagem. A interdisciplinaridade Psicomotricidade e Educação. Abordagem pluridimensional da psicomotricidade: contribuições de Wallon, Piaget e Freud. As bases do desenvolvimento psicomotor. Abordagens metodológicas.

Bibliografia básica:

- BERTAZZO, I. *Cérebro ativo: reeducação do movimento*. São Paulo: SESC SP: Manole, 2012.
- FERNANDES, J. M. G. de A.; GUTIERRES FILHO, P. J. B. *Psicomotricidade: Abordagens Emergentes*. São Paulo: Manole, 2012.

STAUGAARD-JONES, J. A. *Exercício e movimento: abordagem anatômica: guia para o estudo de dança, pilates, esportes e yoga*. Barueri: Manole, 2015.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- GALLARDO, J. S. P *Educação física contribuições à formação profissional*. 4.ed. São Paulo: Unijuí, 2004.
- TANI, G. *Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2005.

Bibliografia complementar:

- GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. *Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos*. Porto Alegre: Grupo A, 2013.
- HAMILL, J.; KNUTZEN, K.M. *Bases biomecânicas do movimento humano*. 3. ed. - Barueri, SP : Manole, 2012.
- HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. *Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida*. Porto Alegre: Grupo A, 2016.
- SCHMIDT, R.; LEE, T. *Aprendizagem e Performance Motora*. Porto Alegre: Grupo A, 2016.
- SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. *Controle Motor: Teoria e Aplicações Práticas*. São Paulo: Manole, 2010.

Disciplina: Avaliação de Aprendizagem

Ementa:

Avaliação: dimensões institucional, educacional e de ensino-aprendizagem. Estudo das teorias e práticas da avaliação educacional a partir dos paradigmas interacionistas da sociedade e da ação pedagógica, construindo novas abordagens e novos procedimentos do ato de avaliar.

Bibliografia básica:

ALVES, J. F. *Avaliação educacional* - da teoria à prática Rio de Janeiro: LTC, 2013.

RUSSELL, M.K.; AIRASIAN, P.W. *Avaliação em sala de aula: conceitos e aplicações* 7. ed. Porto Alegre : AMGH, 2014

SANTOS, A.M.R. *Planejamento, avaliação e didática*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Para potencializar o ensino/aprendizagem e a disponibilidade de recursos institucionais de ensino, a instituição optou por, além dos títulos virtuais, possibilitar o acesso a mais 2 (duas) referências disponibilizadas fisicamente abaixo relacionadas:

- LUCKESI, C.C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

- DEMO, P. *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: 2002.

Bibliografia complementar:

GAVALDON, L.L. *Desnudando a escola*. São Paulo: Cengage Learning, 1997.

PERRENOUD, P; RAMOS, P.C. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGUES, A. M.. *Psicologia da aprendizagem e da avaliação*. São Paulo: Cengage, 2016.

SOUZA, R. A. *Processos de aprendizagem e desenvolvimento de competência*. São Paulo: Cengage, 2016.

VICKERY, A. et al. *Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental*. Porto Alegre: Penso, 2016. 268 p. E-book. ISBN 9788584290680.

Disciplina: Gestão dos Processos Educacionais

Carga-horária: **80 h**

Ementa:

Gestão de processos educacionais em contextos escolares da Educação Básica. Concepções de gestão e a relação teoria-prática na organização do trabalho pedagógico da escola. Projetos de gestão e vivências na gestão educacional, considerando os aspectos sociais e legais do trabalho nas instituições

educacionais e as formas de organização, estruturação e gestão da escola. Processos de gestão da educação frente à complexidade sociológica, cultural, econômica, ética e política das organizações dos sistemas de ensino. O desenvolvimento das competências técnicas, política e humana e sua articulação com o Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Bibliografia básica:

ARTMED; PITAGORAS. *A gestão da escola*. Porto Alegre: Artmed, 2003. 256 p. (Coleção Escola em Ação, v. 4). E-book. ISBN 9788536303338.

BOSSA, N. A. *Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico*. Porto Alegre: Artmed, 2001. 176p. ISBN 9788573079661.

NOGUEIRA, N.R. *Projeto Político-Pedagógico (PPP): guia prático para construção participativa* São Paulo :Érica, 2009.

Bibliografia complementar:

BRIGHOUSE, T.; WOODS, D. *Como fazer uma boa escola?*. Porto Alegre: Artmed, 2010. 232 p. E-book. ISBN 9788536323541.

HOY, W. K.; MISKEL, C. G.; TARTER, C. J. *Administração educacional: teoria, pesquisa e prática*. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. 536 p. E-book. ISBN 9788580554946.

MONTEIRO, E.; MOTTA, A.; RAMAL, A. C. (org.) *Série Educação - Gestão Escolar - Perspectivas, Desafios e Função Social*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013.

SANT'ANNA, G. J. *Planejamento, Gestão e Legislação Escolar*. São Paulo: Saraiva, 2014.

WEINSTEIN, C. S.; NOVODVORSKY, I..*Gestão da Sala de Aula*. Porto Alegre: Grupo A, 2015.